



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística
Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71)3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



***O PERFIL DA ALTERNÂNCIA DO SUJEITO NÓS E A GENTE EM SANTO
ANTÔNIO DE JESUS: UM RECORTE DO PORTUGUÊS POPULAR NO INTERIOR
DA BAHIA***

por

RUTE PARANHOS SILVA MENDES

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

**SALVADOR
2007**



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística
Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71)3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



***O PERFIL DA ALTERNÂNCIA DO SUJEITO NÓS E A GENTE EM SANTO
ANTÔNIO DE JESUS: UM RECORTE DO PORTUGUÊS POPULAR NO INTERIOR
DA BAHIA***

por

RUTE PARANHOS SILVA MENDES

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

**SALVADOR
2007**

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa

M538 Mendes, Rute Paranhos Silva.

O perfil da alternância do sujeito nós e a gente em Santo Antônio de Jesus : um recorte do português popular no interior da Bahia / por Rute Paranhos Silva Mendes. - 2007.
140 f. : il.

Inclui anexos.

Orientador : Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2007.

1. Sociolingüística. 2. Língua portuguesa - História. 3. Língua portuguesa - Português falado - Santo Antônio de Jesus (BA). 4. Língua portuguesa - Variação. 5. Língua portuguesa - Sintagma nominal. I. Ramacciotti, Dante Eustachio Lucchesi. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 84/07

À minha família, pessoas maravilhosas, que contribuíram de vários modos durante o Mestrado. Sempre apreciarei seu amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

Como agradecer a todos por tão grande bem que me fizeram ao longo desta jornada em minha vida? Palavras não me chegam a faltar, contudo o espaço me parece restrito ante o número de colaboradores com os quais contei durante o Mestrado e mesmo antes dele, quando me incentivavam a torná-lo uma realidade.

Começarei expressando gratidão a DEUS, meu grande DEUS, que me acompanhou em todos os momentos: dias, tardes e noites a fio dedicadas a esta dissertação; ao DEUS da gente, que por mim intercedeu suplicando-Lhe sabedoria, paciência, equilíbrio, saúde, requisitos tão necessários a quem se propõe a fazer uma pós-graduação fora da cidade onde reside, Feira de Santana; não podendo licenciar-se do trabalho, ora em Santo Antônio de Jesus ora em Feira; nem devendo abdicar ou afastar-se do maior dos privilégios: ser mulher, esposa, mãe, conselheira.

Prossigo agradecendo a Eraldo, que Deus selecionou entre os homens e ofertou-me como esposo, companheiro, amigo, o qual me incentivou todo o tempo e buscou suprir as minhas ausências no seio familiar. Também a Danilo e a Anderson, nossos queridos filhos que, ao me virem atarefada, renunciavam aos instantes de lazer junto aos pais e diziam: “pode ficar, Rute, a gente vai só com meu pai, mas quando é que você vai ficar livre?”.

Também agradeço a Nice, Loyde e Gerson, meus irmãos, incumbidos de orarem freqüentemente por mim durante esse Curso.

Não posso deixar de expressar gratidão a Patrícia Ribeiro por ter me incentivado a começar cursando as disciplinas como aluno-especial e, ainda, apresentar-me ao Prof. Dr.Dante Lucchesi.

Ao Prof. Dante a minha gratidão pela paciência em esperar-me por alguns anos até que chegasse a oportunidade de submeter-me a sua preciosa orientação sem a qual não seria real a dissertação que agora se lê.

À querida amiga e coordenadora Avani Paim, pela compreensão ao elaborar meu horário de trabalho.

Grata sou a Silvana Palmeira, pelas indicações de alimentos e produtos naturais que foram tão úteis para conservar-me a disposição para o estudo e a produção escrita, quando vez por outra o cansaço quis dominar-me.

Quanto contei com Marcelo Caló, Jeane Paranhos e Denise Boa Sorte nas digitações e formatações de relatórios, monografias durante o curso e, por fim, nesta dissertação; por isso lhes agradeço. Incluo nesse grupo Ivan, que esteve me socorrendo todo o tempo em que “o meu velho computador quis me deixar na mão”.

Não posso esquecer a querida aluna Angélica, que grandemente me favoreceu com empréstimos de livros da UEFS em seu cartão.

Quero também agradecer à minha família da igreja pelas orações e encorajamento recebidos.

Sou mui grata às colegas Nordélia, Antônia, Lílian e Constância pela corrente de motivação e de amizade que se formou entre nós.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esse “barco” pudesse sair do “porto” rumo à realização de mais um ideal.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise variacionista da alternância entre as formas lingüísticas *nós* e *a gente* para expressão do sujeito na primeira pessoa do plural no português popular do interior do Estado da Bahia, a partir de amostra de fala vernácula recolhida em entrevistas com vinte e quatro informantes da sede e da zona rural do Município de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano. Fundamentada nos princípios teóricos e metodológicos da Sociolingüística Variacionista, a análise descreve os contextos lingüísticos e extralingüísticos condicionadores do uso de um pronome em detrimento do outro e apresenta um diagnóstico do processo de variação nos termos da dicotomia *variação estável ou mudança em curso*. Em um total de 1.970 referências à primeira pessoa do discurso no plural, a forma *a gente* ocorreu em 93% dos casos, contra 07% da forma *nós*. Os resultados da análise quantitativa revelaram que o uso da variante *a gente* está correlacionado à realização fonética dessa forma pronominal, enquanto o apagamento do sujeito ocorre mais com a variante conservadora *nós*. Semanticamente, o pronome *a gente* refere-se mais freqüentemente ao próprio falante. Já o pronome *nós* é mais usado na referência conjunta ao falante e outrem. O pronome *a gente* tende a prevalecer antecedido por ele mesmo, ou com sujeito apagado e verbo sem marca; já o pronome *nós*, na condição de forma marcada, predomina na primeira referência, ou quando precedido por ele mesmo, ou pela forma verbal marcada na oração anterior, confirmando o princípio do paralelismo discursivo. A *gente* é mais usado nos textos descritivos, enquanto o pronome *nós* vem revelando-se mais produtivo no gênero narrativo. O pronome *a gente* prevalece nos discursos do próprio falante, já o pronome *nós* predomina no discurso reportado; provavelmente em função de um maior monitoramento da fala nesses momentos. Não se observou um predomínio do *a gente* entre os mais jovens, e surpreendeu a sua alta freqüência entre os falantes de meia idade. O uso da variante *a gente* predomina entre os que já viveram fora do município, enquanto os que nele sempre permaneceram deram mostra de favorecimento ao uso do pronome *nós*. Revelou-se um favorecimento do uso do pronome inovador na Sede do Município de Santo Antônio de Jesus e o predomínio do uso da forma conservadora na zona rural. Portanto, não obstante o resultado da variável faixa etária, o uso do pronome *a gente* é amplamente majoritário na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus; refletindo uma mudança que vem de fora, através dos falantes que têm um maior contato com os grandes centros urbanos, ou daqueles que estão mais expostos aos meios de comunicação de massa. Os resultados dessa análise fornecem elementos para uma reflexão sobre os processos sócio-históricos que concorreram para a formação da variedade de língua popular usada na região em foco, ressaltando-se a participação do contato entre línguas.

Palavras-chave: variação; sujeito; nós; a gente; Santo Antônio de Jesus.

RÉSUMÉ

Cette dissertation présente une analyse de la variation de l'alternance entre les formes linguistiques nous et on pour l'expression du sujet à la première personne du pluriel en portugais populaire de l'intérieur de l'Etat de Bahia, à partir de la vérification de la parole vernaculaire relevée dans des interviews avec vingt-quatre locuteurs des régions urbaine et rurale de la municipalité de Santo Antônio de Jesus dans le Recôncavo baiano. Fondée sur les principes théoriques et méthodologiques de la sociolinguistique variationniste, l'analyse décrit les contextes linguistiques et extralinguistiques conditionnant l'usage d'un pronom au détriment de l'autre et présente un diagnostic du processus de la variation des termes de la dichotomie de variations stables ou de changement en cours. Sur un total de 1.970 références à la première personne du pluriel la forme on est arrivée à un total de 93% des cas, contre 7% pour la forme nous. Les résultats de l'analyse quantitative ont révélé que l'usage de la variante on est en corrélation avec la réalisation phonétique de cette forme pronominale, alors que l'effacement du sujet est plus utilisé avec la variante conservatrice nous. En ce qui concerne la sémantique, le pronom on fait référence plus fréquemment au propre locuteur. Par ailleurs, le pronom nous, accompagné de la forme verbale marquée, prédomine dans la première référence, ou quand il est précédé par lui-même ou par la forme verbale marquée dans la proposition antérieure, confirmant par là-même le principe du parallélisme discursif. On est plus utilisé dans les textes discursifs alors que le pronom nous se révèle le plus productif dans le genre narratif du propre locuteur, et qu'il prédomine dans le discours rapporté, probablement en fonction d'un accompagnement de la parole. On n'a pas observé une prédominance de on parmi les plus jeunes, et sa haute fréquence a surpris parmi les locuteurs du troisième âge. L'usage de la variante on prédomine parmi ceux qui ont vécu en dehors de leur ville, alors que ceux qui y sont toujours restés ont favorisé l'usage du pronom nous. On s'est révélé la préférence d'usage comme pronom innovateur dans la ville de Santo Antônio de Jesus alors que l'usage de la forme conservatrice prédomine dans la zone rurale. Donc, malgré le résultat d'une tranche d'âge variable des informants, l'usage du pronom on est largement majoritaire dans le parler populaire de la municipalité de Santo Antônio de Jesus, reflétant un changement qui vient du dehors, à travers les locuteurs qui ont un plus grand contact avec les grands centres urbains, ou ceux qui sont plus exposés aux moyens de communication de masse. Les résultats de cette analyse fournissent des éléments pour une réflexion sur les processus socio-historiques qui contribuent à la formation de la variété de la langue populaire, utilisée dans la région citée, par la mise en relief de la participation du contact entre langues.

Mots-clés: variation; sujet; nous; on; Santo Antônio de Jesus.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus	90
Tabela 2 -	Forma do pronome de primeira pessoa do plural na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a sua realização e posição	96
Tabela 3 -	Forma do pronome de primeira pessoa do plural na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o seu nível de referencialidade	102
Tabela 4 -	Forma do pronome de primeira pessoa do plural na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o paralelismo discursivo	107
Tabela 5 -	Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o tipo de texto	110
Tabela 6 -	Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o tipo de discurso	114
Tabela 7 -	Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a faixa etária	116
Tabela 8 -	Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a estada fora da comunidade	119
Tabela 9 -	Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a localidade	121

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	O TEMA	12
1.2	A PESQUISA	13
1.2.1	Metodologia	13
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2	A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL	16
2.1	A PLURALIDADE DE FACES DO PORTUGUÊS DO BRASIL	16
2.1.1	O Português Culto: Breves Palavras	18
2.1.2	O Português Popular: Questões sobre as Origens	20
2.1.2.1	“Influências” Étnicas: Breve Retrospectiva Histórica	22
2.1.2.1.1	<i>As Trilhas das Línguas Indígenas</i>	22
2.1.2.1.2	<i>A Questão da Relevância ou não das Línguas Africanas</i>	24
2.1.2.2	A Deriva Natural e a Transmissão Lingüística Irregular	26
2.1.2.3	O Contato entre Línguas e a Transmissão Lingüística Irregular	27
2.1.3	O Português Rural: Outra Vertente do Português Popular	30
2.1.3.1	O Português Rural do Brasil: um Recorte	31
2.1.3.2	Estudos sobre o Português Rural da Bahia: uma Síntese	33
2.2	A COMUNIDADE EM ESTUDO: SANTO ANTÔNIO DE JESUS	34
2.2.1	Características Históricas	36
2.2.2	Características Socioculturais	39
2.2.3	Características Lingüísticas	41
2.3	CONSIDERAÇÕES	43
3	NÓS, A GENTE E A CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	45
3.1	<i>NÓS, A GENTE</i> E A CONCORDÂNCIA NA TRADIÇÃO GRAMATICAL	46
3.1.1	Refletindo sobre a Concordância dos Pronomes <i>nós</i> e <i>a gente</i>	49
3.2	OS POSSÍVEIS SIGNIFICADOS DE <i>NÓS</i> E <i>A GENTE</i>	52
3.3	<i>NÓS</i> E <i>A GENTE</i> NO PORTUGUÊS URBANO	55
3.3.1	Foco no Projeto NURC	55
3.3.2	Uma Análise Sociolingüística	56
3.3.3	Foco no VARSUL	58
3.4	<i>NÓS</i> E <i>A GENTE</i> NA ESCOLA	61
3.5	<i>NÓS</i> E <i>A GENTE</i> NO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO	64

3.6	NÓS E A <i>GENTE</i> COMO UM PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM DIACRÔNICA	65
3.7	NÓS E A <i>GENTE</i> EM REVISTAS EM QUADRINHOS	67
3.8	NÓS, A <i>GENTE</i> E A CONCORDÂNCIA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA	69
3.9	SÍNTESE SOBRE OS TRABALHOS RESENHADOS	71
4	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	74
4.1	A TEORIA DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA	74
4.1.1	A Heterogeneidade	75
4.2	A VARIAÇÃO E A MUDANÇA LINGÜÍSTICA	76
4.2.1	A Mudança Lingüística e seus Problemas	78
4.3	CONCEITOS FUNDAMENTAIS	81
4.4	A POSTURA TEÓRICA	84
4.4.1	Metodologia	84
4.4.1.1	<i>Corpus</i>	85
4.4.1.2	Comunidade de Fala	85
4.4.1.3	Tipo de Entrevista	86
4.4.1.4	Processamento dos Dados	86
5	A ANÁLISE VARIACIONISTA	88
5.1	VARIÁVEL DEPENDENTE	88
5.2	VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS EXPLANATÓRIAS	92
5.2.1	A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a sua Realização e Posição	92
5.2.2.	A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o seu Nível de Referencialidade	98
5.2.3	A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o Paralelismo Discursivo	105
5.2.4	A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o Tipo de Texto	109
5.2.5	A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o Tipo de Discurso	112
5.3	VARIÁVEIS SOCIAIS	115
5.3.1	O Uso do Pronome de Primeira Pessoa do Plural no Município de Santo Antônio de Jesus segundo a Faixa Etária	116
5.3.2	O Uso do Pronome de Primeira Pessoa do Plural no Município de Santo Antônio de Jesus segundo a Estada Fora da Comunidade	119

5.3.3	O Uso do Pronome de Primeira Pessoa do Plural no Município de Santo Antônio de Jesus segundo a Localidade	121
5.4	CONSIDERAÇÕES	123
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
6.1	SÍNTESE DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS	128
6.1.1	Variáveis Lingüísticas Explanatórias	129
6.1.2	Variáveis Sociais	130
6.2	OS DESTAQUES DOS RESULTADOS	131
	REFERÊNCIAS	134
	ANEXO	139

1 INTRODUÇÃO

1.1 O TEMA

Os muitos estudos sobre o português brasileiro (doravante PB) têm permitido desvendar diversos fenômenos variáveis nessa língua. Os estudos da alternância *nós* e *a gente* têm-se desenvolvido no nível morfológico, sintático e semântico. Morfológicamente, entre muitos outros, estudaram a variação entre as formas *nós* e *a gente* para referência à primeira pessoa do plural Omena (1986, 1996, 2003), Omena e Braga (1996), Lopes (1993, 1999, 2003) e Menon (1994, 1996). Em íntima relação com as mudanças ocorridas no sistema pronominal, Omena (1986, 1996) mostra que, no nível sintático, um primeiro aspecto importante a ser considerado nessa variação entre *nós* e *a gente* é a função sintática e, para as formas de sujeito, a ocorrência de *a gente* é significativamente mais favorecida. No nível semântico-pragmático, destaca-se a relevância do grau de indeterminação e do número de indivíduos incluídos na referência de primeira pessoa. Dessa forma, restringindo-se à função de sujeito, tanto Omena (*op. cit.*) quanto Lopes (*op. cit.*) atestam que aspectos morfológicos e semânticos estão envolvidos na alternância entre as duas formas de referência à primeira pessoa do plural.

Partindo dessa premissa, os diversos autores que se dedicaram a pesquisas sociolinguísticas sobre o tema, investigaram-no em diferentes regiões do país, valendo-se, quase sempre, das mesmas variáveis linguísticas explanatórias, com bases morfossemânticas. Contudo, os estudos mais recentes sobre a alternância *nós* e *a gente*, Seara (2000) e Zilles (2000), incluíram também aspectos discursivos na análise.

Autores como Machado (1995) e Lopes (1996) têm analisado o fenômeno variável no português brasileiro *alternância na expressão do pronome sujeito de primeira pessoa do discurso no plural* em decorrência da gramaticalização da expressão nominal *a gente* que passa a concorrer com o pronome *nós*. Na norma culta, a forma *a gente* não tem marca, diferentemente de *nós*; já no português popular, há uma alternância: *nós trabalhamos/trabalha*; *a gente*

trabalha/trabalhamos. As investigações e análises feitas sobre este tema têm contribuído para a almejada interpretação dessas variantes em dialetos brasileiros.

1.2 A PESQUISA

Esta pesquisa não se vê exclusiva pelo fato de o tema já ter sido exaustivamente estudado no Brasil, mas torna-se inédita pelo fato de até aqui não se ter desenvolvido estudo com *corpus* do português popular da Bahia, em especial, de Santo Antônio de Jesus, cidade localizada ao Sul do Recôncavo Baiano, também denominada de *Terra das Palmeiras* ou *Cidade das Palmeiras*.

Pretende-se, a partir da observação do atual quadro de alternância *nós* e a *gente* no português popular no interior do Estado da Bahia: (i) estabelecer os contextos lingüísticos e extralingüísticos condicionadores do uso de um pronome em detrimento do outro; (ii) verificar indícios de variação estável ou de mudança em curso e, caso se observe mudança em curso, buscar determinar uma possível direção desta; (iii) contribuir para uma possível descrição da realidade atual do português popular no interior da Bahia, em extensão, do Brasil.

1.2.1 Metodologia

Paiva e Duarte (2006, p. 135) citam que *o princípio da heterogeneidade ordenada e sistemática pode ser constatado em todos os níveis lingüísticos em todas as línguas naturais, o que não exclui, em hipótese alguma, a existência de regras categóricas*.

Tem-se visto que a aplicação dos fundamentos empíricos propostos por Labov permite entender mais claramente alguns fenômenos do PB. Dados da língua falada no Brasil servem de suporte para o estabelecimento das hipóteses a respeito dos variados fenômenos para comparação de resultados.

Os que adotam o modelo laboviano de pesquisa (conhecidos também como sociolingüistas ou variacionistas ou, ainda, sociolingüistas variacionistas), por conceberem a língua como um sistema inerentemente variável, lidam com dados empíricos. Adotando-se a perspectiva variacionista, vê-se aqui a língua como inerentemente variável, reconhecendo a natureza e a amplitude das “infrações” dos falantes que “desconhecem” as “regras da língua”, aquelas pautadas na tradição gramatical.

Portanto, os sociolingüistas iniciam seu trabalho em situações concretas, partindo do vernáculo relativo a um grupo de indivíduos, não de um indivíduo sozinho. O material é submetido a análises estatísticas para testagem de hipóteses. Testadas as variáveis internas e externas, chega-se aos resultados quantitativos. Logo, os variacionistas observam os fatores sociais que interferem na fala; não menosprezando os fatores estruturais. Na análise das variações, a pesquisa sociolingüística chega a tais resultados através de um tratamento estatístico em que se busca medir o peso de cada grupo de fatores que favorecem ou inibem a aplicação de uma dada regra variável.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Tendo apresentado o tema e as bases teóricas dessa dissertação no primeiro capítulo, prossegue-se com a distribuição e conteúdo dos demais capítulos que a constituem.

No segundo capítulo, o foco é a questão do português brasileiro. Nele se faz um percurso histórico a respeito das discussões ainda vigentes sobre as origens e formação dessa variante nacional da língua portuguesa. Também constam, nesse capítulo, as características históricas, socioculturais e lingüísticas da comunidade em estudo: Santo Antônio de Jesus.

No terceiro capítulo, pretende-se sintetizar alguns trabalhos construídos sob bases empíricas. Essa é uma tarefa cujo risco maior é o de limitar-se a parafrasear, necessariamente de forma incompleta, o que os autores tão bem apresentaram. Nele, então, pretende-se apresentar um panorama, ainda que não

exaustivo, dos estudos realizados no Brasil no que concerne à alternância *nós* e *a gente* na expressão da primeira pessoa do discurso no plural.

No quarto capítulo, sob o aporte teórico da Sociolingüística Variacionista, trata-se dos fundamentos teóricos. A proposta provocativa de Weinreich, Labov e Herzog constituiu, segundo Paiva e Duarte (2006, p. 131) *um passaporte seguro para a instauração de uma nova perspectiva de linguagem*. Isso levou à adoção desses princípios nesta investigação científica. Ainda nesse capítulo que envolve a metodologia, explica-se como se teve acesso ao *corpus* utilizado na pesquisa e as suas características.

No quinto capítulo, a análise dos dados coletados conta com o tratamento quantitativo do pacote de programas VARBRUL. Os seus resultados permitem verificar em que medida as variantes são empregadas e quais as forças que motivam a sua realização. Na primeira coluna de cada tabela indicam-se os fatores condicionantes dentro de cada grupo, seguidos pelo número de dados de aplicação em relação ao total (N/Total), com as respectivas freqüências relativas (Freq.%). Na coluna 4, o P.R. (peso relativo) corresponde ao peso daquele fator na aplicação da regra. Neste capítulo serão apresentados os resultados da análise variacionista da forma do pronome sujeito de primeira pessoa do plural na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus, dispensando-se ocorrências de interpretação duvidosa; isolando-as para melhor controlar o fenômeno.

Nas considerações finais, faz-se uma retomada dos capítulos anteriores e dos resultados mais interessantes, comparando-se a estudos sociolingüísticos realizados no país. Trata-se, também, das correlações do tema com outros fenômenos do PB e das possibilidades de continuidade desses estudos.

2 A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Há várias hipóteses sobre a formação do português brasileiro fruto das inquietações sobre a questão da origem da língua. A busca da identidade lingüística despontou na literatura. Contudo, a questão da língua brasileira, muito significativa no século XIX, debatida por escritores e políticos por questões de “identidade nacional”, não emerge com Alencar; mas, conforme Ataliba Castilho (1992, p. 237), com Domingos Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca, *ecoando alguns argumentos de João de Barros, quando este gramático comparou o português ao castelhano, em seu Diálogo em louvor da linguagem, de 1540.*

Ainda se discute a constituição sócio-histórica do PB e muitos adjetivos aplicam-se à realidade lingüística brasileira atual. Inúmeros são os debates que envolvem o aspecto histórico e o social que tanto marcaram na formação do PB e vários estudiosos têm investigado o assunto buscando responder a uma série de questões resultantes do fato de ser complicado desvendar a história lingüística de um país muito distinto, culturalmente privilegiado, onde não se pode generalizar.

Dessa forma, diversos são os caminhos que podem ser percorridos na tentativa de reconstituir a história do PB. Neste capítulo, pretende-se tratar das principais questões que envolvem o debate, das etnias que marcaram na formação do PB e da nossa posição quanto ao assunto.

2.1 A PLURALIDADE DE FACES DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Na sociedade brasileira, o PB tem sido alvo de freqüentes críticas em vasta literatura sobre a questão da língua brasileira. Há conservadores que, em nome do purismo lingüístico, persistem na idealização de um país monolíngüe, de gramática imutável, consoante o modelo lusitano. Eles resistem às mudanças ocorridas ou em curso no PB. Entretanto, simultaneamente, desenvolvem-se estudos de modo a respeitar a variável lingüística brasileira, reconhecendo suas particularidades e atrelando-as à sócio-história singular do Brasil. Devido às suas

diversas faces, surgiram várias teses e teorias no que concerne à formação do PB e as mais relevantes serão alvo das considerações aqui apresentadas.

É fato que *as línguas variam em razão de condicionamentos situacionais que afetam os falantes, tais como o momento histórico em que se acham, o espaço geográfico, sociocultural e temático em que se movem, e o canal lingüístico que escolhem para comunicar-se*, conforme Castilho (1992, p.247), e a variação lingüística tem sido investigada por duas disciplinas que apresentam muitos pontos de contato entre si: a Dialetologia e a Sociolingüística.

Segundo Lucchesi (1996, p.71), o conceito de *norma* não é da Sociolingüística, mas do Estruturalismo. Contudo, em sua proposta teórica, Lucchesi fez uma retomada do conceito de *norma* de Eugênio Coseriu (1979 [1952]) dentro do quadro conceitual da Sociolingüística.

Ao identificar problemas conceituais na dicotomia saussuriana *langue/parole*, Coseriu propôs a tricotomia SISTEMA – NORMA – FALA. Em sua concepção estruturalista, o primeiro elemento da divisão tripartite, isto é, o SISTEMA, é *unitário, invariável e independente de qualquer determinação social, podendo ser estudado apenas por suas relações internas, a partir de sua lógica funcional. Às unidades constantes e invariáveis do sistema corresponderia o conjunto potencialmente infinito de realizações verificadas na FALA*. O elemento intermediário na tripartição, ou seja, a NORMA, abrigaria as *variantes constantes e freqüentes dentro da comunidade*, consideradas por Coseriu como *variantes normais* (cf. LUCCHESI, *op. cit.*, p .72).

Uma vez que não há distinção objetiva entre os fatos da norma e os fatos do sistema, a variação *normal* atinge as unidades funcionais do sistema lingüístico. Daí ampliaram-se os estudos a partir da década de sessenta já dentro do programa de pesquisa da Sociolingüística, estabelecendo-se relação entre variação sistemática e mudança lingüística, fato decisivo para a superação do modelo teórico estruturalista pautado na homogeneidade e invariabilidade do sistema. O modelo sociolingüístico busca, então, explicar a questão da mudança mediante o estudo sistemático da variação, concebendo a *língua como um sistema heterogêneo e variável*. Na concepção sociolingüística, os aspectos funcional e social da linguagem se interpenetram, fundindo-se também os conceitos de sistema e norma, ou seja, a variação normal é parte que integra o sistema lingüístico.

Dessa forma, objetivando uma caracterização da realidade sociolingüística brasileira, Lucchesi (1994, 1996, 1998, p. 74) a define como *heterogênea e variável*, além de *plural*, mais especificamente como uma realidade *polarizada*. Sob a defesa de que o PB é um DIASSISTEMA, Lucchesi resgata o conceito de *norma*, distinguindo-o qualitativamente do escopo estruturalista provedor deste conceito. *Norma* é, pois, o *conjunto de padrões habituais, costumeiros, dentro de uma comunidade de fala* – correspondendo ao adjetivo *normal*; *conjunto de formas ideais que são impostas na comunidade de fala* – em correspondência com o adjetivo *normativo*. Ele defende que, dentro do DIASSISTEMA do PB, definem-se dois sistemas igualmente heterogêneos e variáveis: a (s) norma (s) vernácula (s) e a (s) norma (s) culta(s). No que diz respeito à bipolarização, o pólo da norma culta toma uma direção de mudança lingüística, muitas vezes, oposta à do pólo da norma vernácula ou popular, conforme estudos desenvolvidos no Brasil, em diferentes e grandiosos projetos (NURC/PEUL...). Neles se verifica ora o afastamento, ora a aproximação do português europeu, doravante PE.

Convém ressaltar que Lucchesi e Lobo, já em 1988, propuseram uma distinção entre o que denominam *norma padrão* e *norma culta* para que melhor se compreendesse a situação lingüística do português no Brasil. Para eles, a *norma padrão* equivaleria aos modelos contidos e prescritos pelas *gramáticas normativas do português*, enquanto a *norma culta* corresponderia aos padrões de uso apreendidos na fala dos segmentos mais escolarizados da população brasileira.

Portanto, observando-se o PB contemporâneo, em suas múltiplas faces, convém analisar normas cultas e populares em perspectiva histórica para melhor compreensão da realidade lingüística com a qual se convive.

2.1.1 O Português Culto: Breves Palavras

É com base em fundamentos sócio-históricos e lingüísticos que Dante Lucchesi caracteriza a realidade lingüística brasileira como um diassistema polarizado no qual se pode distinguir uma *norma culta* e uma *norma vernácula ou popular*, ocupando diferentes extremos. Estes são historicamente explicados, posto que, já no período da colonização do Brasil, meados do século XVI até o início do

século XIX, havia distanciamento (espacial, social e lingüístico) entre a elite colonial e os colonos pobres. Os espaços ocupados nos ainda pequenos centros urbanos abrigavam o primeiro e menor grupo (a elite), enquanto no interior do país concentrava-se a maior parte da população (pobre) destituída das fortes influências culturais e lingüísticas da metrópole. Em contexto socioeconômico tão diverso, não seria a elite colonial responsável por difundir o português europeu, embora fosse conservadora; mas a população pobre, originariamente indígena e africana, adquiriria o português trazido pela *fala rude e plebéia dos colonos pobres* em precárias e ásperas condições. Assegura-se, então, que a bipolaridade das normas brasileiras tem sua gênese sócio-histórica.

A origem da(s) norma(s) cultas brasileiras torna-se mais transparente e menos controversa por contar com documentação escrita que lhe assegura, inclusive, o prestígio histórico. O PE, língua do colonizador, foi documentado desde o século XIII e datado no Brasil desde 1500.

Na Comunicação intitulada “De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios”, embora não se propusesse necessariamente a tratar do passado das normas cultas ou português culto brasileiro, doravante pcb, Mattos e Silva apresentou indícios de que esse português é fruto de uma elaboração tardia, tendo começado a difundir-se em meados do século XVIII, por conta de essa variante culta envolver aspectos pertinentes à escolarização, ao uso escrito e sua normatização. Foi marcante para a sua história (do pcb) a política lingüístico-cultural pombalina que impôs a *língua portuguesa* como língua oficial da colônia brasileira, iniciando o incentivo ao seu ensino (em substituição à chamada *língua geral* indígena de base tupinambá) e do latim, língua de cultura letrada do mundo ocidental (cf. MATTOS E SILVA, 2001, p. 278).

Em síntese, o português europeu que teria ao longo do período colonial um contingente médio de 30% da população brasileira seria a base histórica do português culto brasileiro, iniciado a partir da metade do século XVIII.

Mattos e Silva (*op. cit.*) confirma a polarização sociolingüística defendida por Lucchesi citando dados do primeiro censo geral do Brasil, extraídos de Fausto (1994, p. 237), reveladores do descuido quanto à educação básica já em 1872, quando o índice de analfabetos entre os escravos era de 99.9% e entre a população livre, considerando também as mulheres, era mais de 86%. Apesar disso, cerca de oito mil pessoas tinham educação superior no país, fato que assegura a presença do

“abismo” entre a elite letrada e o elevado contingente de analfabetos e pessoas com educação precária. O mesmo fato serve-nos de “ponte” entre o passado e o presente, quando se detecta o distanciamento entre a elite e o povo brasileiro no que concerne aos direitos à educação de qualidade, às oportunidades de ascensão social, à saúde, entre outros. Certamente o baixo número de letrados, em diferentes épocas, estruturou a polarização iniciada na sociedade colonial. Tal polarização se mantém à medida que as desigualdades sociais são reforçadas, quando não se desenvolvem políticas públicas necessárias no sentido de minimizar tantas disparidades na sociedade brasileira.

Há consenso entre Mattos e Silva e Lucchesi, pois aquela reafirma o fato de a realidade lingüística brasileira ser heterogênea, plural e polarizada como este o fez, só que introduz no caminho para a reconstituição histórica um português antecessor ao português popular brasileiro, o português geral brasileiro.

2.1.2 O Português Popular: Questões sobre as Origens

As muitas questões que envolvem a origem do português, em seu formato brasileiro, fazem com que diversos estudiosos investiguem o assunto através de variados percursos.

Para buscar as raízes do PB e, conseqüentemente, da pluralidade de normas (vernáculos e cultas) que nele se apresentam, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2001) percorreu um caminho sócio-histórico, concentrando-se em *aspectos referentes à formação e difusão da face majoritária do português brasileiro: o português popular, doravante ppb*. Em seu percurso para uma reconstrução histórica do português brasileiro no interior da dinâmica do multilingüismo/multidialealismo do Brasil colonial, apresentou dados da história da escravidão no Brasil e da história da busca da liberdade pelos escravos. Para tanto, fez-se acompanhar de historiadores, antropólogos, sociólogos... que se detiveram no assunto; embora aos primeiros não seja comum prestarem grande ‘atenção às maneiras de falar dos povos sobre os quais escrevem’.

Os dados levantados corroboram para chegar às possíveis respostas, algumas delas ainda suscetíveis de maior aprofundamento mediante novos estudos,

conforme a ilustre lingüista (2004, p. 95), e simultaneamente fundamentam a posição de Mattos e Silva favorável ao papel predominante da população de origem africana no processo de difusão do ppb em relação ao português culto brasileiro.

Uma das importantes questões para a compreensão histórica do ppb é como o Brasil tornou-se um país majoritariamente unilíngüe, quando, em seus primórdios, de 1500 a meados do século XVIII, apresentou um multilingüismo/multidialealismo generalizado. Grande é a importância da demografia histórica para a história das línguas, e a análise de dados demográficos contribui para a possível elucidação de antigas questões.

Mattos e Silva, em seu investigativo trajeto sócio-histórico, deparou-se com um português em outro formato, ainda mais diversificado, segunda língua de africanos, preso a contexto de multilingüismo, por ela considerado como antecedente histórico do ppb e nomeado, inicialmente, de *língua geral brasileira, em contraponto às línguas gerais indígenas e ao português europeu*. Posteriormente, usou a designação *português geral do Brasil*. Este poderia ser um *português simplificado, com interferências de línguas indígenas e também de línguas africanas*, segundo Mattos e Silva (*op. cit.*, p. 286-7). Considerou, também, a possibilidade de existirem pontos comuns nas variedades desse português que permitiam a intercomunicação através desse veículo lingüístico. Além disso, na política lingüística dos jesuítas, para catequizar os índios, seria necessário aprender e gramaticizar a sua língua (dos índios). Assim, as línguas gerais indígenas acompanharam de perto a ação missionária, enquanto a língua geral brasileira atendia nas situações emergenciais, quando estava em jogo a própria sobrevivência.

Embora houvesse uma aproximação entre o português geral brasileiro e a língua geral indígena, não foram os índios os difusores do português geral brasileiro, pois foram dizimados. Isso coube à população majoritária: os africanos e afrodescendentes. Em espaço legítimo ou ilegítimo de escravidão, foram agentes que difundiram o português geral brasileiro, pois não havia núcleos lingüísticos africanos a fim de que não se articulassem para se rebelar contra o sistema escravista. Logo, esse português adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, isto é, o português geral brasileiro antecedeu o ppb, difundido por população africana e afrodescendente, perfazendo uma média de mais de 60% por todo o período colonial. Portanto, a demografia histórica também reforça a polarização.

2.1.2.1 “Influências” Étnicas: Breve Retrospectiva Histórica

Na bibliografia tradicional, a orientação era buscar as “influências das línguas indígenas e das línguas africanas” no português brasileiro. Embora tais estudos tenham deixado suas contribuições por terem sido significativos, estes não explicitaram a tamanha relevância da presença africana e de seus descendentes no processo de aquisição da língua portuguesa em situação de plurilingüismo forçado e concentrador.

2.1.2.1.1 *As Trilhas das Línguas Indígenas*

Nas hoje terras brasileiras, antes que os colonizadores aqui chegassem, havia tantas línguas indígenas que se torna impossível precisar o total. Conforme Mattos e Silva (2004, p. 94), no início da colonização portuguesa, eram usadas mais de mil, de vários troncos e famílias lingüísticas. Graças a uma certa homogeneidade lingüística presente ao longo do litoral em que predominavam indígenas do tronco tupi, foi possível a gramaticização da *Língua mais falada na costa do Brasil* - gramática do Pe. Anchieta, publicada em 1595, básica para a catequese e provável aprendizagem. Entretanto, segundo Leite (1996, p. 82), *várias línguas indígenas se extinguíram sem que delas houvesse documentação satisfatória*. Até a primeira metade do século XVIII, quando o multilingüismo generalizado caracterizou o território brasileiro, a língua geral indígena era predominante.

A expressão língua geral pode recobrir uma variedade de sentido, envolvendo uma diversidade de situações lingüísticas listadas em Lucchesi (2000, p. 43):

- (i) a koiné empregada na comunicação entre as tribos de línguas do tronco da costa brasileira;
- (ii) a sua versão como língua franca usada no intercurso dos colonizadores portugueses e indígenas;
- (iii) a versão nativizada predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial da colonização; e

(iv) a versão 'gramaticalizada' pelos jesuítas sob o modelo do português e utilizada largamente na catequese, até de tribos não tupi – chamados tapuias, que significa 'bárbaro', em tupi.

O especialista na questão indígena Aryon Rodrigues trata de duas línguas gerais: a paulista, de base tupiniquim e/ou guarani – provavelmente a língua de intercomunicação entre colonizadores, colonos e índios nas bandeiras para os interiores do Brasil, no século XVII; e a amazônica, de base tupinambá. A segunda, documentada amplamente, tendo sofrido transformações, continua em uso.

Com base em relatório escrito por volta de 1692 pelo então governador do Rio de Janeiro, o historiador Sérgio Buarque de Holanda informa que os filhos de paulistas primeiro aprendiam a língua indígena e só depois a materna, ou seja, a portuguesa. (cf. LEITE; CALLOU, 2002, p.13). Sendo que o auge do predomínio das línguas gerais ocorreu no século XVII, a grande questão que emerge neste percurso histórico é: O que houve na passagem do século XVII para o XVIII que determinou a hegemonia da língua portuguesa?

É possível dar-se conta de acontecimentos da história colonial associados ao sucesso da língua lusitana: a política pombalina (marcada pelo novo contexto: mudanças radicais que se processaram na Europa na Idade Média) e a vinda de D. João VI e da corte portuguesa para a Colônia.

Vitral (2001, p. 305) rejeita o segundo acontecimento e assume o primeiro, evitando, contudo, adotar uma perspectiva legalista em relação à história. A política pombalina, no que diz respeito às línguas gerais, atingiu o seu intento, embora não através de reforma de ensino. O uso da língua portuguesa era visto como um critério de atribuição de civilidade. Para explicar o que teria ocorrido com essas línguas em disputa e o fato de o uso da língua portuguesa ter superado o uso da língua geral no sul no decurso do século XVIII, Lorenzo Vitral examina a influência do chamado processo civilizatório.

Embora o decreto de 1758 fosse um fato, Vitral argumenta que a força da legalidade neste sentido se reduz, uma vez que aspectos subjetivos entram em cena no processo da mudança. Porque a população era analfabeta, a expansão do português não foi através da escolarização, mas da predisposição dos segmentos sociais dominados. Como essa era a língua que demonstrava “civilidade”, possibilidade de inserir-se no ambiente do “dominante”, houve adesão a esse projeto político, como forma de civilidade, “refinamento de atos”.

Dessa forma, a hegemonia da língua portuguesa não dependeu estritamente de fatores lingüísticos, mas históricos, sendo indubitável que a história da colonização brasileira se reflete na diversidade lingüística existente no país, a qual vem aos poucos sendo reconhecida e respeitada. Graças à Constituição de 1988, assegura-se às populações indígenas o direito de manter sua diversidade cultural e lingüística, mas o português falado por essas populações tem sido pouco estudado sistematicamente.

2.1.2.1.2 *A Questão da Relevância ou não das Línguas Africanas*

Quanto ao debate sobre o PB e as línguas africanas, é preciso estar atento a dados históricos sobre as línguas africanas faladas no Brasil e os sucessivos estudos sobre o PB. Para os especialistas na questão das línguas africanas, Emílio Bonvini e Margarida Petter (1998, p. 1), o debate sobre a participação das línguas africanas na constituição do PB, nas suas diferentes orientações, considerou as línguas africanas em função da língua portuguesa, deixando de lado os dados históricos sobre a presença das línguas africanas no Brasil. Chegaram, com o tráfico, duzentas a trezentas línguas africanas repartidas em duas grandes áreas: a área oeste-africana e a área banto. Conseqüentemente, impõe-se reconsiderar a história dessa presença. Nessa história, dois momentos se destacam: o primeiro é caracterizado pela afirmação da influência africana no PB, enquanto o segundo caracteriza-se pela hipótese da criouliização do PB no contato com as línguas africanas.

Na década de 30, do século XX, duas publicações inauguraram o debate - as teses africanófilas de Renato Mendonça (1933) - *A influência africana do português do Brasil* e de Jaques Raimundo (1933) - *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. A primeira publicação (cf. Bonvini e Petter, *op. cit.*) *retraça o itinerário da origem, banto ou sudanesa, dos africanos transplantados para o Brasil e apresenta um bosquejo da gramática das línguas africanas, além de um inventário de palavras e particularidades do português do Brasil que o autor considera de origem africana.* A segunda, *segue mesmo esquema fundamentando suas observações em uma pesquisa mais precisa sobre as línguas africanas.* Os autores destas obras iniciais

concluem que a maioria das especificidades do PB resulta da influência das línguas africanas, principalmente o quimbundo e o iorubá.

Ao final da década de 30, houve um arrefecimento quanto à questão da língua brasileira e o foco das produções científicas passou a ser a unidade cultural e lingüística luso-brasileira, a partir da concepção de *língua como reflexo e expressão da cultura*.

No segundo momento, cientistas de sólida formação filológica: Silva Neto (1950), Melo (1946) e Elia (1940) reexaminaram a influência africana e introduziram no debate a hipótese da criouliização, tema tratado pela primeira vez pelo também filólogo, o português Adolfo Coelho (1880), que classificou o PB juntamente com os crioulos afro-portugueses, difundindo-os como dialetos do português europeu. Com os rudimentos da época, Serafim da Silva Neto fez uma síntese da sócio-história do Brasil. Defensor da unidade lingüística e conservador, reconheceu a importância do contato, mas abordou o semi-crioulo com outra fundamentação teórica. Como não há base empírica consistente, sua tese é de natureza ideológica onde considera a superioridade étnica e cultural européia.

A partir da década de 80, houve interferência de outro quadro teórico: a Crioulística no âmbito da Sociolingüística. Os norte-americanos G. Guy (1981, 1989) e J. Holm (1987) retomaram o debate em torno da hipótese da criouliização do PB. Ambos apoiaram-se nos dados sócio-históricos, mais precisamente, demográficos. O primeiro, trabalhando no quadro da teoria variacionista, analisou as diferenças entre o português popular do Brasil e o português padrão e concluiu que o PB vivenciou uma história prévia de criouliização, deixando marcas no presente. O segundo sustentou sua análise em dados comparativos de diferentes crioulos de base ibérica e considerou o PB como semicrioulo que, em sua concepção, corresponde a uma *língua resultante de um contato prolongado entre uma língua crioula e uma outra não crioula*.

Assim, a Sociolingüística e a Crioulística têm andado em consonância. Com a mesma posição teórica de Guy e Holm, Alan N. Baxter, especialista em crioulos de base portuguesa, apregoa a necessidade de ampliação desses estudos para, inclusive, explicar a distância que separa os dialetos rurais do português padrão e a direção dos processos de mudança na zona rural.

Conforme os estudos desenvolvidos, reconhecem, então, no contato entre línguas um dos processos cruciais para a formação histórica da realidade lingüística

brasileira Guy (1989), Baxter e Lucchesi (1987) e Mattos e Silva (2001). Dentre eles, Lucchesi assevera que as diversas situações de contato lingüístico vieram a provocar as diferenças que hoje são observadas entre a variedade europeia e a brasileira, e dessas situações sobrevivem características oriundas do contato com as línguas africanas que tiveram presença marcante durante a formação do país.

Os estudiosos que se dedicaram ao tema do contato entre línguas na história lingüística do Brasil são quase unânimes em afirmar que o elemento africano desempenhou um papel bem mais relevante no processo de constituição de nossa realidade lingüística atual do que o elemento indígena.

2.1.2.2 A Deriva Natural e a Transmissão Lingüística Irregular

Opondo-se à proposta de processos prévios de crioulização seguido de descrioulização do PB, a hipótese internalista, segundo Castilho (1992, p. 243), *toma como ponto de partida a estrutura das línguas, em que se identificam pontos de tensão.*

Este modo de ver apóia-se em Sapir quando tratou da *deriva, que é uma tendência própria dos sistemas a acomodarem-se, independentemente de continuarem em seu berço de origem ou serem transplantados para outros ambientes.*

A teoria da deriva ou mudança por fatores internos parece ter sido inicialmente aplicada ao PB por Câmara Jr. (1957) quando procurou uma razão interna para o uso do pronome *ele* como objeto direto no PB e declarou não ser necessária a recorrência a falares crioulos para justificar tal construção.

Também Révah (1963) rejeitou a teoria de que crioulos, resultantes de contatos distintos (africano, indígena), *pudessem ter-se amalgamado dando surgimento a uma variedade lingüística tão uniforme, como o PB.* Para Castilho (*op. cit*), ao utilizar-se do argumento da uniformidade lingüística, Révah pensava *na inexistência de reais dialetos no PB, língua em que quaisquer indivíduos podem intercomunicar-se, independentemente de sua origem geográfica ou social.*

Naro (1973, 1978), Tarallo (1993), Naro e Scherre (1993) descartam também a hipótese da crioulização/descrioulização, apoiando-se em argumentos

lingüísticos e extralingüísticos. Eles vêem as atuais características do PB fundamentalmente como o resultado da evolução interna da língua portuguesa.

Assim, nessa trajetória até aqui feita para a reconstituição sócio-histórica do PB, fez-se um desvio de caminho, posto que, nessa perspectiva, ignoram-se os dados demográficos e a relevância do contato entre línguas na formação do PB.

2.1.2.3 O Contato entre Línguas e a Transmissão Lingüística Irregular

Os adeptos da transmissão lingüística irregular não partilham da idéia de Guy: crioulização seguida de descrioulização. No que concerne às origens estruturais do português brasileiro, há várias discussões e aqui se propõe um breve confronto.

Segundo Naro e Scherre (2003), a transmissão lingüística é tida como normal, *regular* quando se processa entre crianças, a partir da fase de socialização, na base de uma amostra de fala suscetível de uma análise ordenada. As primeiras palavras, mesmo provindas da língua dos pais, seriam logo esquecidas quando a criança entra em contato com outras crianças. Assim, as circunstâncias lingüísticas enfrentadas pela geração anterior se tornam irrelevantes para a evolução posterior. Citam como exemplo os imigrantes.

A transmissão lingüística *irregular* (doravante TLI) dar-se ia entre adultos e/ou com base em fala não suscetível de uma análise ordenada, talvez por ser caótica ou por razões outras. Esse processo (TLI) é atestado em larga escala na história humana e costuma ocorrer com qualquer movimento populacional ou de conquista significativa. Também consideram como TLI a aquisição de uma segunda língua por adultos em ensino formal ou através de mecanismos informais durante o curso natural da vida cotidiana só pelo fato de os agentes do processo serem adultos e aí estar presente uma norma (no sentido de serem estruturas usuais) que se constitui um alvo consciente. Nesse caso o falante fica sujeito à correção explícita que não ocorre na pidginização quando importa a comunicação efetiva.

Para eles, a *pidginização* é um sistema lingüístico criado por adultos, surgido a partir de um contato entre grupos populacionais para propósitos bem definidos e delimitados, tais como trocas comerciais ou trabalho forçado em uma

plantação, em um contexto em que as pessoas não dispõem de outro meio verbal comum de comunicação. Normalmente seu léxico baseia-se na língua do grupo socialmente dominante; mas, no início do processo, as estruturas empregadas podem variar de falante para falante de acordo com seus conhecimentos lingüísticos anteriores e a experiência colhida em suas interações com outros falantes na situação de contato.

Já a *crioulização* resultaria de um pidgin (antes usado pelo adulto) usado, então, pela criança em sua fase de aquisição da primeira língua. Nela as estruturas lingüísticas universais armazenadas na faculdade da linguagem podem entrar em ação para criar uma nova estruturação, diferente do pidgin. Consideram os autores que a crioulização ocorre através da nativização de um pidgin e não através da sua expansão funcional.

Explicam a erosão gramatical encontrada nos pidgins ou nas línguas crioulas como decorrente do fato de falantes da língua dominante modificarem formas normalmente empregadas em sua língua a fim de facilitar o processo de comunicação. Ofereceriam, então, aos dominados dados primários desprovidos de marcas morfológicas existentes nas línguas lexificadoras. Poderia, ainda, tal erosão advir de estratégias independentes de simplificação, tais como expressar cada elemento semântico através de um único elemento fonético. Também os dominadores poderiam imitar a fala do grupo social dominado. Outra possibilidade seria aquisição lingüística com base em fala não susceptível de uma análise ordenada.

No que concerne à TLI na língua portuguesa nas variedades populares no Brasil, Naro e Scherre crêem na ausência de pidginização estabilizada (pidgin de base lexical portuguesa estável) no Brasil devido à presença da língua geral de base lexical tupi que preenchia as necessidades de comunicação de forma, segundo eles, “plenamente” satisfatória. Para tanto, confiam na documentação existente para atestar o fato, entretanto desconsideram aspectos demográficos. Vêem como provável a simplificação da língua portuguesa por parte dos portugueses no Brasil e evidência disso seria o estado atual da nossa língua portuguesa, onde se destaca o uso menos freqüente das concordâncias variáveis de número e uso mais freqüente de pronome na função de sujeito. A redução de marcas de concordância é comum nos pidgin e crioulos, enquanto o uso aumentado do pronome sujeito não o é. Conforme seus estudos, o sujeito explícito é menos usado quando falta marca no

verbo o que os leva a afirmarem que “marcas levam a marcas” e “zeros levam a zeros.

Concluem que *no Brasil não existem características estruturais novas induzidas pelo contato entre línguas ou pela nativização do português entre os segmentos de falantes de outras línguas e seus descendentes*. Para os referidos autores, *todas as estruturas alegadas como brasileiras têm sua existência confirmada em dialetos rurais ou não padrão de Portugal*. A diferença entre o que ocorre aqui e lá é a frequência de uso e a distribuição social das variantes não padrão. Crêem na ampliação dos fenômenos existentes por lá.

Lucchesi, ao tratar do mesmo assunto, TLI, contraria Naro e Scherre afirmando que as variedades populares do português *exibem muitas características estruturais que resultam de processos de mudança induzidos pelo contato entre línguas*. Mesmo sem as variedades lingüísticas populares terem sido pidgin ou crioulos típicos, o português popular do Brasil dá evidências de semi-crioulização. No processo de TLI, esta por ele tomada como *processos históricos de contato massivo e prolongado entre línguas, nos quais a língua do segmento que detém o poder político é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos*, pode ser formada historicamente uma nova língua (pidgin ou crioula) ou uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato, ou seja, língua nova ou variação da velha língua. Na situação de contato, mantêm-se só os elementos essenciais necessários ao preenchimento das funções comunicativas básicas. Maior acesso aos modelos da língua alvo resulta em menor erosão gramatical e o nível de acesso condiciona-se por fatores socioculturais e demográficos.

Também afirma que no processo de TLI *surgem os embriões de processos potenciais de gramaticalização*, fato inaceitável para Naro e Scherre. Enumera uma série de estruturas do português brasileiro que resultam de processos de TLI, o que seria um equívoco aos olhos de Naro e Scherre.

Segundo Lucchesi, todas as línguas pidgin e crioulas exibem algum nível de perda de morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal em relação à língua alvo. Tal assertiva é consensual entre os crioulistas. Para ele, o contato entre línguas desempenhou um papel relevante na história da língua portuguesa no Brasil e o *desenvolvimento teórico do conceito de TLI pode contribuir*

para o avanço do conhecimento acerca da história lingüística não apenas do Brasil, mas de grande parte do continente americano.

2.1.3 O Português Rural: Outra Vertente do Português Popular

Sociedades civilizadas fazem distinção entre o rural e o urbano. Conforme Jorge Augusto da Silva (2005, p. 42), *a definição do espaço rural e do espaço urbano estaria ligada às atividades desenvolvidas por homens do campo e da cidade, bem como no grau de relações que os envolve a depender da distribuição espacial da população rural e da urbana.* Portanto, há que se considerar a realidade urbana e a rural também nos estudos da formação do português brasileiro.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 31), uma análise da situação da língua portuguesa no Brasil implica a consideração de diversos fatores, dentre os quais se pode salientar a dualidade lingüística – modalidade urbana *versus* modalidade rural.

Tal dicotomia se deve ao processo de colonização do país e os lingüistas fazem uso de diferentes terminologias para dela tratarem. Língua urbana *versus* falares rurais ou vernáculos rurais é a forma adotada pela autora para referir-se a esse par (visto inicialmente como opositivo e depois como um *continuum*). Ela faz a distinção entre os vernáculos e a língua urbana, conceituando os primeiros como *variedades regional-rurais que apresentam características especiais na fonética, na morfossintaxe e no léxico* e considerando a segunda como *uma denominação genérica que inclui as diversas modalidades estratificadas da língua, usadas nas zonas urbanas, na fala e na escrita.*

Há ainda o que Bortoni-Ricardo denomina de rurbanas, terminologia da antropologia social, *comunidades urbanas de periferia onde predomina forte influência rural na cultura e na língua.* São rotulados como falantes de uma variedade urbana os oriundos de zona rural que, após a imigração, mantêm traços culturais originais.

Indivíduos procedentes de zonas rurais ou urbanas percebem facilmente a estigmatização que recebem os itens lexicais e expressões mais salientes de sua fala regional ao se radicarem na zona urbana. Em conseqüência do contato

lingüístico com a variedade urbana, comumente apresentam um falar com traços das duas variedades.

Nesta dissertação os vernáculos serão tratados simplesmente como português rural, uma das modalidades do português do Brasil que vem sendo estudada em diferentes projetos em regiões brasileiras.

2.1.3.1 O Português Rural do Brasil: um Recorte

Pode-se descrever o Brasil como um vasto país rural, no período da sua colonização, meados do século XVI ao início do século XIX, conforme Lucchesi (2002, p.76), uma vez que as cidades e vilas da época não exerciam influência nas povoações interioranas. Tal fato foi marcante para a formação das vertentes da língua portuguesa no Brasil. A língua trazida para o Brasil pelos portugueses, segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 31), *conservou-se, nos grandes centros de colonização no litoral, onde havia constante intercâmbio comercial e cultural com a metrópole, bem semelhante à modalidade lusitana, distinguindo-se dela, porém, em alguns traços*. Em contrapartida, em longínquos espaços campestres, colonos vivenciavam a modalidade de língua portuguesa que lhes permitisse “compreender e ser compreendido”, isto é, comunicar-se.

As características rurais da sociedade brasileira e sua urbanização tardia e desordenada são enfatizadas pela sociologia tradicional no Brasil e, antes de enumerar textos sociológicos sobre a vocação agrária do Brasil, Bortoni-Ricardo (*op. cit.*, p. 91) apresenta a seguinte justificativa:

Nossa urbanização é desordenada porque, ao contrário do que aconteceu no Primeiro Mundo, no Brasil e em outros países periféricos, a urbanização não foi precedida pela industrialização, como nos países onde a revolução industrial teve início no século XVIII. Até o início do século XX, o Brasil é considerado um país rural.

Como se percebe ao final da citação, a característica de “país rural” atribuída ao Brasil por Lucchesi (*op. cit.*) durante pouco mais de três séculos de sua existência, ganha ampliação temporal, ou seja, início do século XX, na abordagem de Stella Maris Bortoni-Ricardo.

Esse cenário foi mudando à medida que, no afã de melhores condições de vida nas cidades, migrantes rurais foram formando rapidamente um segmento populacional que se radicou à margem do sistema de produção, sujeito a uma série de mazelas sociais. Illetrados e semiletrados ainda constituem a maioria da população rural e da população egressa do campo que, nas cidades, mesmo no novo milênio, mantém-se privada das oportunidades de ascensão social. Esse é um público que freqüentemente é alvo de discriminação social e que encontra dificuldades de acesso à cultura dominante, bem como ao nível culto da língua, expressão fiel dessa cultura. Ela comenta que o último censo do IBGE em 2000 mostrou que a população rural do Brasil em 35 anos caiu de 50% para 19% do total de 175 milhões de brasileiros.

Os estudos desenvolvidos revelam profundas diferenças de natureza fonológica e morfossintática que distinguem a linguagem rural da urbana. Elas se tornam mais transparentes no sistema flexional nos verbos, nos pronomes e nos nomes, quando aparecem as múltiplas possibilidades de variação, sobretudo se a categoria lingüística é redundantemente marcada.

Vê-se, portanto, que a variação no Brasil não está ligada apenas à estratificação social, mas envolve outros fatores condicionadores, inclusive a dicotomia rural-urbano. A sociolingüista e etnógrafa Stella Maris Bortoni-Ricardo aponta como o principal fator de variação lingüística no Brasil *a secular má distribuição de bens materiais e o conseqüente acesso restrito da população pobre aos bens da cultura dominante*. É digno de nota, entre outros, o trecho da autora (*op. cit.*, p. 14) o qual será, por conseguinte, citado:

O cidadão erudito aprecia a língua culta, que por sinal é o seu meio natural de comunicação, mas o trabalhador braçal, a empregada doméstica, os milhões de iletrados também o fazem. Demonstram igualmente um sentimento positivo em relação “à boa linguagem”, à linguagem daqueles que têm estudo.[...] O prestígio associado ao português-padrão é sem dúvida um valor cultural muito arraigado, herança colonial consolidada nos nossos cinco séculos de existência como nação. Podemos e devemos questioná-lo, desmistificá-lo e demonstrar sua relatividade e seus efeitos perversos na perpetuação das desigualdades sociais, mas negá-lo, não há como.

Mesmo sabendo que o português rural está sujeito a forte estigmatização, busca-se combater os preconceitos, à proporção que se desenvolvem as pesquisas e se publicam os resultados, atrelando-os a dados sócio-históricos que não só

explicam, mas também justificam as variedades do português popular no Brasil, vistas também à luz do contexto espacial rural e urbano.

2.1.1.3.2 Estudos sobre o Português Rural da Bahia: uma Síntese

Dada a existência de um Mega Projeto intitulado Vertentes do Português Rural da Bahia, sob a coordenação do Prof. Dr. Dante Lucchesi, vinculado ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, UFBA; outros de menor porte, atrelados ao primeiro, têm se desenvolvido no sentido de *estudar a realidade atual dos falares rurais do Estado da Bahia, buscando lançar luzes sobre os processos que constituem a história lingüística desses falares*.

O Projeto Vertentes, implementado em 2001, dispõe de coordenador associado, Alan Baxter. Inclui, além de pesquisadores, bolsistas da UFBA. Nele se tem feito, dedicadamente, *a constituição do acervo de fala do Português Rural do Estado da Bahia em meio digital e análises lingüísticas das diversas variedades da língua falada no interior do Estado*.

Por apresentar características semelhantes as que se encontram em línguas crioulas, o dialeto de Helvécia tem sido foco de estudos (Baxter e Lucchesi, 1999; Lucchesi, 2000, 2001; entre outros). Tais estudos repercutem dentro e fora do Brasil, dando mostra da credibilidade atingida pelos pesquisadores. Certas marcas caracterizadas pelo contato estão se perdendo. Pelos resultados obtidos em cuidadosas análises, Helvécia, comunidade afro-descendente com histórico de isolamento, *está passando por um processo de aquisição da regra – o padrão dos dialetos rurais ao seu redor – seu modelo mais próximo de “padrão lingüístico”*.

Sob o suporte teórico-metodológico da Sociolingüística Variacionista, há várias dissertações de mestrado e trabalhos de estudantes ligados ao Projeto Vertentes, *buscando dar conta das mudanças que afetam a estrutura da língua em situações de contato*. Nessas pesquisas, ressalta-se o contato da língua portuguesa com as línguas indígenas e africanas e a transmissão lingüística irregular. Dessa forma se tem investigado o comportamento lingüístico de algumas comunidades rurais e comunidades afro-brasileiras, isoladas ou não, no interior do Estado da Bahia.

Esses estudos envolvem temas diversos da gramática do português falado no interior da Bahia e contribuem para uma caracterização da realidade lingüística brasileira.

2. 2 A COMUNIDADE EM ESTUDO: SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Antes de discorrer sobre Santo Antônio de Jesus, doravante SAJ, ressalva-se que as informações que aqui serão apresentadas resultam de pesquisa feita em produções de autores como Sales (2006), Valadão (2005), Oliveira (2002), Santos (1999) e Queiroz (1995). Além das contribuições oriundas das bibliotecas, uma ou outra informação foi também fruto das entrevistas feitas diretamente no campo.

Cidade localizada ao Sul do Recôncavo Baiano, SAJ, também denominada de *Terra das Palmeiras* ou *Cidade das Palmeiras*, passou parte de sua história sob influência de outros centros urbanos, como Cachoeira, Maragojipe e Nazaré. Conforme Geraldo Pessoa Sales (2006), na apresentação do seu livro, a terra berço de Isaías Alves, Landulfo Alves figura entre as mais importantes do interior baiano. Embora seja cearense, Sales acompanhou o progresso da Cidade das Palmeiras nos últimos quarenta anos de convivência cotidiana.

Na literatura baiana, menciona-se a importância das estradas de ferro para o desenvolvimento socioeconômico da região entre o final do século XIX e meados do século XX. Fazem parte da história agropecuária desse município o cultivo de produtos de subsistência, como a mandioca, o milho, o feijão, dentre outros cultivos, e a formação de pastagens para a criação de gado e cavalos, que forneciam a força motriz para os antigos engenhos. Até metade do século XX, foram relevantes para sua socioeconomia as atividades agrárias, ressaltando-se as lavouras de mandioca, café e fumo. Seu raio de influência era ainda limitado nesse período, quando fornecia produtos primários para consumo local e para algumas cidades vizinhas, atingindo até a capital do Estado, Salvador.

As atividades agrárias existentes no município ainda persistem, porém com pouca expressividade; pois, por volta dos anos setenta, SAJ emerge como centro regional de comercialização e distribuição de bens e serviços; saindo,

portanto, da condição de produtor rural. Nessa época, as atividades comerciais concentravam-se em torno da Praça Padre Matheus, principal referência histórica da cidade.

Há polêmica quanto à formação do seu primeiro núcleo urbano. Sua forma de crescimento urbano se deu ao longo dos caminhos utilizados pela população, tanto a pé como no lombo dos burros em meio às atividades agropecuárias que se desenvolviam no município e região. Analisando literatura existente sobre a região em que SAJ está inserida, torna-se difícil estabelecer seus limites; mas, nesse contexto regional, sabe-se que, conforme Santos (1999, p. 1), sua urbanização foi muito rápida e que são fortes as ligações que envolvem a cidade e a região. Dados comprovam a intensa relação existente entre SAJ e os dois centros de maior importância socioeconômica do Estado: Salvador e Feira de Santana. SAJ foi uma das cidades da rede urbana do Recôncavo que mais cresceu durante o período de 1980 e 1996.

Por estar geograficamente junto à Baía de Todos os Santos e, ainda, pela sua proximidade com as rodovias BR 101, BA 245 e BA 026, tornou-se um importante entroncamento rodoviário nos anos oitenta, impulsionando o crescimento das suas atividades comerciais. Também as relações com a capital do Estado se intensificaram graças às facilidades de comunicação com Salvador, via *ferry boat*, catamarã ou BR 324, mas não caracterizaram a condição de dependência.

Principalmente nos dias de quarta, sexta e sábado, quando se torna mais evidente a sua dinâmica devido à feira, que é formada por consumidores e representantes comerciais, há um intenso fluxo de pessoas e de veículos que se deslocam para a cidade oriundos de diversas regiões do Estado e até mesmo de outras áreas do país. Constitui-se numa das primeiras atividades comerciais existentes no município a feira livre, cuja existência vem desde a origem da própria cidade. Também há polêmica quanto a sua localização original. Alguns dizem ter sido próximo à extinta estação ferroviária, enquanto a maioria afirma que a feira teve início nas proximidades do oratório de Santo Antônio, onde está atualmente localizada a Praça Padre Matheus. Conta-se que fiéis de cidades vizinhas, ao virem para o encontro das orações realizadas naquela época, aproveitavam para praticar as atividades comerciais. Vê-se, então, que as atividades eclesiais foram também relevantes na origem tanto do comércio quanto da própria cidade; porque, na medida em que muitos fiéis iam à Capela do Padre Mateus, alguns foram se

fixando em suas redondezas, para mais facilmente participarem das atividades religiosas e culturais.

Dessa forma, o nível de acessibilidade encontrado na região, em função das facilidades de entrada e saída, tanto por via terrestre como marítima, aliado às questões naturais têm contribuído para a projeção de SAJ no cenário regional.

2.2.1 Características Históricas

Conforme Queiroz (1995, p. 59),

Na mata exuberante, já se encontravam, convivendo com os animais, centenas ou milhares de anos decorridos, donos da terra e usufrutuários de suas dádivas, **seres humanos**, portadores de uma **cultura**, em estágios mais ou menos avançados, diferente daquela dos que, homens brancos, dela se iam aproximando ou nela já se embrenhavam desde o correr do século da Descoberta. Sua cor, suas línguas ou dialetos, seus deuses, mitos, heróis reverenciados, suas lendas, seus cânticos e danças, suas normas de viver, usos e costumes, marcavam-lhes a identidade, inteiramente oposta, não só entre eles mesmos, como grupos, mas, principalmente à de que eram dotados os invasores. (grifo do autor).

Inicialmente, conforme conta Queiroz (1995), *os portugueses, influenciados pela suavidade do relevo, fertilidade do solo e riqueza das matas, se dirigiram para a área atual do município de Santo Antônio de Jesus encontrando os índios como os primeiros moradores. Através do Rio Jaguaripe, os colonizadores penetraram intensamente na área fundando vários povoados. Em seguida, essas pessoas fizeram estradas em direção à Serra do Gariru ou Jibóia, ocupando toda a região e proporcionando a entrada de novos habitantes, inclusive dos negros que foram trazidos à força para servir de mão-de-obra escrava. Isso ocorreu por volta dos séculos XVI e XVII.*

Portanto, as bases iniciais que resultaram na formação de SAJ surgiram desde o século XVI, quando, segundo o IBGE (1958), aconteceu a penetração e o posterior povoamento da área atualmente pertencente ao município, pois anteriormente era vinculado a Nazaré. Nessa época, torna-se difícil afirmar, segundo a literatura, quais as verdadeiras denominações das tribos que habitavam o

município. Todavia, segundo Santos (1999, p. 72), *ocorre a possibilidade de os cariris, tupinambás e os aimorés terem sido os primeiros ocupantes desse território.*

Datam do século XVIII os primeiros assentamentos do povoado, que resultaram na atual cidade de SAJ. Em 27 de setembro de 1776, houve a doação de terras feita pelo Padre Matheus Vieira de Azevedo para a construção do oratório consagrado a Santo Antônio. Esse oratório foi transformado em capela no dia 23 de setembro de 1877.

Ainda no dizer de Queiroz,

escassos os brancos, nem tão numerosos ainda os mestiços, insubmisso e inadaptável o indígena, os trabalhos agrícolas, além da extração da madeira, exigiram, juntamente com o funcionamento do engenho, o reforço do braço escravo negro, trazido da África, oriundo das mais diversas regiões, pertencente a variadas tribos, de cultura diferenciadas.

Como se vê, também em Santo Antônio de Jesus foi marcante a presença negra. Sem eles, segundo Fernando Pinto de Queiroz (1995, p. 159), não se escreve história de qualquer parte do Brasil ou de seu todo. Lá também deixaram seu suor, sangue, lágrimas e inteligência.

No século XVIII (1765, 1767, 1768, 1769 e 1774), em livro em péssimo estado de conservação, Queiroz decifrou registro de escravos ou filhos de escravos levados à pia batismal do Oratório do Padre Mateus, sem nenhum deles, contudo, mencionar procedência geográfica ou étnica, nem mesmo dos pais, restando no registro a data de 30 de junho de 1769, do batismo de *Marcela*, adulta, “*da Costa da Mina*”, escrava de Caetano de Faria, tendo por padrinho a Gracia (sic) - Garcia - escravo do mesmo senhor, marcando a presença *sudanesa* na região, (cf. QUEIROZ, p. 164. grifos do autor).

Segundo Oliveira (2002, p. 16), *SAJ foi elevado à categoria de freguesia em 19 de junho de 1852, tornando-se vila em 29 de maio de 1880 ao ser desmembrado de Nazaré e, posteriormente, elevado à cidade, em 1891.* A autora apresenta, em seu livro, o quadro geográfico, econômico e social de SAJ, reportando-se ao século XIX. Para coletar informações, a historiadora recorreu, dentre outros, aos viajantes, às correspondências dos vigários e das Câmaras ao Presidente da Província. Comenta também sobre *a relação proprietários/escravos, considerados não cidadãos, por não possuírem os atributos de liberdade e propriedade.* Menciona, inclusive, o “caxixe” (termo que designa logro ou esperteza

na obtenção de terrenos e fazendas destinadas ao cultivo de cacau) e o crédito hipotecário como *artifícios utilizados pelos senhores de terras no sul da Bahia, entre 1890 e 1930, para ampliar as suas propriedades rurais*.

Com o passar do tempo, em imóveis rurais de pequeno e médio porte, se estabeleceu o que Queiroz denominou de civilização da mandioca, tal como, em outras regiões, se identificou a civilização do pastoreio, vindo aquela a caracterizar o município santantoniense por sua estrutura agrária constituída por pequenas e médias propriedades, sem latifúndio digno de nota.

Ao concluir essa síntese histórica, é interessante citar a veemente afirmativa de Queiroz (*op. cit.*, p. 174), posto que ela ratifica não uma mera influência, mas uma participação efetiva dos negros na sócio-história de Santo Antônio de Jesus.

Certo é, pois, que os negros, *sudaneses e bantos*, não passaram por Santo Antônio de Jesus, onde terão chegado desde suas origens, no século XVII possivelmente, e desapareceram, no correr dos tempos, consumidos como peças, mercadorias trazidas da África para o serviço dos senhores brancos.

Aqui também, “contrastando com o índio, que foi assimilado, morreu ou desertou para as matas, embora deixando vestígios de sua cultura, o negro sobreviveu. A sua escalada foi lenta, mas segura.”

Aqui, mais do que o índio, ele continua e continuará, é e será presença evidente, definitiva e definidora, genética e culturalmente: na cor, nos traços físicos, no modo de ser e de viver, de pensar e de crer daquela maioria mais autenticamente santantoniense, que continua e continuará intrigada com o mistério do por quê da rua do Espera Negro, entre a Prudente de Moraes e a da Cancela, por onde seguia, transpondo, pouco adiante, o riacho da Má Vida, a antiga estrada para o Cunha, o Taboleiro do Menezes e adjacências.

Para Valadão (2005, p.144), *o comércio de Santo Antônio cresceu graças a empreendedores nobres, arrojados, idealistas, sonhadores e dotados de profundo amor por sua terra natal ou adotada*. Esse autor ainda acrescenta que *santantonienses, natos ou forâneos, prestaram o melhor dos seus esforços em prol do desenvolvimento da terra querida*. Para ele, *não haveria livro nem papel suficiente, para registrar a vida e os feitos de cada um de seus 80.000 habitantes* (*op. cit.*, p. 148). Certamente entre estes, muitos de baixa renda e destituídos de prestígio social jamais encontrariam páginas para que fossem lembrados na história, contudo tiveram elevada participação no desenvolvimento de SAJ emprestando-lhe a força necessária para o alcance do seu progresso.

2.2.2 Características Socioculturais

Mas o que dizer da gente de SAJ?

Segundo Hélio Valadão (2005, p. 148), o *povo santantoniense é simples e bondoso, porém, não tolera engodos. Para agradá-lo basta ser honesto, amar e respeitar a sua cidade.*

Com freqüência o santantoniense orgulha-se da feira livre que tem demonstrado crescimento relevante na atualidade. Nela se contempla um cenário diversificado que vai desde a busca pela sobrevivência até o aproveitamento do espaço para a comunicação, lazer e manifestação cultural. Embora os feirantes revelem pequeno nível de instrução, os consumidores não se limitam apenas à classe de baixo poder aquisitivo. É possível detectar-se o constante envolvimento da classe de maior nível de renda nessas atividades. Ressalva -se que, dentre feirantes de produtos primários, poucos têm residência na zona rural, enquanto a maioria é domiciliada na cidade.

Atualmente, essa atração regional está relacionada às atividades desempenhadas pelos atacadistas e varejistas do comércio formal, que trabalham com uma variedade enorme de produtos, indo do material de limpeza até os móveis e materiais de construção e pela atuação dos principais serviços públicos e privados, que, juntos, constituem elementos primordiais na movimentação existente em SAJ.

Outra atração no âmbito regional, orgulho da gente santantoniense, é o *Shopping Center Itaguari*, inaugurado em 1997, construído para despertar a clientela local e regional. O Itaguari, patrimônio da família Moura, dispõe de espaços para a cultura e lazer. Além de oferecer as possibilidades de compra e prestação de serviços, procura canais de envolvimento com a comunidade. Nele são freqüentes as exposições de quadros e fotografias, há espaço para a juventude participar da danceteria aos finais de semana, constituindo-se numa das poucas opções para a população santantoniense. O movimento se intensifica nos períodos junino e natalino, mas o fluxo médio diário é de três mil pessoas, segundo a administração do *Shopping*.

Sales (2006, p. 83) atribui também o progresso santantoniense à fundação, a partir de 1965, dos clubes de serviços LIONS e ROTARY, respectivamente, posto que a MAÇONARIA já existia há várias décadas. Segundo o

referido autor, esses clubes integram o *alto mundo pensante, econômico, social e político de SAJ, foram e continuam sendo verdadeiros laboratórios de idéias luminosas a serviço da educação, da saúde, e do bem-estar social da gente de lá.* Acrescenta que a *Rádio Clube, criação de Álvaro Martins, deu voz àquela terra.* Ressalta ainda as escolas privadas como contribuintes do progresso da Cidade das Palmeiras. Conforme relata, Madre Maria do Rosário Almeida foi pioneira, liderando o movimento educacional em SAJ que culminou com a construção do Colégio Santo Antônio.

Hoje, entre os principais serviços que dinamizam SAJ, destacam-se a Universidade do Estado da Bahia/UNEB, o INSS, o Hospital Regional, além dos serviços bancários. Em função de tais serviços, chegaram e continuam chegando, procedentes de todos os lugares do Brasil, centenas senão milhares de profissionais liberais e outras categorias profissionais.

Embora tenha logrado progresso, a cidade não tem conseguido responder à demanda social, principalmente no que se refere a emprego. O município absorve intenso contingente de pessoas desempregadas tanto da cidade como de outras áreas do Estado da Bahia. Sem perspectiva de trabalho, cresce o número de pessoas indigentes e eleva-se o índice de marginalidade. Quem luta por não fazer parte dessa realidade exposta anteriormente, busca sobreviver mediante serviços de porte menor, sempre provisórios, como motorista de transporte alternativo, moto-táxi, corretor de imóveis, além de serviços de bares e restaurantes.

Em função da demanda já existente, a cidade carece também de uma reestruturação do serviço de saúde, pois pacientes em estado grave não dispõem de atendimento adequado devido à carência hospitalar. O Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, iniciado em 1991, com recursos do Ministério da Saúde e da Prefeitura Municipal, até então não foi inaugurado para solucionar tamanho problema. É interessante ressaltar que, nos inquéritos utilizados nesta pesquisa, os informantes, com frequência, colocaram em pauta questões relativas à saúde e ao emprego.

Além da falta de opção em cultura, artes e esportes, são poucas as praças e jardins disponíveis para o lazer da comunidade. Os mais antigos tinham o privilégio de se distraírem através do bate-papo após o trabalho, sentados às calçadas de suas casas ou, ainda, com a chegada e a partida do trem cuja estação localizava-se no centro da cidade, na Praça Félix Gaspar, ponto de encontro de boa parte da

comunidade da época, era um lazer gratuito. Contudo, na atualidade, até o anfiteatro municipal foi extinto graças à ausência de políticas voltadas para a cultura e o lazer no município.

Outro fato notável em SAJ, do ponto de vista urbanístico, é que os bairros São Paulo, Irmã Dulce, Santo Antônio e a invasão da Rádio Clube destacam-se entre os mais carentes da cidade, entretanto as edificações são feitas de tijolos ou blocos, diferente do que ocorre em outras cidades brasileiras, onde a população de baixo poder aquisitivo reside em casas de tábuas. Nesses bairros, há graves problemas socioambientais como *falta de água e esgoto a céu aberto, além da carência de alternativa de renda, obrigando os moradores, inclusive crianças e mulheres grávidas, a se submeterem às atividades de subemprego, como é o caso das indústrias artesanais de fogos*, conforme Miguel Cerqueira Santos.

Observando-se os aspectos socioculturais, é possível perceber que a cidade precisa de grandes melhorias e cabe às autoridades competentes providenciá-las. Nela alguns nasceram, saíram para estudar e voltaram à boa terra depois de formados. Também foi e é berço acolhedor de forasteiros; todavia, nativos ou visitantes, pondo de lado o ufanismo, podem reconhecer, em meio ao seu progresso, características bastante provincianas.

2.2.3 Características Lingüísticas

No português brasileiro, conforme Bortoni-Ricardo (2005, p. 32), há notável acervo assimilado às línguas indígenas e africanas. Com relação ao português rural, observa-se um maior distanciamento da norma portuguesa, pois nessa modalidade foi, possivelmente, mais acentuada a influência do adstrato indígena e do pidgin falado pelos negros entre si e nos seus contatos com a população branca e mestiça.

Quando se trata de aspectos lingüísticos, analisando-se a literatura disponível sobre a cidade em estudo, SAJ, a menção feita naquela literatura disse respeito tão somente ao léxico. Embora os estudos propostos nesta dissertação não estejam no nível lexical, mas no nível morfossintático, considerou-se interessante fazer uma aparente digressão no sentido de ressaltar a grande contribuição dos

negros que, ainda em nossos dias, não desfrutam de merecido reconhecimento. Segundo pesquisa, há que se considerar que, juntamente com as contribuições brancas e indígenas, o santantoniense porta consigo a preciosa herança recebida das diversas tribos ou nações africanas.

Com singular beleza, Queiroz apresenta uma série de palavras presentes no cotidiano da população santantoniense tendo sido trazidas pelos escravos. Aqui não se quis parafrasear o trecho, porque significaria omitir a notável arte de escrever praticada pelo autor. Ainda que de longa extensão, deu-se preferência à manutenção do trecho original.

a doçura emprestada à língua portuguesa com o sinhô, sinhá, iôião, iáíá, iozinho, iazinha, sinhozinho e sinhazinha, que, de modo de tratar, passaram aos apelidos; o gostoso do dengo, da denguce, do dengoso e da dengosa, no vocabulário e nas atitudes, como, também na linguagem e na prática, o insuperável cafuné, cujos efeitos maravilhosos já os mais novos não têm o privilégio, nem tempo de conhecer, e, no entanto, falta imensa faz neste viver estressado dos dias atuais; mandigas e mandingueiros, “coisas feitas”, ou feitiços e seus feiticeiros, lembrando as práticas e os praticantes; o odor do “sabão da Costa”; a utilidade, inclusive medicinal, da “folha da Costa”; a beleza do colorido do “pano da Costa” e do “xale da Costa”, que os “negros da Costa” nos habituaram a admirar e usar; caruru, vatapá, abará, acarajé, bobó, xinxim, efó, moquecas de peixe, de camarões, de caranguejos, de siris, enfim, toda a culinária em que predomina o azeite de dendê, com presença certa na mesa santantoniense, infalivelmente nas festas de “Cosme e Damião” – os “carurus de São Cosme” – e na Semana Santa, não esquecidos o “arroz de auçá” (haussá), o inhame, a pipoca – que Omolu não dispensa - , o mungunzá, o acaçá, a “banana de Angola” e a “galinha de Angola”, que não é outra senão o barulhento, ágil, divertido, gracioso e, para muitos, saboroso saqué ou coquem, o popular “tou fraco”, que ainda povoa aqueles quintais, onde os pés de taioba esperam o momento de se tornarem efó, não se podendo esquecer o ainda atual calundu e a sempre recomendada e usada “figa de Guiné”, que defende dos “olhos maus”. São apenas algumas das evidências que nos legaram os bantos e sudaneses contribuintes de nossa formação étnico-cultural, sem desprezar o que ficou nas festas religiosas ou profanas, nos folguedos, brinquedos, credences e superstições, ditados e provérbios, medicina caseira, cânticos, danças e instrumentos musicais, artes em geral, sincretismo religioso, modo de ser e de viver, com honras e saudades para a mãe-preta, muitas vezes a mãe-de-leite, a mãe-de-criação, aquela preta gorda e paciente, que dá de comer e beber, conta história e transmite regras morais e conhecimentos pela tradição obtida. Essa vigiou o sono, aliviou a dor de ouvido com as gotas mornas de “folhas da Costa”. Os mais novos não conheceram nem conhecerão mais. Trouxeram ainda o batuque e a capoeira de Angola que sobrevivem nos tempos atuais.

Na pesquisa desenvolvida, até então não se encontrou literatura que contemplasse o tema em estudo “A alternância *nós* e *a gente* na primeira pessoa do discurso no plural” ou que, pelo menos, a ele se relacionasse. Embora a cidade

disponha de uma Universidade Estadual (UNEB) que oferece, dentre outros, o curso de Licenciatura em Letras, tendo já oferecido também cursos de pós-graduação, pelo menos na biblioteca daquela Universidade não se localizou qualquer estudo pertinente a essa área de interesse.

2.3 CONSIDERAÇÕES

Observando-se o PB contemporâneo, verifica-se não só a heterogeneidade comum a todas as línguas, como também a polarização e a pluralidade tanto de normas cultas quanto de normas populares. Contudo, a história lingüística do Brasil não se reduz à constituição histórica do PB, contada por vários caminhos, estudada até então; muito menos se limita ao que aqui sumariamente se discorreu, mas é bastante complexa.

No percurso feito ao longo deste estudo, viu-se inicialmente a análise da realidade lingüística brasileira, mais especificamente do PB, à luz dos argumentos de Dante Lucchesi e Rosa Virgínia Mattos e Silva, ambos apoiando-se na sócio-história, superando a antiga e tradicional orientação de investigar apenas as possíveis influências. Em lugar disso, tais lingüistas explicitam *o papel da maciça presença africana e de seus descendentes, em nova terra em contato com novas línguas em seu processo de aquisição daquela língua que socialmente desempenha o papel hegemônico, em situação de aquisição imperfeita e na oralidade.*

Em seguida, percorreu-se um caminho rumo a um passado mais distante, quando se buscavam, prioritariamente, as “influências” das línguas indígenas e das línguas africanas no português do Brasil. Tal prática ainda é reavivada por alguns estudiosos. Porém, voltou-se a estudos recentes (Sociolingüística e Crioulística) nos quais entra em pauta a história dos indivíduos e da comunidade em que estão inseridos. Neles inclui-se o presente estudo da alternância *nós* e a *gente* no português popular no interior da Bahia, observando-se mais especificamente o comportamento lingüístico da comunidade de fala na zona urbana e na zona rural de Santo Antônio de Jesus.

Todo esse caminhar foi feito ao som do efeito da voz escrava no vernáculo brasileiro; pois, ante as evidências, vê-se como impossível minimizar tal tom, embora

se reconheça a presença de elementos lingüísticos comuns no processo de intercomunicação o que possibilitava a harmonia, quando diferentes indivíduos entravam em contato sem interferência de escolarização (referência feita às línguas gerais, principalmente).

Reconhecendo-se também a polarização sociolingüística no PB, detecta-se a raiz ou base desta na dinâmica histórica, só que se atribui o mesmo valor às etnias responsáveis pela existência dos extremos ou pólos lingüísticos, ou seja, nem o português europeu (originador do português culto brasileiro) nem o português dos africanos, fruto do contato, (antecedente do português popular brasileiro) podem ser tomados isoladamente como ponto de partida exclusivo em qualquer jornada de estudos sócio-históricos.

As múltiplas falas correntes no Brasil evidenciam a pluralidade de normas cultas e vernáculas que possibilitam estudos de modo a verificar o dinamismo lingüístico que pode levar a mudanças ou constituir-se em variação estável. Todavia, as diferenças não nos tornam necessariamente melhores ou piores em relação aos falantes do PE ou aos nossos compatriotas que revelam falas cultas ou vernáculas. Nessa tentativa de caminhada pela reconstituição histórica do PB, vale lembrar que não se consegue ir longe, quando o preconceito lingüístico é companheiro constante.

3 NÓS, A GENTE E A CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A gente não sabemos escolher presidente
 A gente não sabemos tomar conta da gente
 A gente não sabemos nem escovar os dente
 Tem gringo pensando que nós é indigente
 Inútil
 A gente somos inútil
 A gente faz carro e não sabe guiar
 A gente faz trilho e não tem trem prá botar
 A gente faz filho e não consegue criar
 A gente pede grana e não consegue pagar
 A gente escreve livro e não consegue publicar
 A gente escreve peça e não consegue encenar
 A gente joga bola e não consegue ganhar

A letra da música¹ acima revela, em relação à tradição dos dicionários e gramáticas, um aparente “despudor” (na visão dos puristas da nossa língua portuguesa), enquanto retrata um fato lingüístico presente na oralidade de muitos brasileiros: a alternância na expressão do pronome sujeito de primeira pessoa do discurso no plural. Esse fenômeno variável no português brasileiro estabelece uma importante correlação com o processo de variação na concordância verbal.

A fotografia que os pesquisadores brasileiros têm desenhado sobre a alternância *nós* e *a gente* para referência à primeira pessoa do discurso no plural, permite-nos conhecer as semelhanças e diferenças nos padrões de variação em várias regiões do país. Já se pesquisou o fenômeno em estudo em diferentes Projetos: Norma Urbana Culta (NURC), Variação Lingüística da Região Sul do Brasil (VARSUL), Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), além dos trabalhos publicados pelos pesquisadores e alunos ligados a esses projetos.

Aqui se pretende sintetizar informações coletadas de algumas gramáticas e dicionários, bem como de alguns trabalhos construídos sob bases empíricas. Essa é uma tarefa cujo risco maior é o de limitar-se a parafrasear, necessariamente de forma incompleta, o que os autores tão bem apresentaram.

Neste capítulo, a abordagem não será estritamente em ordem cronológica, mas segundo a ordenação que se julgou viável para expor, de forma mesclada,

¹ Inútil, letra e música: Roger Rocha Moreira.

esses estudos tradicionais e sociolinguísticos. Deles se fizeram os recortes dos aspectos relevantes correlacionados ao tema desta pesquisa sem, contudo, deixar de reconhecer os méritos de todos os trabalhos na íntegra.

3.1 NÓS, A GENTE E A CONCORDÂNCIA NA TRADIÇÃO GRAMATICAL

Na língua portuguesa falada no Brasil, conforme Machado (1995, p. 5), é *perceptível a variação de uso das formas pronominais nós e a gente para referência à primeira pessoa do discurso no plural*. Mesmo freqüente na linguagem coloquial, a expressão *a gente* é raramente objeto de descrições gramaticais.

Tradicionalmente, Napoleão Mendes de Almeida (1963, p. 160) apresenta o valor básico do pronome *nós*: plural do pronome *eu*, representando *as pessoas que falam*. Esse gramático extremamente conservador, conforme Zilles (2002, p. 158), não se caracteriza como lingüista (adjetivo dado equivocadamente pelo deputado Aldo Rebelo) e, entre outros, vê o povo brasileiro como incapaz de aprender a língua materna. Impõe, já no Prefácio de sua *Gramática metódica da língua portuguesa*, o dever de o brasileiro, não só o gramático, conhecer a língua portuguesa, caso preze a sua nacionalidade.

No que concerne à forma *a gente*, as gramáticas fazem poucas e divergentes menções. Almeida (*op. cit.*, p. 162) afirma em nota: *como pronome deve-se escrever a gente com os elementos separados*. Em sua gramática, a palavra *gente* aparece como sinônimo de *pessoas* entre os substantivos coletivos.

Sobre Napoleão Mendes de Almeida, Marcos Bagno (2001, p. 52), ao combater declarações preconceituosas e anticientíficas registradas por aquele gramático, ressalta que, ao longo da história, Almeida se tornou *figura quase folclórica, um arquétipo do gramático intolerante, conservador e autoritário*.

Segundo Cunha e Cintra (1985, p. 268-9), *os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais*, servindo para representar um substantivo ou acompanhá-lo. Sobre os pronomes pessoais, afirmam os autores citados que *nós* tem capacidade de indicar no colóquio *quem fala* – em primeira pessoa do plural – tendo *eu* como pronome singular

correspondente. São ditos *retos* quando funcionam como sujeito da oração opondo-se aos oblíquos empregados fundamentalmente como objeto.

Na linguagem formal, Cunha e Cintra (1972, p. 276-7) informam que o pronome *nós* adquire valores especiais: o plural de modéstia e o plural de majestade. O primeiro costumam usar os escritores e os oradores em lugar da forma normal *eu*, evitando o tom impositivo ou muito pessoal de suas opiniões. Expressam-se como porta-vozes do pensamento coletivo. O segundo foi usado outrora pelos reis de Portugal e é ainda hoje mencionado pelos altos dignitários da Igreja como símbolo de grandeza e poder de suas funções. Isso porque a não-projeção do *eu* é boa norma de civilidade. Citam-se respectivamente os exemplos:

→ Algumas (cantigas), mas poucas, foram por *nós* colhidas da boca do povo. (J. Cortesão, CP, 12)

→ *Nós*, Dom Fernando, pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve, *fazemos saber...*

Quanto à concordância, advertem que, quando o sujeito *nós* é usado como plural de modéstia, o predicativo ou particípio, que com ele deve concordar, costuma ficar no singular, como se o sujeito fosse efetivamente *eu*.

→ Ficamos *perplexo* com o que ele disse.

Celso Cunha e Lindley Cintra (*op.cit.*, p. 288) tratam *a gente* como “fórmula de representação” da primeira pessoa, empregada no colóquio normal em lugar de *nós* e também de *eu*. Acrescentam, ainda, que o verbo *deve ficar* sempre na terceira pessoa do singular.

→ Houve um momento entre *nós*
em que *a gente* não falou. (F. Pessoa, QGP, nº 270)

→ – Você não calcula o que é *a gente* ser perseguida pelos homens. Todos me olham como se quisessem devorar-me. (C. dos Anjos, DR, 41)

Evanildo Bechara (2003, p. 164), em edição revista e ampliada da *Moderna gramática portuguesa*, apresentada como *a mais completa soma de fatos e soluções de dúvidas em língua portuguesa*, ao tratar dos pronomes pessoais, informa que *nós* indica *eu* mais outra pessoa ou outras pessoas, e não eu + eu. Sobre a

pluralização, explica em nota o fato de não ser possível existirem vários “eus” concebidos pelo próprio “eu” que fala, pois *nós* não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”, independente do conteúdo desse “não-eu”. A junção forma um total novo e de particular tipo. Ressalta, ainda, que a presença do “eu” é constitutiva de “nós”. Como observação (p. 166), revela que o substantivo *gente*, precedido do artigo *a* e em referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a esta sozinha, passa a pronome e se emprega fora da linguagem cerimoniosa. Acrescenta que em ambos os casos o verbo fica na terceira pessoa do singular.

Verifica-se, então, que em nota Bechara admite a inclusão de *a gente* no sistema pronominal, porém isso é feito de forma ainda discreta, mesmo na gramática dita *atualizada*. Na sua vigésima edição (1976, p. 96), ou seja, a mais antiga que se teve ao alcance, já constava a observação sobre o substantivo *gente* precedido do artigo *a* passando a pronome fora da linguagem cerimoniosa; também na vigésima oitava edição (1983, p.96) manteve-se o fato observado, contudo a *moderna gramática portuguesa* ampliou as informações sobre o pronome pessoal “nós” como não sendo o plural literal do pronome pessoal “eu” e preservou “a gente” fora do quadro “oficial” dos pronomes pessoais. Isso não seria, ainda na trigésima sétima edição (2003, p. 166), um reflexo do velho preconceito quanto às formas lingüísticas que procedem de um uso mais popular?

Interessante a análise que Bechara (*op.cit.*, p. 184-5) faz do possessivo em referência a um possuidor de sentido indefinido: *se o possessivo faz referência a pessoa de sentido indefinido expresso ou sugerido pelo significado da oração, emprega-se o pronome de 3ª pessoa: ‘É verdade que a gente, às vezes, tem cá as suas birras...’ Explica que quando o falante se inclui no termo ou expressão indefinida, usa-se a primeira pessoa do plural. ‘A gente compreende como estas cousas acontecem em nossas vidas.’ Faz-se, portanto, uma correlação entre a gente e nossas, isto é, possessivo referente à quarta pessoa (P4) e pronome pessoal de terceira.*

Pasquale e Ulisses, na Gramática da Língua Portuguesa (1999, p. 286), informam que, *na linguagem coloquial, utiliza-se com freqüência a forma a gente como pronome de primeira pessoa do plural e que o verbo deve permanecer na terceira pessoa do singular*. Citam como exemplo a frase “Com o tempo, **a gente** aprende cada coisa! (grifo do autor). Acrescentam que, *na linguagem formal, essa*

forma deve ser substituída por nós. Portanto, de modo menos analítico que Bechara, tratam do assunto, deixando a forma pronominal *a gente* limitada ao coloquialismo.

Conforme Neves (2003, p. 25), no português brasileiro, evidencia-se, em eventos de fala, a expressão *a gente* em um uso neutro e bem tradicional em que *gente* é um substantivo coletivo referente a pessoas. Nesse caso, a concordância é na terceira pessoa do singular e no feminino.

→ *A gente* daqui é como *a gente* de toda parte. (VPB)

A expressão *a gente* é também usada como um pronome pessoal de plural, numa referência que inclui a primeira pessoa (“nós”). Embora esse uso seja menos formal, é já bastante aceito.

→ Lá *a gente* deve ter a *nossa* casa, as *nossas* riquezas, porque lá não entra quem roubou na terra o que era de todos. (IN)

Ainda que pouco aceitável, chega-se a usar a expressão *a gente* com o verbo na primeira pessoa do plural, como equivalente a *nós*.

→ *A gente* queremos mudar? (EMB)

Embora os estudos diacrônicos comprovem que a inserção de *a gente* no sistema pronominal data do século XIX e estudos sincrônicos do Projeto NURC revelem que também cultos preferem *a gente* a *nós* em grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro (Lopes, 1996), as modernas e contemporâneas gramáticas ainda resistem a tamanha evidência de mudança.

3.1.1 Refletindo sobre a Concordância dos Pronomes *nós* e *a gente*

Ainda que as gramáticas façam referência à figura de sintaxe *silipse*, que corresponde à concordância ideológica, irregular ou figurada (cf. CUNHA; CINTRA, 1985, p. 614; ALMEIDA, 1965, p. 419), causou e ainda causa um certo impacto a

música *Inútil*, cantada por *Ultraje a Rigor*. Portanto, não é sem causa que tal música foi escolhida para introduzir este capítulo. “A gente somos inútil” – verso que faz parte do refrão - apresenta “erro” grosseiro de concordância e deixa abalada a credibilidade do texto e de seu elaborador. Isso consoante a visão preconceituosa dos ferrenhos defensores do purismo lingüístico, das gramáticas normativas que raramente explicam fenômenos já consagrados na linguagem coloquial.

Válida na linguagem literária e evitada na linguagem formal do cotidiano comunicativo, a “silepse” tem sido expressivamente usada por diversas comunidades de falantes que não fazem distinção entre concordância ideológica e concordância gramatical.

→ A gente queremos participar.

→ A gente vamos hoje.

Celso Cunha (1985, p. 485) cita

a solidariedade da regra de concordância entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo, para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito.

Vê-se tradicionalmente uma espécie de exigência de harmonização de flexões entre os diversos constituintes de uma construção. Isso é *concordância*, segundo a Gramática Descritiva de Mário Perini (1998, p. 180).

Contudo, o português brasileiro falado contraria o pressuposto da Gramática Tradicional (GT), sobretudo no que concerne à concordância verbal. A observação empírica, bem como os estudos sociolingüísticos demonstram que, no português popular do Brasil, a concordância verbal precisa ser definida como regra variável.

Segundo Zilles, Maya e Silva (2000, p. 202), ao se refletir sobre concordância de primeira pessoa do plural, não se pode deixar de considerar o apagamento do /s/, omissão da desinência, alternância de vogal temática e, ainda, a gramaticalização de *a gente* que, por conseguinte, à proporção que substitui nós, repercute na alteração do paradigma verbal.

Conforme Vieira (1995, p. 115),

a não-realização da regra de concordância verbal, no português do Brasil, constitui, sem dúvida, um traço de diferenciação social, de cunho estigmatizante, que se revela, com mais nitidez, no âmbito escolar.

Aulete (1964), segundo Albán e Freitas (1991, p.77), além de registrar a *gente* com o significado de *nós*, acrescenta que ‘...neste sentido o *povo* emprega este nome no singular, fazendo-o concordar com o verbo no plural: a gente fomos; a gente mandamos...’ (grifo nosso). Mesmo não tendo encontrado ocorrências da forma pronominal *a gente* com verbo flexionado com desinência número-pessoal -*mos* (DNP4) nos dados do VARSUL, Zilles *et al.*(*op. cit.*) mencionaram *que os professores de português de Porto Alegre reportam esse uso na fala e na escrita de seus alunos das camadas populares.*

Portanto, ao refletir sobre a língua que falamos, parece que ao *povo* é concedido o direito de “trair” regras de concordância, empregar construções tidas como inaceitáveis pelos falantes cultos. Contudo, ainda que estes (os cultos) não digam “A *gente* não sabemos nem escovar os dente”, já expressam consonância entre *a gente* e *nós* mediante pistas gramaticais indicadoras de P4 ou da quarta pessoa – possessivos e oblíquos – deixadas em suas já estudadas falas.

→ “A *gente* andava de bicicleta, era o esporte predileto *nosso*”. Lopes (1996, p. 9).

Na norma culta, a forma *a gente* não tem marca verbal, diferentemente de *nós*; já no português popular, há uma alternância: *nós* trabalhamos/trabalha; *a gente* trabalha/trabalhamos.

As fugas à norma culta detectadas na já mencionada música podem ainda soar mal a alguns ouvidos; todavia, paulatina ou disfarçadamente, a elite lingüística vai se envolvendo nesse ritmo popular. Isso propicia estudos quanto aos fatores condicionadores que se mostram atuantes no fenômeno da concordância verbal nas diversas variedades e estes têm sido freqüentemente descritos em estudos sociolingüísticos.

3.2 OS POSSÍVEIS SIGNIFICADOS DE *NÓS* E *A GENTE*

Segundo Maria Del Rosário Albán e Judith Freitas (1991, p. 77),

nossos dicionários – MORAIS (1945), AULETE (1964), AURÉLIO (1º ed. – s.d.), Mirador Internacional (1976) – registram a forma *a gente* sob o verbete *gente*, substantivo feminino e entre seus significados indicam o próprio pronome *nós* (...). No verbete *nós*, entretanto, sequer remetem à forma *a gente*.

Na segunda edição *revista e ampliada* do Novo Dicionário da Língua Portuguesa AURÉLIO (1986, p. 845), também sob o verbete *gente*, substantivo feminino, apresenta-se *a gente* significando

a (s) pessoa (s) que fala (m); eu, nós: “De Jesus Cristo resta unicamente / Um esqueleto; e a gente, vendo-o, a gente / Sente vontade de abraçar-lhe os ossos!” (Augusto dos Anjos, Eu, p. 110); “E quando a gente volta à casa, um dia, / Vê trancada a janela que sorria / E lê na porta: ‘Aluga-se esta casa’.” (Afonso Schmidt, Mocidade, p. 16).

Quando esse dicionário se refere ao pronome *nós*, não há qualquer correlação com *a gente* como se tem verificado no uso. Isso se deve, conforme Omena (1996, p. 189) à sua exclusão do quadro das formas canônicas dos pronomes pessoais. No que se refere à ampliação do EU, segundo Albán e Freitas (op. cit., p. 76-7), a tradição consagra só a forma *nós*. Essas pesquisadoras apresentam como possibilidades de ampliação do EU tanto *nós* quanto *a gente* ainda que não se evidenciem marcas formais. Mediante uma seqüência de exemplos, elucidam as possibilidades interpretativas citadas a seguir:

a) EU + NÃO-EU

Eu acho que isso... se meu pai ou o seu fosse um cara desses, eu acho que a gente seria ignorante. (Inf. F1, Inq. 208).

b) EU + ALIA

Fui companheiro de caça de meu pai... Nós, quando armávamos um... uma armadilha... . (Inf. F3, Inq. 234).

c) EU + NÃO-EU + ALIA

Assim, eu não poderia dizer de outras unidades. Aqui na Escola... nós não temos esse problema. (Inf. F3, Inq. 156). (Os interlocutores eram professores da mesma unidade universitária).

No português falado, segundo Omena (1996, p. 188), a forma *a gente*, do substantivo feminino latino *gens*, *gentis*, pode ser usada para nomear de forma

coletiva, indeterminadora, mais ou menos geral, um grupo de seres humanos, um agrupamento de seres humanos, identificados, entre si, por objetivos, idéias, qualidades, nacionalidade ou posição. Tal forma sofreu modificação semântica e gramaticalmente. Acrescenta-se ao significado, originalmente indeterminador, a referência à pessoa que fala, deitivamente determinada e a forma deixa de ser substantivo e passa a integrar o sistema de pronomes pessoais.

Autores como Machado (1995), Lopes (1996) têm analisado a alternância *nós* e *a gente* em decorrência da gramaticalização da expressão nominal *a gente* que passa a concorrer com o pronome *nós*.

Confirmou Lopes (*op. cit.*, p. 9) que

considerar ***a gente*** como variante de ***nós***, implica admitir que a forma ***nós***, tradicionalmente entendida como “plural de eu”, pode apresentar várias possibilidades de compreensão: eu + tu/você, eu + ele/ela, eu + vós/vocês, eu + eles, eu + todos. É o que Benveniste (1988) convencionou denominar de “eu – ampliado”. (grifo da autora).

Conforme comentário de Monteiro (1991) *apud* Lopes (1996, p. 117), *nós não corresponde ao plural de “eu”, porque é ilógico imaginar “eu + eu”, havendo nesse caso troca de pessoa*. Em “Havia uma tradição, desde a copa do mundo de cinqüenta, pelo menos aquele pessoal que assistiu e se lembra daquilo. Ah, até nós sairmos perdendo. Então, acho que foi o jogo mais emocionante. O Brasil estava jogando mal.” (Inq. 18, Projeto NURC/PoA), o falante usa *nós* referindo-se a ele próprio (o eu), ao interlocutor (tu/você), aos jogadores que participam da partida, aos torcedores, a todos os brasileiros em geral, como exemplifica Lopes (1999, p. 10).

Em seus estudos, Lopes buscou identificar os fatores de ordem discursivo-pragmática e os de natureza sintático-semântica que atuam na alteração categorial de nome para pronome, isto é, na mudança de *gente*, como sinônimo de *as pessoas*, para *a gente*, referência à primeira pessoa do discurso no plural. Ela afirmou que

A posposição de um determinante/qualificador a um núcleo no SN [...] é um dos fatores que determinam a oposição de nomes a pronomes pessoais, em função de serem raros os casos em que os pessoais são seguidos por determinantes no grupo sintagmático. (LOPES, *op. cit.*, p. 108).

O exemplo a seguir foi a única ocorrência encontrada onde *a gente* pronominal está seguido por um qualificador.

→ Para quê querem a *gente* civilizados? (século XX, Portagem, PA, dado 36, p. 67).

Por serem *nós* e *a gente* formas de manifestar o EU AMPLIADO, sua alternância tem se dado entre falantes ditos cultos ou não. Lopes (2004, p. 152) comenta que

o pronome *a gente* apresenta também um caráter indeterminador em oposição a uma nuance mais específica de *nós*. O falante se descompromete com o discurso, tornando-o mais vago e genérico, pois tal forma pode englobar as demais pessoas (eu + você(s) + ele(s) + todo mundo ou qualquer um).

Ao tratar do significado de *a gente* dentro da tradição gramatical, Lopes (op. cit., p.154) explica que,

na Gramática fundamental, considera-se a expressão *a gente* de valor indefinido, citando-a como um exemplo ou 'o meio' pelo qual o sujeito indeterminado pode se manifestar. Diferentemente de outros gramáticos, Chaves de Melo não atenta, em nenhum momento, para o fato de que tal forma pode ser um pronome, seja pessoal, segundo Cunha & Cintra ou indefinido para Said Ali.

Na visão dialetológica, Célia Lopes aponta Antenor Nascentes com a afirmação de que, *nas classes incultas no Brasil, o verbo deixa de estabelecer a concordância formal para fazer concordância semântica com a primeira pessoa do plural, pois a 'pessoa que está falando tem em mente a sua pessoa e as mais, com ela associadas'*.

Dessa forma, analisando o que se apresenta em dicionários e, ainda, o que dita a tradição gramatical portuguesa, a música utilizada como epígrafe evidencia algumas possibilidades de uso das formas *nós* e *a gente* no PB, mesmo sendo vistas como estigmatizadas (*nóis é indigente/ A gente não sabemos*).

Simultaneamente, em paralelismo morfossintático, traz também construções que atendem às prescrições gramaticais (*A gente faz música e a gente não consegue gravar – grifo nosso*). Viu-se *a gente* + verbo na terceira pessoa do singular.

Essa música o autor **gravou** e tornou-se notória não pela quantidade de versos sustentados nos compêndios gramaticais (oito); mas, sobretudo, pela estrofe

inicial e pelo seu refrão. Para alguns, ela seria *inútil* em estudo para uma caracterização da *nossa língua portuguesa*, o PB.

3.3 NÓS E A GENTE NO PORTUGUÊS URBANO

Ante a ausência de uma descrição consensual e coerente dos pronomes *nós* e *a gente* na GT, alguns estudiosos se debruçaram sobre este tema fazendo investigações e análises que têm contribuído para a almejada interpretação dessas variantes em dialetos brasileiros.

3.3.1 Foco no Projeto NURC

Embora o enfoque desta pesquisa seja a alternância *nós* e *a gente* no *português popular* no interior da Bahia, mais especificamente do Município de Santo Antônio de Jesus, acima e abaixo fez-se alusão aos estudos desenvolvidos dentro do Projeto NURC para que se possa fazer um contraste entre a fala popular e a fala urbana.

Leite e Callou (2002, p. 54) apresentaram os percentuais de distribuição de uso de *a gente* e *nós* no português do Brasil resultantes de pesquisas tanto na fala culta quanto na popular motivadas pela inclusão da expressão *a gente* no quadro dos pronomes pessoais. As pesquisadoras não detectaram significativas discrepâncias entre as cinco capitais brasileiras escolhidas no final da década de 1960 por atenderem aos dois critérios de seleção: idade (mais de cem anos de fundação) e população (mais de um milhão de habitantes). Esses critérios foram estabelecidos pelo Projeto NURC cuja relevância para os estudos da língua portuguesa do Brasil é inegável.

As autoras constataram equilíbrio na distribuição de *a gente* 56% e *nós* 44% e, entre Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, o Rio de Janeiro é a capital onde *a gente* é mais usado na função de sujeito (59%), enquanto as demais optam por *nós*. Os percentuais apontaram para uma acelerada

substituição de *nós* por *a gente* nas últimas décadas, embora não tenha atingido, na norma culta, exatamente a mesma aceitação que se verifica na fala popular. Conforme tais estudos, na década de 90 a forma inovadora *a gente* alcançou 75% no Rio de Janeiro e nos jovens ultrapassou 90%.

Há dez anos, a partir de pressupostos da Teoria da Variação, liderada por William Labov, Célia Lopes (1996, p. 121), ao pesquisar sobre a alternância das formas *nós* e *a gente*, representando a primeira pessoa do plural na função de sujeito, também confrontou o comportamento dos falantes das três principais regiões do Brasil, representadas pelas cidades do Rio de Janeiro (região sudeste), Salvador (região nordeste) e Porto Alegre (região sul), através de amostra do Projeto NURC/Brasil. Em sua pesquisa, já se revelou uma preferência para o uso de *a gente* no Rio de Janeiro (PR .69) em oposição a Porto Alegre e Salvador (PR .60 e PR .66 respectivamente) onde falantes utilizaram mais a forma *nós*.

Lemos (1991) *apud* Lopes (*op.cit.* p. 121), ao examinar as tendências de uso dos pronomes *nós* e *a gente*, no plano diatópico, nas mesmas capitais brasileiras, igualmente comprovou que Porto Alegre e Salvador são cidades que empregam preferencialmente a forma canônica *nós*, enquanto o Rio de Janeiro utiliza a forma mais inovadora *a gente* como pronome sujeito.

Maria Del Rosário Albán e Judith Freitas (1991, p. 75) examinaram o uso das formas pronominais sujeito *nós* e *a gente* em um segmento do *corpus* do Projeto NURC/Salvador – três inquéritos do tipo diálogo entre dois informantes e, nesse estudo, a variável faixa etária apresentou resultados mais significativos: os locutores da faixa 3 (entre 62 e 68 anos) optaram pelo uso de *nós* (65%), enquanto a faixa 1 (entre 29 e 31 anos) revelou preferência por *a gente* (79%) como forma pronominal.

3.3.2 Uma Análise Sociolingüística

Tentando traçar os caminhos da mudança, Lopes (1999) organizou um *corpus* constituído por entrevistas do Arquivo Sonoro da Fala Culta do Rio de Janeiro do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta (NURC), para analisar a variação entre *a gente* e *nós* nos dados de fala do século XX.

Através do confronto da fala dos mesmos informantes do Projeto NURC/RJ na década de 70 e na década de 90 e de outros, buscou observar o comportamento do indivíduo e da comunidade. Para possibilitar comparação entre PB e o PP, ou seja, português brasileiro e português de Portugal, selecionou entrevistas de falantes com nível superior completo, de ambos os sexos e seguiu a mesma distribuição etária proposta para o NURC.

O *corpus* para análise em tempo real de curta duração englobou 10 inquiridos, de ambos os sexos, distribuídos por faixa etária: 2 entrevistas de cada sexo para a faixa 1, de 25 a 35 anos, 2 para a faixa 2, de 36 a 55 anos, e 1 para a faixa 3, de 56 anos em diante. O segundo conjunto de dados correspondeu a novas entrevistas realizadas na década de 90 com os mesmos informantes da década anterior para o estudo de painel – Amostra Recontato ou Década de 90. A terceira amostra foi composta por 8 novas entrevistas gravadas entre 1992-1996.

Com base nos dados de fala, os estudos demonstraram uma aceleração de substituição de *nós* por *a gente* nos últimos vinte anos no português do Brasil (56% PR .55) comparando-se ao PP (12% PR .22) (cf. p. 164).

Confirmou-se que a concordância com P4 é uma maneira de cristalizar formalmente na sintaxe o traço semântico [+ EU] proposto para o pronome *a gente*, mas, em entrevistas com os falantes cultos, não houve paralelismo com P4, e sim com pronome possessivo que possibilita tal interpretação.

→ E sai no *nosso* diploma que *a gente* tem condições de assinar uma planta (cf. p. 168).

Elevados foram os índices de frequência e pesos relativos de P4 na vizinhança sintática de *a gente*: (86%, .89) na década de 70, (80%, .76) na amostra Recontato, (95%, .83) na nova amostra de 90 (cf. p. 169). Pressupondo a inclusão do *eu*, tem *a gente* um valor dêitico, porque remete à situação lingüística.

Lopes (1999) subdividiu, no *corpus* de língua falada, a *tipologia semântica do sujeito* em: referente específico (explícito ou determinado pelo falante); referente genérico (abrange o emissor, o receptor e outros) e leitura impessoal (pode ser substituída por construção com o clítico “se”). Prevaleceu o emprego genérico e impessoal em seus estudos. Da década de 70 para 90, a aceção de *a gente* impessoal aumenta de 76% para 96% e o emprego de genérico de 55% para 71%. Isso sugere, conforme Lopes (*op. cit.*, p. 174), *que o uso impessoal está se firmando*

como o mais geral, enquanto à forma *nós* caberia um uso referencial mais específico. Dessa forma, no PB, configurou-se o emprego funcional específico para as formas *nós* e *a gente* como ocorre nos processos de gramaticalização.

Ao comentar sobre o comportamento lingüístico da comunidade ao final do século passado no que diz respeito à alternância *nós* e *a gente*, Lopes (2004, p. 168-9), conjugando as amostras NURC-RJ e PEUL-Censo-RJ, constatou que as duas primeiras faixas etárias da amostra Censo (até 25 anos) apresentaram semelhante comportamento em relação ao primeiro grupo etário do Projeto NURC: preferência pelo uso de *a gente*. A forma conservadora *nós* suplanta a inovadora *a gente* na faixa etária 3 do PEUL e na faixa 2 do NURC. Isso leva a crer, conforme a autora, que a substituição de *nós* por *a gente* está se efetivando progressivamente entre falantes cultos e não-cultos, embora Omena (2003) *apud* Lopes (*op. cit.*, 169) defenda que, *com a passagem do tempo, os falantes vão adquirindo a forma mais antiga e mais prestigiada na escrita padrão ou usando-a mais freqüentemente.*

Ante os percentuais de emprego genérico e impessoal (indeterminado) de *a gente* e índices de referência específica (determinado), Lopes (*op.cit* p. 171) analisou que entre falantes não-cultos, na amostra Censo 2000, *a gente* tornou-se mais produtivo tanto no contexto de referência determinado (80% PR .61) quanto indeterminado (79% PR .43). Na década de 1980, os índices foram 67% (PR .44) de referencialidade determinada e 85% (PR .53) de indeterminada. Mesmo entre os falantes cultos, ela detectou uma elevação de 24% (PR .22) para 59% (PR .23) de 1970 para 1990 para a referência determinada. Esses resultados levaram-na a sugerir *a generalização de a gente para todos os contextos como forma quase que obrigatória.*

3.3.3 Foco no VARSUL

Para estudos sobre a variação do sujeito *nós* e *a gente*, Seara (2000, p. 180) baseou-se em dados de entrevistas gravadas e codificadas pelo Projeto VARSUL e verificou a variação em tempo aparente através de três faixas etárias distintas: 15 a 24 anos; 25 a 50 anos e acima de 50 anos. Foram doze entrevistas

de informantes florianopolitanos, com nível primário e colegial, sendo seis homens e seis mulheres. Analisou variáveis lingüísticas e sociais.

Prevaleceu, em seus estudos, a variante *a gente* com 72% de uso e o tempo verbal ocupou o primeiro lugar na ordem de relevância para o uso dessa forma, seguido por sexo, traço semântico do sujeito, faixa etária, graus de conexão do discurso e escolaridade. Viu que nos tempos verbais em que há menor saliência fônica na diferença entre a terceira pessoa do singular e a primeira do plural, como no pretérito imperfeito, tem-se maior probabilidade de uso de *a gente* (PR .68); havendo, então, menor probabilidade de uso desse pronome no pretérito perfeito do indicativo (PR .23) e no presente (PR .33), quando se emprega o pronome *nós*.

Os dados também mostraram que, em Florianópolis, a frequência de ocorrência da perda da desinência *-mos* é de 28% entre os dados referentes ao pronome *nós* e de apenas 1% de ocorrência de *a gente* mais verbo com a desinência *-mos*, originando a forma socialmente estigmatizada.

Semanticamente, prevaleceu *a gente* nas frases com sujeito [- específico] (PR .68), mas o traço [+ específico] também passa a ser associado a essa variante (PR .44). Com o traço [+ específico], há uma leve diminuição no uso de *a gente* (PR .44 contra PR .56 para *nós*). Na variável grau de conexão do discurso, buscou observar referentes presentes no texto controlados em apenas cinco graus a depender da longa ou curta distância referencial. O grau 4 mostrou uma tendência maior ao uso da variante *a gente* (PR .69), havendo relativa neutralidade entre os demais, respectivamente (PR .51), (PR .46), (PR .42), (PR .45). Julgou o estudo escalar mais adequado que o paralelismo formal, por permitir apreender as diferenças em relação a elementos interferentes impessoais e de outras pessoas gramaticais diferentes dos dados.

Quanto ao gênero, os informantes do sexo masculino preferiram *nós* (PR .70), enquanto as mulheres tenderam à variante *a gente* (PR .66). No que concerne à faixa etária, os mais jovens optaram por *a gente* (PR .69), a faixa intermediária apresentou peso relativo (PR .51) para a forma inovadora e, acima de 50 anos, o uso dessa forma pronominal declinou para (PR .40), indicando, talvez, que a forma conservadora *nós está cedendo lugar a gente*, na interpretação de Seara.

Ao contrastar os dados, verificou semelhanças com os resultados de Omena (1996). A interpretação dos resultados levou a pesquisadora a concluir que há efetivamente um processo de mudança em curso.

Em outro estudo aliado a esse mesmo projeto, dados parciais foram apresentados resultantes de investigações feitas por Zilles, Maya e Silva (2000) sobre a variação na concordância verbal com a primeira pessoa do plural (P4), considerando a língua falada em Panambi e Porto Alegre, duas comunidades do Rio Grande do Sul. Propuseram-se a discutir em que medida se pode falar em extinção da desinência de primeira pessoa do plural. Também se utilizaram da teoria sociolingüística laboviana para investigar relações entre a estrutura lingüística e a estrutura social a partir de 32 entrevistas gravadas em áudio e transcritas segundo o sistema adotado no VARSUL.

Os autores (*op. cit.*, p. 201-2) elencaram as variantes descritas por Castilho (1992) seguidas de exemplos coletados das entrevistas constantes no Banco VARSUL e repetidas a seguir:

zero: Nós *era* agricultor. (PAN06, linha 1.128)²
 -*mo*: Nós *falamo* o nosso alemão. (PAN16, linha 1.067)
 -*mos*: Nós *falamos* corretamente português. (POA01, linha 513)
 -*emo*: No presente do indicativo: Olha, eu compro lá, né? Porque é perto, né? E nós *compremo* tudo lá assim, né? O que a gente compra, né? Compro sempre lá, né? (PAN06, linha 1.207)
 -*emo* no pretérito perfeito do indicativo: Aí tá, aí fomo pro restaurante, mas um restaurante lindo, dois pisos. *Cheguemo* no restaurante e era uma gurizada, mas gurizada, gurizada mesmo, sabe o que que era? Tudo pivetezinho, mas gurizada mesmo. (POA01, linha 856).

Seus resultados não revelaram extinção da desinência -*mos* específica da primeira pessoa do plural, pois em 1.035 ocorrências, verificaram 579 -*mos* (53%), 347 de apagamento do /s/ -*mo* (34%), contra apenas 109 casos de desinência zero (13%). Como em outras pesquisas, os contextos que favoreceram a omissão da desinência foram forma verbal alvo proparoxítone e sujeito posposto ou distante do verbo. No cruzamento de vogal temática e tempo verbal, registraram ocorrências de vogal temática /e/ em lugar de /a/: 22 ocorrências no presente do indicativo e 22 no pretérito perfeito, contrariando a relação que vem sendo feita na literatura entre o uso de vogal /e/ em lugar de vogal /a/ e o tempo verbal pretérito perfeito.

Ao somarem o emprego da desinência -*mos* e -*mo*, a aplicação da regra chegou ao alto índice de 87%. Portanto, predominaram ocorrências com DNP4 em

² A origem dos dados é identificada mediante o emprego das abreviaturas constantes no Banco VARSUL: PAN para Panambi e POA para Porto Alegre. A designação da localidade vem sempre seguida do número que identifica a entrevista de onde o dado foi extraído e da respectiva linha na transcrição.

relação a zero na amostra e, no Rio Grande do Sul, a extinção da desinência *-mos* pode futuramente ser constatada como fruto do uso da forma pronominal *a gente* em lugar do pronome *nós*. Essa progressiva redução se confirma à medida que os estudos detectam alto índice de uso da forma tida ainda como inovadora *a gente* com verbo na terceira pessoa do singular, conforme a tradição gramatical recomenda.

Crêem na convivência das formas pronominais *nós* e *a gente* com funções específicas, e não no rápido desaparecimento da forma conservadora, em virtude de que a escola ainda impõe tal forma na produção textual dos alunos, além de a literatura privilegiá-la em contextos narrativos, abrindo espaço para o pronome *a gente* só nos diálogos. Acrescentam que os quadrinhos, as entrevistas e os textos informais é que apresentam a forma pronominal *a gente* no jornalismo escrito; por isso deduzem (não fizeram um estudo sistemático) que prevalece o emprego de *nós* na escrita, retardando ou até bloqueando uma drástica redução do uso da DNP4.

Quanto às variáveis sociais, houve maior destaque para a escolaridade. Quando esta se eleva, favorece a presença da DNP4 padrão (*-mos*). No que se refere à faixa etária e ao sexo, os mais jovens (- de 50 anos) apagam o /s/ final, ou seja, usam a desinência *-mo* 48% (PR .63), enquanto os mais velhos (+ de 50 anos) chegam a 27% (PR .37) de apagamento do /s/ da DNP4; as mulheres favorecem a desinência *-mo* com peso de .59, enquanto os homens a desfavorecem, com o peso de .44. Baseando-se em Labov (1990), lembraram que as mulheres lideram processos de mudança por aderirem mais facilmente às formas inovadoras. Pelos dados das variáveis idade e sexo poderiam apontar para uma mudança em curso, mas preferiram usar de cautela nessa interpretação inicial.

3.4 NÓS E A GENTE NA ESCOLA

Estudos anteriores, por exemplo, Machado (1995, p. 6), já reconheceram a necessidade de se reduzir a distância entre a prática pedagógica baseada na tradição histórico-literária e a utilização efetiva da língua em situações sócio-comunicativas.

A escola insiste em manifestar reação negativa quanto ao uso de *a gente* em substituição a *nós*, embora professores usem tal forma pronominal quando pretendem, mormente, a indeterminação ou impessoalidade, ou até para evitar a projeção do eu.

→ *A gente* está vivendo momentos de transformações sociais.

→ *A gente* vai aguardar os trabalhos até o final da unidade.

→ *A gente* precisa rever o conceito de ver.

→ *A gente* também erra.

Portanto, usam *a gente*; mas, paradoxalmente, não fazem menção dessa forma, nem mesmo proporcionam discussões sobre a incoerência entre o sistema pronominal apresentado nas gramáticas da língua portuguesa e no uso do PB.

Freitas (1991, 117-132) discorre sobre o Projeto NURC/SSA e o ensino de 1º grau, atual ensino fundamental, ressaltando o impacto sofrido pelo aluno quando se depara com as prescrições da gramática normativa por não corresponderem, em muitos aspectos, à gramática presente em seu dialeto. Trata, ainda, da necessidade de que o professor observe o dialeto falado pelos alunos, conheça bem a gramática pedagógica para criticamente analisá-la e selecionar o conteúdo adequado ao ensino, além do domínio do dialeto que pretende ensinar. Aponta também para as reformulações por que passa o ensino e seus objetivos.

Além disso, aborda sobre as incoerências da descrição gramatical tanto pela conservação indevida dos modelos greco-latinos como de posteriores épocas, igualmente ultrapassados. Apresenta os objetivos do Projeto NURC e, entre eles, aqui se ressalta “ajustar o ensino da língua portuguesa a uma realidade lingüística concreta, evitando imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças lingüísticas e culturais do país.”

A autora acima referida, ao investigar a descrição gramatical dos pronomes pessoais sujeito, deparou-se com “diferentes elencos” além de constatar que *nos mesmos livros didáticos, os pronomes integram os textos, por vezes de forma não inteiramente concordante com a descrição gramatical que o acompanha.* Esse fato, sem dúvidas, é causador de dificuldades na aprendizagem.

Ao mencionarem os pronomes pessoais, os livros didáticos, à semelhança das gramáticas pedagógicas, só incluem as formas tradicionalmente abordadas e, quando o pronome *a gente* é raramente aludido, isso é fruto de uma observação sob a sombra do pronome de prestígio *nós*. Em apenas um livro didático tradição e uso atual se mesclaram.

Portanto, ao comparar as formas do pronome pessoal sujeito utilizadas pelos alunos de 5ª e 6ª séries (eu, você, ele/ela, nós/a gente, vocês, eles/elas) com os pronomes presentes nos livros didáticos (eu, tu, ele, nós, vós, eles), é possível entender a razão da sua dificuldade em reconhecer as formas que ele não usa, bem como estabelecer a devida concordância verbal, porquanto a conjugação dos paradigmas verbais se alia ao paradigma dos pronomes pessoais conhecidos ou ignorados pelos discentes.

Judith Freitas comparou as formas de pronome pessoal sujeito usadas pelos alunos e as utilizadas pelos informantes do Projeto NURC/SSA e constatou que o dialeto do aluno não se achava distante do almejado padrão neste aspecto. Dessa forma, mesmo sendo fruto de um ensino gramatical contraditório, o aluno ainda assimila o que convém pragmaticamente.

Mesmo tendo cerca de quinze anos, esse texto de Freitas trouxe uma questão que permanece vigente, pois a disparidade entre os compêndios gramaticais, os livros didáticos e o uso da língua portuguesa permanece ignorada por alguns docentes conservadores e, simultaneamente, denunciada por pesquisadores que se inquietam ante esse fato e proclamam esta realidade ávidos por uma mudança real no ensino da língua portuguesa.

Conforme Lopes (2004, p. 172), embora, como os resultados vêm mostrando, a substituição de *nós por a gente venha sendo implantada de forma acelerada nos últimos trinta anos no português do Brasil, os manuais didáticos não fazem alusão a essa inserção.* Ressalta, ainda, o fato de que, em textos escritos menos formais, há reprodução de situações dialógicas (textos narrativos, cartas pessoais, publicidade e propaganda, e-mails, etc.) em que formas pronominais

inovadoras, como *a gente*, são recorrentes e questiona o descaso quanto à apresentação das estratégias alternativas aos alunos, uma vez que as pesquisas variacionistas têm atestado o rearranjo no sistema pronominal.

Defende a autora acima (p. 174) que professores apresentem, em sala de aula, o que é *normal, usual e freqüente no português brasileiro* sem, contudo, deixar de lado o que *está disponível na nossa literatura, na nossa língua, na nossa história*. No que se refere aos pronomes pessoais, o aluno precisaria conhecer tanto o velho quanto o novo quadro destes, para que não haja qualquer tipo de estranheza ao se depararem com formas pronominais antigas ou novas, explicadas nas gramáticas ou vivenciadas no cotidiano dos brasileiros letrados ou não.

3.5 NÓS E A GENTE NO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO

Partindo da premissa de que esta variação pronominal *nós* e *a gente* não é aleatória, contando com 2972 dados do Arquivo Sonoro do Projeto Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Machado (1995, p. 14) incluiu, em sua investigação sobre sujeitos pronominais *nós* e *a gente*, os fatores *gênero discursivo, tipo de oração, paralelismo formal*, entre outros.

Sob aporte teórico-metodológico da Sociolingüística laboviana, verificou no *corpus* (72 pescadores analfabetos ou de baixa escolaridade) favorecimento ao emprego de *nós* em narrativas e *a gente* em descrições e argumentações. Também em orações independentes o uso do pronome *nós* prevalece enquanto *a gente* destaca-se em orações dependentes. Constatou a atuação do princípio do paralelismo formal na escolha do pronome em uma série discursiva – a constância da forma de referência (cf. Lucchesi, comunicação pessoal). Detectou 71% de tendência à repetição da mesma forma.

Pelos resultados das pesquisas desenvolvidas, verifica-se que no PB a forma *a gente* passou a integrar o sistema pronominal em substituição à forma *nós*, principalmente entre os mais jovens, assumindo posições menos livres, notadamente como núcleo do sujeito e preferencialmente é usado pelas mulheres.

3.6 NÓS E A GENTE COMO UM PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM DIACRÔNICA

Célia Lopes (1999) fez um estudo sobre a inserção de *a gente* no sistema pronominal do português vista como um processo de mudança em tempo real de longa duração, ou seja, do português arcaico ao português contemporâneo. Apoiou-se em diversos estudos anteriores: Omena (1986), Lopes (1993), Freitas (1991), Monteiro (1991) que reconhecem a forma *a gente* como uma variante legítima do pronome *nós*, pois tem o mesmo valor funcional, referencial ou semântico e distribucional, ou seja, ocupa todos os espaços ou os mesmos do pronome *nós* quando passa a integrar o quadro dos pronomes pessoais, mas não há todas as formas pronominais correlatas.

Pronome pessoal	Possessivo	Oblíquo
Nós	Nosso	Nos
A gente	Da gente	? (não há por enquanto)

Lopes adotou pressupostos da teoria gerativa e da teoria funcionalista para definição de suas hipóteses e para a explicação dos resultados, fazendo uso da técnica variacionista, dentro da perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística quantitativa laboviana. Mapear na diacronia o percurso histórico do processo de gramaticalização de *a gente*, identificando o seu início (século XVII), a sua fase de transição (século XIX), e, por fim, apontando suas causas foi um dos seus objetivos.

Uma das razões detectadas para a gradativa pronominalização de *a gente* foi uma mudança ocorrida nas propriedades de número do substantivo *gente* por volta do século XVI. Outra foi a emergência das expressões nominais de tratamento, em substituição ao tratamento *vós* a partir do século XV. O século XVII foi identificado como fase embrionária desse processo de gramaticalização resultante de uma mudança encaixada lingüística e socialmente. A ascensão da nobreza e mais tarde da burguesia exigiram um tratamento diferenciado e as formas consagradas perderam sua concepção semântica inicial, gramaticalizando-se.

A pesquisadora começou suas investigações buscando uma correlação entre o desaparecimento do uso de *homem* como pronome indefinido e a emergência da pronominalização do substantivo *gente*. Partiu de uma análise

quantitativa com base em um *corpus* constituído de textos do século XIII ao século XVI, período arcaico, incluindo nesse último século textos produzidos já no Brasil (cf. LOPES, 1999, p. 57).

A forma pronominal *a gente* é basicamente utilizada na interlocução, por isso Lopes (*op. cit.*, p. 52) deu preferência a obras teatrais que poderiam, em seu *corpus* de textos escritos, reproduzir características de oralidade; mas não houve número significativo de ocorrências dessa forma.

Assim, partindo dos postulados de autores como Hopper (1991) e Traugott & Heine (1991), tentou descrever o processo evolutivo do substantivo *gente* se gramaticalizando como *a gente*, verificando se os parâmetros que caracterizam a gramaticalização se aplicariam, ou não, ao fenômeno em questão. Contrapôs os dados de substantivo *versus* os de pronome, excluindo os casos considerados de interpretação ambígua e constatou que houve maior favorecimento para o uso de *homem* como forma pronominal nos contextos em que era possível a sua substituição por pronomes indefinidos do tipo *ninguém/alguém*, com 97% e, praticamente, (.100) de peso relativo. Certas propriedades tipicamente nominais, como o traço de número, começaram gradativamente a não ocorrer com o substantivo (*a gente*) já no século XVI. Isso pode ter interferido no processo de pronominalização dessa forma (*a gente*), tornando-a forte candidata a ocupar a vaga deixada pelo *homem* indefinido, por prestar-se a uso idêntico.

Na longa e na curta duração, foram testados, nas diversas análises, alguns grupos de fatores como *tipologia semântica do sujeito*, *tempo verbal*, *posição do item no SN*, *graus de referencialidade*, entre outros. A tipologia semântica e a posição no SN foram sistematicamente selecionados e apresentaram resultados similares, no português arcaico: *homem* como indefinido apresentou um peso relativo de (.87) para uma *leitura impessoal/indeterminada* e ocorria mais freqüentemente *isolado* no (SN) sintagma nominal (PR .90). A forma *a gente* também apresentou altos índices nesses contextos.

Quanto à postulação dos traços lexicais de *gênero*, *número* e *pessoa* do substantivo *gente* e da forma pronominal *a gente*, a mudança da constituição morfossemântica dos dois elementos, que coexistem em português, mostrou-se compatível com a atribuição de valores específicos à natureza de cada classe.

Foram identificadas, no texto escrito, as seguintes tendências no PB: nas personagens femininas, emprego da forma mais inovadora: 74% e peso relativo

(.72); ocorrência como núcleo isolado no SN (75%, PR .48); como núcleo de uma locução adjetiva (35%, PR .60), assumindo posições menos livres (cf. p. 158).

3.7 NÓS E A GENTE EM REVISTAS EM QUADRINHOS

Menon, Lambach e Landarin (2003), objetivando testar se a análise diacrônica ou em tempo real corroborava os resultados obtidos nas análises de tempo aparente, isto é, crescente emprego de *a gente* e redução do uso de *nós*, observaram o comportamento da alternância *nós/a gente* em histórias em quadrinhos (HQ), tradicionalmente consideradas como representação do oral.

Trata-se de uma análise que envolveu dados da segunda metade do século XX, obtidos de uma amostra constituída de enunciados extraídos da revista *O Pato Donald*, publicada no Brasil a partir de julho de 1950.

Nas HQ consultadas, grande número de grupo de personagens costumam atuar em conjunto (Donald e os sobrinhos - ou só estes sozinhos, Margarida e sobrinhas - ou só estas, Donald e Margarida, Mickey e Pateta, os Irmãos Metralha...). Isso possibilitou a ocorrência de pronome de primeira pessoa do plural e justificou a escolha do material para testarem a hipótese de mudança no uso da forma para representá-la: *nós* ou *a gente*. Pelo fato de o *corpus* possibilitar uma visão diacrônica, foi possível observar tanto a variação no uso do pronome, quanto se a revisão estaria ou não interferindo na não-expressão do pronome.

Para testar o grupo de fatores históricos, selecionaram o ano de final 9 de cada década, perfazendo o total de seis. Em um total de 156 revistas, o levantamento das ocorrências resultou em 2.059 dados, dos quais 89% (1.840) foram do pronome *nós* e 11% (219) do pronome *a gente*. Quanto à distribuição no uso do pronome *nós* junto ao verbo, dos 1.840 dados, 86% (1.590) são de não preenchimento e somente 14% (250) de preenchimento da casa do sujeito.

Os grupos de fatores selecionados como relevantes estatisticamente foram: data de publicação (análise em tempo real), faixa etária (tempo aparente) e classe social e constataram processo de mudança em curso, pois na análise em tempo real houve curva ascendente para *a gente* (de PR .10 em 1950-52 para PR .82 em 1999) e descendente para *nós*, que é bem mais representativo do que o

resultado da análise em *tempo aparente* que apontou apenas uma leve tendência a maior uso de *a gente* (PR .58) pelas crianças.

Os resultados apontaram uma ruptura na ascensão do uso da forma inovadora em 1969, que pode decorrer de revisão mais cuidadosa por parte da editora, já que o país, na época, vivia regulado pela censura e cerceado da livre expressão.

Apresentou-se uma curva em S, característica da mudança, com diferença acentuada de uso em 1950 e em 1959, uma certa “estabilidade” na década seguinte, com nova mudança brusca constatada em 1979 seguida de período de estabilidade.

Quanto à questão da classe social, os resultados mostraram a tendência maior de emprego de *a gente* na classe baixa (PR .64) e muito pequeno pela classe mais alta (PR .18). A classe média apresentou impasse no emprego de ambos os pronomes, o que indicaria, de certa forma, que *a gente* não está mais sendo estigmatizado, nessa classe social.

No que se refere ao uso do pronome *nós* junto ao verbo, em termos de frequência, houve 250 dados de preenchimento (14%) e 1.590 de não-preenchimento (86%) sobre o total de 1.840 ocorrências.

Há que se considerar que os quadrinhos não reproduzem exatamente a oralidade, pois passam pela “censura” do ato de escrever, ou seja, pela revisão comum às revistas e, ainda, o fato de a variante canônica apresentar marca na morfologia verbal, fator inibidor da presença do pronome sujeito. Trata-se de um português também revestido de importância porque, para alguns grupos sociais, é a única leitura acessível. Tais textos desenvolvem em seus leitores as formas lingüísticas neles veiculadas e, conforme as autoras acima mencionadas (p.103), se *tornam agentes importantes na disseminação da diversidade oral e, por que não, no processo de mudança lingüística*. Nas HQ, as novas gerações incorporaram a forma *a gente* evidenciando a aquisição do novo paradigma dos pronomes pessoais.

Questiona-se, então, o papel do revisor ou tradutor quanto à alternância *nós* e *a gente*. Seria ele neutro frente à concorrência entre as duas formas? Preferese, aqui, acreditar no seu grau de percepção da alta incidência da forma tida como inovadora.

3.8 NÓS, A GENTE E A CONCORDÂNCIA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA

Nos estudos de Alessandra Preussler de Almeida (2005) cujo título é *A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS*, ela apresentou inicialmente pesquisas sobre Concordância Verbal de primeira e terceira pessoas do plural em vários estados do país, com dados de fala coletados em comunidades urbanas, rurais, “rurbanas” e quilombolas. Tais estudos contribuíram, então, para que ela definisse suas hipóteses a respeito do assunto, além de confrontar os resultados destes com os obtidos em São Miguel dos Pretos. Também se valeu dos estudos de Labov (1966) nos quais o autor aborda a influência da orientação social na variedade falada de um determinado grupo.

Embora o seu tema seja mais amplo que o desta pesquisa, a dissertação mencionada acima faz parte desta revisão bibliográfica, primeiramente porque envolveu a alternância *nós* e *a gente* na comunidade de São Miguel dos Pretos, remanescente de quilombo, também porque fez menção ao último trabalho de Zilles ao qual não se teve acesso na íntegra.

A distribuição da forma *a gente* aparece na seção destinada à concordância padrão, pois das 768 ocorrências de primeira pessoa do plural, existem 346 sujeitos cuja referência é o pronome pessoal *a gente*, sendo 276 de *a gente* explícito (80%), 64 de *a gente* nulo (18%) e 6 de pronome relativo *que* retomando a forma *a gente* (2%), não havendo variação de concordância entre o sujeito *a gente* e o verbo, ou seja, todos aparecem seguindo o paradigma da concordância verbal padrão. O baixo índice de sujeito apagado ou nulo aparece em contextos de orações coordenadas.

Almeida (2005, p. 55), ao tratar da concordância da primeira pessoa do plural, deparou-se com o crescente emprego da forma *a gente* no PB, apresentando três tipos de referência por ela identificados da forma seguinte: o falante e o interlocutor (uso inclusivo), o falante e um grupo de pessoas específico (exceto o interlocutor) e o falante e qualquer outra pessoa (uso genérico).

Zilles (2005, p. 33) *apud* Almeida (*op.cit.*, p. 55) salienta que a preferência pela forma inovadora em diferentes lugares do país indica que a mudança está em estágio avançado. Seu estudo valeu-se dos corpora das entrevistas de Porto Alegre pertencentes ao Projeto VARSUL e ao banco de dados do NURC para desenvolver

três tipos de análise: um estudo de tempo aparente com dados de 1990, um estudo tipo painel em tempo real e um estudo de tendência, comparando um grupo de falantes de 1970 com outro de 1990, à semelhança do que fez Lopes (1999).

Visando à discussão sobre pronome *a gente* em seu trabalho, Almeida (p.56) apresentou alguns resultados de Zilles (2005) sobre o estudo de tempo aparente e o estudo de tendências. Em conformidade com o primeiro, existem 69% de uso do pronome *a gente* e 31 % do pronome *nós*. No segundo, *a gente* aparece em 65% do discurso dos falantes. Na variável social sexo, as mulheres lideram uma mudança, pois os homens usam *a gente* em 62% e em 59% (PR .41 e PR .46 respectivamente) das ocorrências e são superados pelos índices de 72% e de 69% (PR .55 e PR .53). Apresentando 78% e 73% (PR .66 e PR .64), os mais jovens mostraram uso mais freqüente da forma inovadora, enquanto os mais velhos a utilizam em 65% e em 54% (PR .42 e PR .32) dos casos. O contraste dos resultados referentes às faixas etárias e às décadas de 70 e 90, segundo Almeida, *confirma o papel da geração mais jovem para o avanço do processo de mudança geracional*.

Os estudos de Almeida (2005, p. 105) apresentaram na distribuição de *a gente* e *nós* em relação à variável etária nos dados de São Miguel dos Pretos os seguintes percentuais: 59% da forma *a gente* empregada pelos jovens e, menor freqüência, 34% de uso no grupo dos idosos. Dessa forma, os resultados encontrados na comunidade quilombola corroboraram com as pesquisas que tratam da entrada dessa forma no nosso sistema pronominal (Omena, 1996; Menon, 1996, 2003; Zilles, 2002, 2005), indicando que há mais probabilidade de *a gente* aparecer na fala dos mais jovens. Tendo retirado as ocorrências de um de seus informantes devido ao comportamento lingüístico diferenciado dos demais jovens, elevou-se o índice de emprego da forma *a gente* pelos jovens de 59% para 70%, aproximando-se dos 78% encontrados para os adultos e dos 65% para os idosos no estudo de Zilles (2005) a respeito da fala urbana de Porto Alegre (RS).

Quanto ao gênero, as mulheres empregam mais *a gente* em São Miguel dos Pretos (48%) do que os homens (41%), o mesmo ocorrendo nos estudos de Zilles (*op. cit.*) nos quais superaram com resultado percentual maior.

Em relação ao cruzamento faixa etária e gênero, os percentuais apontaram as mulheres, em todas faixas, preferindo o pronome inovador ao pronome mais antigo e as mulheres jovens apresentando índice mais alto de adesão à forma *a gente*: 63%. Já os homens velhos apresentaram a menor freqüência de

todas: 27%. Concluiu que cada nova geração usa mais a forma inovadora, isto é, vislumbra-se um processo de mudança geracional.

Nos dados dos falantes de São Miguel dos Pretos, no que concerne à verificação da presença da DNP4, dentre os 422 dados referentes à primeira pessoa do plural, desconsiderando as ocorrências expressas por a gente, segundo Almeida (2005, p. 113-4), existem 73% de emprego da DNP4. Essa elevada frequência de concordância de P4 foi justificada pelos laços de trabalho com antigos fazendeiros da região e pelo contato com pessoas de outras comunidades rurais ou urbanas fruto da necessidade de emprego, de saúde, de educação, entre outras.

Na variável faixa etária, houve forte aproximação dos percentuais apresentados por jovens e adultos: 77% e 79%, enquanto os mais velhos empregam a DNP4 em 66% das vezes, contrariando outros estudos nos quais os jovens fazem mais concordância. Concluiu, então, que aquela comunidade negra passa pelo processo de aquisição da concordância verbal, estando a sua fala muito próxima do padrão por apresentar índice relativamente baixo de ausência de desinência se comparada com as comunidades de falantes rurbanos. Pelo fato de na escrita e na fala escolar o padrão ser exigido, os mais novos têm mais contato com as formas padrão da língua e mais oportunidades de adquiri-las na escola.

3.9 SÍNTESE SOBRE OS TRABALHOS RESENHADOS

Com base na revisão da literatura, os estudos desse tema têm-se desenvolvido no nível morfológico, sintático e semântico. No nível sintático, mas em íntima relação com as mudanças ocorridas no sistema pronominal, Omena (1986, 1996) mostra que um primeiro aspecto importante a ser considerado na variação entre *nós* e *a gente* é a função sintática. Para as formas de sujeito, complemento e adjunto adverbial, os resultados da análise de amostra de inícios dos anos 1980 revelam que a ocorrência de *a gente* é significativamente mais favorecida (72% e 84%) do que na função de adjunto adnominal (14%), em que o uso do possessivo (nosso/a) supera o do sintagma preposicional (da gente). No nível semântico-pragmático, destaca-se a relevância do grau de indeterminação e do número de referentes incluídos na referência de primeira pessoa. A forma *a gente* é favorecida

principalmente em contextos em que a referência de primeira pessoa compreende um número grande e indeterminado de pessoas, seguindo-se o contexto em que a referência de primeira pessoa compreende um número intermediário e indeterminado de referentes. (cf. PAIVA; DUARTE, p. 136–7).

As pesquisas relativas ao português culto apontam para o avanço no uso da forma pronominal *a gente* (mudança em curso, na maioria delas) sem que esse uso provoque necessariamente desprestígio social, exceto quando se dá com verbo conectado à desinência de P4, isto é, *-mos*, ocasionando uma construção ainda estigmatizada do tipo: *A gente queremos participar*.

Pelo que se abordou neste capítulo, o possível desaparecimento ou uso bastante restrito da DNP4 (*-mos* ou *-mo* é decorrente da escolha da forma considerada inovadora e não alojada no quadro pronominal de grande parte das gramáticas contemporâneas. Quando o estudo tem também em vista a concordância, vê-se que ela tem-se estabelecido na maioria das falas cultas e populares ao se optar pelo pronome *a gente*, uma vez que, por ser não-marcada, não requer grande esforço para articular as formas verbais em terceira pessoa. No momento em que o falante contraria a orientação normativa, isso parece resultar de aspectos mais semântico-pragmáticos que morfossintáticos. Os contextos tanto lingüísticos quanto sociais de alternância *nós* e *a gente*, pelo que se apresenta nas pesquisas anteriores, vêm se tornando cada vez mais definidos e, ao que parece, seria equívoco pensar em *mesmo valor de verdade*, expressão laboviana que caracteriza as formas lingüísticas em variação.

No que se refere à tradição gramatical, quando o gramático Napoleão Mendes de Almeida divulgava em seus escritos conservadores o valor básico do pronome *nós*: *plural de eu* e associava o conhecimento gramatical à idéia de dever cívico, esquecia-se de que a singularidade do “eu” não se coaduna com o mito da unidade lingüística; mas o contraria, pois indivíduos manifestam naturalmente diversidade lingüística que não implica, necessariamente, perda de identidade idiomática, mas revela que a língua portuguesa no Brasil lhe é peculiar. Isso precisa importar também ao gramático, não só ao lingüista, visto que envolve o respeito ao compatriota e o não menosprezo ao estrangeiro que aqui chega e, no contato, deixa alguma marca, bem como recebe ou ganha marcas de brasilidade. Tal interação faz parte da história lingüística brasileira. Quer como acolhedora de novas palavras

(estrangeirismos), quer como abrigo das variações, a língua portuguesa prossegue independente do conservadorismo e das restrições normativas.

Partindo de concepção equivocada da ciência lingüística e da pedagogia moderna de línguas, autoridades contemporâneas se valem ainda de sua visão ultrapassada para combater o estrangeirismo que se faz presente desde os primórdios da nossa história lingüística, além da natural variação existente em todas as línguas, bem como a possibilidade de mudança ao longo do tempo. Por isso o, na época, deputado Aldo Rebelo sofreu e sofre ferrenhas críticas pelo seu ainda engavetado projeto de lei que apregoa o purismo lingüístico.

Continuam as investigações no sentido de conhecer que fatores lingüísticos e sociais estariam determinando estas escolhas: *nós vamos/vamo/vai*; *a gente vai/vamos/vamo* ou ainda a opção pelo sujeito nulo, quando se pretende a primeira pessoa do discurso no plural. Entre os estudos desenvolvidos, há mais pontos convergentes que divergentes na comparação de seus resultados. Tais pontos serão retomados no quinto capítulo que tratará das variáveis lingüísticas e sociais, bem como da apresentação e análise dos dados a serem confrontados com os recortes feitos em literaturas que versam sobre o tema desta pesquisa ou a ela pertinentes.

No que concerne à alternância *nós* e *a gente* no português popular no interior do Estado da Bahia, mais especificamente no Município de Santo Antônio de Jesus, supõe-se que nele prevalecerá o uso da forma *a gente* entre os mais jovens e da forma *nós* entre os mais idosos, caracterizando mudança em curso no sentido da implementação de *a gente*, como se tem verificado em estudos anteriores no PB.

4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

4.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

A diversidade de estudos lingüísticos se deve às várias concepções a respeito da língua e, segundo Monteiro (2002, p. 15), demorou para que lingüistas se decidissem a incorporar os aspectos sociais nas descrições das línguas. A Sociolingüística surgiu da reconhecida relação entre língua e sociedade; contudo, ao serem inaugurados os estudos sociolingüísticos, em 1963, por uma associação de sociólogos – a *Social Sciences Research Council*, tal disciplina não contava com rigor teórico e credibilidade por parte de alguns lingüistas.

É atribuída a Bright (1966) a primeira tentativa de definição precisa da Sociolingüística, bem como de especificação do seu conteúdo. Ele afirmou ser a diversidade lingüística o objeto de estudo da Sociolingüística. Entretanto, só com os trabalhos de William Labov, que herdou influência metodológica de Uriel Weinreich, seu orientador nos estudos acerca de um fenômeno de mudança fonética a partir dos dados da fala dos habitantes da ilha de Martha's Vineyard, desenvolveu-se uma teoria, com uma metodologia precisa e detalhada, para a explicitação da inter-relação entre os fenômenos de variação e mudança lingüística.

A partir do texto programático da Sociolingüística Variacionista, o *Empirical Foundations for a Theory of Language Change* cujos autores são Weinreich, Labov e Marvin Herzog (1968), formalizou-se uma nova orientação para a pesquisa lingüística, opondo-se à homogeneidade do sistema lingüístico (pressuposto estruturalista) e ao idioleto como objeto próprio da descrição lingüística (pressuposto gerativista). Reserva-se à Sociolingüística um novo objeto de análise lingüística: a (gramática da) comunidade de fala (cf. LUCCHESI, 2004, p. 169). Sendo assim, o grande avanço desse ramo da ciência se fundamenta empiricamente, conforme Mattos e Silva (2002, p. 299), no conceito de língua como sistema heterogêneo, em que se entrecruzam e são correlacionáveis fatores intra e extralingüísticos e, ainda, no rigor metodológico para dar conta da variação sincrônica das línguas e da mudança lingüística no tempo aparente.

Os estudos e análises empíricas desenvolvidos por Labov, representante maior da Sociolingüística, deram toda a consistência à Teoria da Variação Lingüística (doravante TVL), difundida através de inúmeros artigos e livros publicados e, nesta dissertação expositiva, comentada a partir da leitura das produções científicas de Labov (1972), Lopes (1999), Mattos e Silva (2002), Monteiro (2002), Mollica e Braga (2003), Lucchesi (2004), Faraco (2005) e Paiva e Duarte (2006).

4.1.1 A Heterogeneidade

Sob o suporte metodológico desenvolvido por Labov, o fenômeno da variação lingüística tem sido alvo de estudos freqüentes, pois ele dá um tratamento adequado à heterogeneidade da língua falada, uma vez que comprova que o caos aparente dos discursos individuais está sujeito à sistematização e análise.

Na perspectiva sociolingüística, a variação é essencial à própria natureza da linguagem humana e estruturas variantes revelam padrões de regularidade. Portanto, cabe à Sociolingüística descrever as línguas em sua diversidade funcional e social, ocupando-se em descobrir como a heterogeneidade, ou seja, a variação se organiza (cf. MONTEIRO, *op. cit.*, p. 39).

Vê-se, então, como forte marca em uma comunidade de fala a heterogeneidade e esta é necessária, pois atende às demandas lingüísticas que se apresentam no cotidiano. As variantes presentes correlacionam-se com traços do contexto interno (lingüístico) e características externas (sociais) ao falante. Trata-se de uma heterogeneidade estruturada lingüística e socialmente. Daí requerer uma descrição que a considere como inerente ao sistema lingüístico em lugar de marginalizá-la. Também há de se convir que toda comunidade de fala tem a sua história que não anula os sujeitos que nela estão inseridos.

Dada a pluralidade social e cultural da comunidade de fala, algumas variantes desfrutam de prestígio social, enquanto outras são estigmatizadas, mas é fato que, em termos científicos, nada consta que possa fundamentar a superioridade ou inferioridade de uma forma de falar em relação a outras. Tão somente o

preconceito é o elemento motivador dos julgamentos sociais, fundado em motivações de ordem histórica e cultural, mas não lingüísticas.

Os que se inserem no primeiro grupo (dominados) - maioria - chegam até a envergonhar-se da sua história de apreensão da língua e, negando às vezes as suas origens, buscam aproximar-se do ainda considerado pela tradição como “modelo”, o “padrão lingüístico”. Este, por ser oriundo da elite - minoria - ajuda a mantê-la dominando socialmente. Dessa forma, diferenças no uso lingüístico refletem diferenças dos grupos sociais.

4.2 A VARIAÇÃO E A MUDANÇA LINGÜÍSTICA

No Estruturalismo, acreditava-se na impossibilidade de se estudar a mudança lingüística diretamente. Tendo em vista a dicotomia saussuriana sincronia/diacronia, mudança lingüística teria que ser concluída para, então, ser objeto de estudo. A variação não era alvo dos estudos lingüísticos estruturalistas por fazer parte da fala (variável), que se distinguia de língua (invariável), em outra dicotomia saussuriana. Daí procedia a contradição: se a língua não variava, por que mudava?

Dentro de uma perspectiva sócio-variacionista, toda mudança pressupõe variação em que coexistem duas ou mais variantes, mas o contrário não é verdadeiro. Para explicação da mudança, a teoria sociolingüística não desconsiderou fatores estruturais; mas, reconhecendo que a mudança não se dá num “vácuo social”, correlacionou-os com os fatores sociais e estilísticos. Conforme os estudos labovianos, a variação na estrutura lingüística se fundamenta na estratificação social e na avaliação social das variantes lingüísticas.

Observando a variação na língua num determinado momento, ou seja, na sincronia, Labov confirmou, mediante seus estudos empíricos, a possibilidade de se detectar a mudança lingüística, estando esta ainda em andamento, isto é, a mudança em progresso, em processo ou em curso. Isso foi possível graças à utilização de um instrumento de análise identificado como “tempo aparente”, o qual permite um procedimento simultaneamente sincrônico e diacrônico, correspondendo à dimensão histórica da investigação em que se observa o comportamento

lingüístico de diferentes grupos etários, ou seja, estuda-se como eles utilizam determinadas variáveis. O pioneiro no estudo da mudança lingüística em progresso foi Gauchat (1905) (cf. Labov, 1972 [1963] *apud* LUCCHESI, 2004, p.165). No artifício metodológico denominado tempo aparente, trabalha-se com gerações conviventes para apreender mudanças em curso e pode-se detectar o processo de difusão da mudança na estrutura da língua e na comunidade de fala (cf. MATTOS E SILVA, 2002, p. 299).

Pode-se também acompanhar a mudança em tempo real que consiste na observação da comunidade de fala em momentos diferenciados de sua história. Tal prática se dá por meio de documentação remanescente, selecionando-se textos que refletem a língua falada – cartas íntimas, diários, peças teatrais – de certo período de tempo passado, comparando-se a registros mais recentes para se detectar o percurso histórico. Outra forma de observação em tempo real é escolher uma dada comunidade de fala e, vinte anos mais tarde, a ela retornar para realizar nova pesquisa. Lopes (1999) analisou a inserção de *a gente* no quadro pronominal do português em tempo real nas duas formas anteriormente expressas; correspondendo, respectivamente, à longa e curta duração.

Tal qual a variação, a mudança é também condição natural das línguas; mas a sua possibilidade de ocorrência encontra resistência de alguns grupos. Sabe-se que as pressões sociais muito operam sobre a língua e as variantes inovadoras convivem com as conservadoras por algum tempo. A variação pode, inclusive, ser estável; daí ser necessária a cautela e segurança do pesquisador na análise dos resultados. Há, ainda, a possibilidade de gradação etária, isto é, comportamento lingüístico que se repete a cada geração. Tal gradação se distingue da mudança em progresso.

A mudança lingüística não se dá de um dia para outro, ela só se completa quando *uma* entre duas ou mais formas vence na competição outrora existente na comunidade de fala. É fato incontestável que a mudança vem sempre precedida de variação, porém nem toda variação levará à mudança.

4.2.1 A Mudança Lingüística e seus Problemas

Conforme Paiva e Duarte (2006, p. 140), *a tarefa de compreensão dos processos de mudança está longe de ser simples*. Com base em Weinreich, Labov e Herzog, doravante WLH, *qualquer teoria da mudança deve responder a algumas questões cruciais que envolvem a instalação de uma nova variante*. Essas questões ou problemas se inter-relacionam, oferecendo, assim, uma visão mais integrada da mudança. Dessa forma, WLH abriram espaço para o desenvolvimento de um modelo orientado por questões precisas cujas respostas foram e vêm sendo obtidas e discutidas na Sociolingüística Variacionista mediante os estudos desenvolvidos ao longo dos anos.

Originalmente, os cinco problemas são assim identificados: o problema das restrições (constraints problem), o problema da transição (transition problem), o problema do encaixamento (embedding problem), o problema da avaliação (evaluation problem), e o problema da implementação (actuation problem). Segundo Lucchesi (2004, p. 173), considerando-se esses cinco problemas, *é possível não apenas reconhecer os pontos em que a explicação sociolingüística da mudança supera a explicação estrutural-funcionalista, como também as características desta que se perpetuam naquela*.

Dentre os problemas, o primeiro consiste em *definir quais as condições que favorecem ou restringem as mudanças e qual o conjunto das mudanças lingüísticas possíveis (restrição)*. Tais respostas levam a uma tipologia das mudanças, associada a uma série de tendências gerais observadas nos processos de mudança. Se as mudanças seguem princípios gerais ou universais, tamanha generalização pode ocasionar *perigosos equívocos e desvios* já reconhecidos por Labov, quando retificou afirmações anteriores a esse respeito. Ressalta-se que *uma busca por uma faculdade da linguagem isolada, não encaixada na matriz mais ampla da estrutura lingüística e social* não condiz com o que se descobriu sobre a linguagem até o momento. Lucchesi, então, sugere a fusão do problema das restrições com o do encaixamento.

Além disso, segundo Paiva e Duarte (*op. cit.*, p. 122), submetidas ao exame empírico cuidadoso, todas as mudanças têm mostrado distribuição contínua através de sucessivas faixas etárias da população (*transição*). Elas afirmam que

entre quaisquer dois estágios observados de uma mudança em progresso, normalmente se tentaria descobrir o estágio interveniente que define a trilha pela qual a estrutura A evoluiu para a estrutura B. Mas há divergências teóricas quanto à forma de conceber a realidade da mudança. Há questões que giram em torno de como se dá a mudança. Gradualismo ou catástrofe? A mudança é gradual na perspectiva sociolingüística. Faraco (2005, p. 48), ao caracterizar a mudança, assegura que, na história das línguas, *não há momentos de transformações radicais, num ponto bem localizado do tempo, de uma estrutura lingüística. O que há é um processo contínuo e ininterrupto, mas lento e gradual, de mudança.* Lucchesi (2004, p. 174) comenta:

Através do equacionamento do problema da transição através de um *continuum* ininterrupto de variação e mudança, a sociolingüística se contrapõe frontalmente à concepção de estado de língua de Saussure, que se mantém no estruturalismo diacrônico através da visão da história da língua como uma sucessão de sistemas homogêneos e unitários (que corresponderiam aos estados de língua) entremeada de períodos de instabilidade e mudança. Por outro lado, em uma visão mais abrangente da pesquisa lingüística, na qual os fatos que interessam ao lingüista não se circunscrevem ao sistema interno da língua, o problema da transição levanta a aliciente questão de estabelecer o percurso da mudança lingüística na estrutura social.

Quanto ao problema do *encaixamento*, as questões se reportam à sua natureza e extensão. No que concerne às questões sobre a natureza do encaixamento, relacionam-se à concepção da mudança dentro da estrutura lingüística e à concepção da própria estrutura lingüística. No que diz respeito às questões sobre a extensão do encaixamento, eis o dilema: a análise lingüística *deve ser confinada ao plano das relações internas ao sistema lingüístico, ou o encaixamento deve ser estendido ao plano da interação desse sistema com a estrutura social da comunidade de fala?* Respondendo a essa questão, encontram-se as grandes diferenças e os importantes avanços da concepção sociolingüística da mudança em relação à concepção estrutural-funcionalista (LUCCHESI, *op. cit.*, p. 175).

No modelo sociolingüístico de análise, faz-se o encaixamento tanto na estrutura lingüística quanto na estrutura social. Nele a estrutura lingüística em que os traços mutantes se localizam tem de ser ampliada para além do idioleto, ou seja, a mudança deve ser encaixada no contexto mais amplo da comunidade de fala. É na resolução deste problema que o conceito de variável lingüística e os estudos de

variação encontram sua mais valiosa aplicação: como a variável se encaixa no sistema lingüístico e social da comunidade.

Apesar de o problema do encaixamento ser *o mais importante e produtivo campo de trabalho da sociolingüística*, Lucchesi (2004, p. 176-7) apresenta o que chama de *dificuldades e desafios* desse modelo de análise quanto à exigência quantitativa de dados para explicar os fatos lingüísticos, quanto à maior compreensão da rede de relações sociais em que se atualiza a atividade lingüística e quanto à medição precisa do *grau de intensidade da covariação entre as diferenças nos padrões socioculturais e ideológicos e a variabilidade observada no processo de estruturação da língua*.

O problema da *avaliação* consiste em identificar as reações subjetivas dos membros da comunidade sobre a mudança em curso, saber como esses membros avaliam as variantes. Conseqüentemente, esse problema provoca discussão sobre o papel do indivíduo frente à mudança e frente à própria língua.

Em algum momento do processo de mudança, as variantes em competição revestem-se de uma significação social; é quando, então, a variante inovadora é submetida naturalmente à avaliação negativa ou positiva. Isso contraria o pressuposto estruturalista de um falante passivo, a quem a estrutura da língua se impõe como tal. Admite-se, nos pressupostos sócio-variacionistas, um falante ativo, que pode atuar no sentido de acelerar ou de reter processos de mudança na língua da comunidade, na medida em que se identifica com eles ou os rejeita. Logo, a reação subjetiva dos falantes pode alterar o curso da mudança ou inibir o processo.

Surge, portanto, a questão de determinar a medida da avaliação subjetiva interventora no processo de mudança. Mediante a aplicação de testes específicos de medição, ao dedicarem-se especialmente a essa questão, pesquisadores sociolingüistas obtiveram alguns resultados quanto ao processo avaliativo.

Nos estágios iniciais de uma mudança, pode haver muito pouca correlação com fatores sociais devido ao baixo nível de consciência social quanto ao processo de mudança. Posteriormente, vão surgindo os desvios estilísticos e a estratificação social, para chegar-se, então, a um maior reconhecimento social nos estágios finais. Neles as pessoas já reagem negativamente aos estereótipos e tendem a corrigir em direção à forma mais conservadora. Dessa forma, a questão da avaliação envolve necessariamente a saliência da variação para a comunidade de fala.

Tal é a complexidade dos fatores que intervêm na mudança que este se torna o problema mais difícil de se resolver: o da *implementação*, que constitui o verdadeiro cerne da teoria da mudança. Consiste, necessariamente, em identificar os fatores lingüísticos e sociais que agem sobre a mudança, os seus condicionamentos. Remete ao porquê, ao quando, ao onde, para a explicação de como a mudança vai se expandindo por diferentes contextos estruturais. Vale lembrar que *uma mudança não envolve apenas motivações estruturais, mas igualmente motivações sociais, isto é, uma mudança é uma mudança no comportamento social*. Cabe, pois, ao lingüista, conforme WLH (p. 123), *não tanto demonstrar a motivação social de uma mudança quanto determinar o grau de correlação social que existe e mostrar como ela pesa sobre o sistema lingüístico abstrato*.

Tais considerações não devem impedir o pesquisador de examinar os diversos estratos e variáveis em todo pormenor para responder aos problemas levantados acima e reunir tais respostas numa visão abrangente do processo de mudança. Destas alternâncias da mudança lingüística e social provém a extraordinária complexidade das estruturas sociolingüísticas encontradas em estudos recentes.

4.3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Embora tenha nascido a partir de fatos específicos da língua inglesa, a teoria sociolingüística, dotada de métodos objetivos e precisos, já chegou às mais diversas regiões do mundo e seu representante vê como mínima a probabilidade de que alguém produza uma sentença agramatical, posto que os falantes tendem a optar por formas lingüísticas que lhes possibilitem a compreensão dos enunciados.

Os que adotam o modelo laboviano de pesquisa - conhecidos também como sociolingüistas ou variacionistas ou, ainda, sociolingüistas variacionistas - por conceberem a língua como um sistema inerentemente variável - lidam com dados empíricos. Os sociolingüistas iniciam seu trabalho em situações concretas, partindo do vernáculo relativo a um grupo de indivíduos, não de um indivíduo sozinho. O material é submetido a análises estatísticas para testagem de hipóteses.

Para Labov (1972), o vernáculo equivale à fala espontânea possível de ser gravada em entrevista na qual o falante envolve-se em narrativas de fortes emoções experimentadas no cotidiano. Dessa forma, o informante não se atém ao controle do discurso diante do observador cuja presença pode inibir a informalidade.

Portanto, os variacionistas contrariam a crença de que o *corpus* falado constitui um mal material por conter muitos exemplos de frases mal formadas que os mesmos falantes condenam e modificam quando delas se dão conta. Em seus muitos estudos empíricos realizados, Labov constatou maior número de frases corretamente formadas segundo todos os critérios; reunindo, portanto, plenas condições de serem descritas.

Na coleta das amostras de fala ou vernáculo, conta-se hoje com avançados recursos tecnológicos que só elevam a qualidade técnica da pesquisa variacionista. Isso não garante ao pesquisador o fato de que encontrará pleno êxito em seu trabalho de investigação, porque o número de ocorrências do fenômeno variável escolhido para análise poderá ser insuficiente no *corpus* selecionado. Portanto, o estudioso que opta por tal método de análise poderá deparar-se com tal entrave ou limitação. Embora frustre o seu projeto inicial, o investigador variacionista não partirá para a “intuição”; pois esta, sim, é menos regular e mais difícil de ser analisada que a fala.

Nesse modelo de análise lingüística, a preocupação do investigador é com a comunidade de fala, expressão não aplicada a um grupo de falantes que utilizam todos as mesmas formas, mas a um grupo que segue as mesmas normas relativas ao uso da língua. Entre os pesquisadores da área (Labov (1972), Fishamam (1972), Amusategi (1990) *apud* MONTEIRO, 2002, p. 40), as concepções de comunidade de fala divergem.

Ainda que nem todos os fatos da língua se submetam à variação, esta pode ocorrer nos diversos níveis da língua (fonológico, morfossintático e discursivo). Há regras definidas como categóricas ou invariantes as quais o falante não se permite infringir, e regras variáveis que brotam da função comunicativa - estilística, expressiva ou enfatizadora. O rótulo de variantes lingüísticas se aplica a formas diferentes de se dizer a mesma coisa num mesmo contexto. A hipótese de variação “livre” é afastada; não cabe nos pressupostos dessa pesquisa, porque tanto o contexto lingüístico quanto aspectos externos (sexo, faixa etária, escolaridade...)

favorecem ou não o emprego de uma das formas alternantes numa dada situação de fala.

Portanto, como já se abordou, dentro de uma comunidade de fala, alternam-se formas lingüísticas que podem ser usadas com o *mesmo valor semântico*. Nesse ponto, ou seja, quanto ao fato de terem o mesmo significado referencial, surgem discussões entre lingüistas, visto que, no nível sintático, há quem discorde da correspondência de significado entre formas ou estruturas diferentes. Lavandera (1978-1984) *apud* Monteiro (2002, p. 60), por exemplo, não concorda que uma teoria desenvolvida a partir de dados fonológicos - a TVL - seja aplicável em nível extrafonológico. Ela não crê, por exemplo, que haja consonância de significado entre estruturas que se apresentam na voz passiva sintética e estruturas que aparecem na voz passiva analítica.

Portanto, os variacionistas observam os fatores sociais que interferem na fala; não menosprezando os fatores estruturais. Estes se relacionam à forma como a língua está organizada, como funciona o seu sistema; enquanto aqueles se relacionam à forma como a língua está inserida na sociedade. É, portanto, a correlação de fatores extra e intralingüísticos que permite aos variacionistas, nesse tipo sistemático de estudo, o alcance do que mais lhes importa: compreender de que modo a variação é regulada e, ainda, verificar se o fenômeno variável, alvo da investigação, desfruta da estabilidade ou mutabilidade. A primeira se revela pela coexistência de formas intercambiáveis no sistema lingüístico, quando tanto os mais jovens quanto os mais velhos apresentam o mesmo comportamento lingüístico, comparando-se à população de meia-idade (variação estável); e a segunda se constata pela concorrência entre as variantes, com tendência à permanência de apenas uma delas (mudança em progresso). Nesse processo, os jovens utilizam a forma inovadora com maior freqüência que os mais velhos. Na análise das variações, a pesquisa sociolingüística chega a tais resultados através de um tratamento estatístico em que se busca medir o peso de cada grupo de fatores fornecedores ou inibidores da aplicação de uma dada regra variável.

4.4 A POSTURA TEÓRICA

Conforme Mollica e Braga (2003, p. 10), são muitas as áreas de interesse da Sociolingüística: contato entre línguas, questões relativas ao surgimento e extinção lingüística, multilingüismo, variação e mudança.

Dada a sua amplitude e ante inúmeras questões que a diversidade lingüística vem suscitando no mundo moderno, a Sociolingüística tem sido uma área de ampla investigação nos últimos anos e seus resultados se refletem não apenas nas descrições das línguas enquanto sistemas, mas também nas decisões políticas e educacionais.

Este ramo da Lingüística considera a importância social da linguagem e nele muito se debate sobre o preconceito lingüístico e as práticas pedagógicas que não levam em conta a variação lingüística.

Neste estudo, optou-se pela TVL por se verificar a sua consistência e o quanto tem contribuído, através das pesquisas empíricas até então realizadas sob seu suporte, para o conhecimento da realidade do português do Brasil. Pretende-se seguir os seus princípios numa tentativa de fazer uma boa descrição da alternância *nós* e *a gente* no português popular no interior da Bahia.

4.4.1 Metodologia

Os métodos para relacionar os conceitos e postulados de uma teoria da mudança à evidência empírica também importam.

A Sociolingüística tem por objeto de estudo os padrões de comportamento lingüístico observáveis dentro de uma comunidade de fala e os formaliza analiticamente através de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis. Esse modelo visa a responder à questão central da mudança a partir do estudo sistemático de variação lingüística (LUCCHESI, 1996, p. 70).

Portanto, para atingir o fim que se deseja, isto é, observar o atual quadro de alternância *nós* e *a gente* no português popular no interior da Bahia, pretende-se usar, nesses estudos, os princípios da análise sociolingüística e, em seguida, refletir sobre os resultados encontrados.

4.4.1.1 *Corpus*

Dentre as variáveis sociais, as diferenças etárias são o indicador social primário, embora não absoluto, de mudanças em progresso na língua. É possível verificar a transição e a progressão gradual e ordenada de variantes lingüísticas através da idade (hipótese de tempo aparente). Falantes de diferentes faixas etárias representam diferentes estados da língua: variante inovadora, ausente ou mais incipiente na fala dos mais velhos, aumenta sua freqüência nas faixas mais jovens da população.

Esta pesquisa tem como população falantes do português popular, naturais de Santo Antônio de Jesus – Bahia: sede do Município e zona rural. Esses membros da comunidade santantoniense foram escolhidos considerando-se o perfil social da amostra.

Assim, homens e mulheres, distribuídos nas faixas: 20 a 40 anos; 41 a 60 anos e de 61 anos em diante, com baixo nível de escolaridade (de analfabetos até a 4ª série), constituíram esse *corpus*. Nessa amostra, os informantes selecionados possuem entre 22 e 87 anos e são, em sua maioria, lavradores, biscateiros e domésticas.

4.4.1.2 Comunidade de Fala

Devido à carência de estudos sociolingüísticos em Santo Antônio de Jesus, ainda não se tem muito a comentar sobre as características lingüísticas dessa comunidade de fala, contudo buscar-se-á prudentemente levantar indícios de variação estável ou de mudança em curso, bem como estabelecer os contextos lingüísticos e extralingüísticos condicionadores do uso de um pronome em detrimento do outro (*nós* e *a gente*) na indicação da primeira pessoa do plural. Dessa forma, tentar-se-á contribuir nos estudos que buscam *explicar a distância que separa os dialetos populares do português padrão e a direção dos processos de mudança*, ampliando a possibilidade de descrição da realidade atual do português popular da Bahia, em extensão, do Brasil.

4.4.1.3 Tipo de Entrevista

Segundo Paiva e Duarte (2006, p. 133), até recentemente perdurou uma concepção da variação na fala como caótica, aleatória, desprovida de qualquer regularidade significativa e interessante, decorrendo, na maioria das vezes, do desconhecimento “das regras da língua”. Tal visão se sustentou e, infelizmente, alguns ainda a sustentam na perspectiva de língua como sistema monolítico, estável e homogêneo, supostamente partilhado por todos os falantes, concepção estruturalista.

Contrariando essa visão antiga, vê-se aqui a língua como inerentemente variável, reconhecendo a natureza e a amplitude das “infrações” dos falantes que “desconhecem” as regras da língua, aquelas pautadas na tradição gramatical.

A amostra de fala popular selecionada para esse estudo constitui-se de entrevistas informais realizadas com vinte e quatro informantes, de ambos os sexos, sendo doze da zona rural e doze da zona urbana. A duração de cada entrevista do tipo *diálogos entre informantes e documentador* (DID) foi de aproximadamente sessenta minutos, realizada na casa dos informantes ou em seu local de trabalho.

Em situações naturais de comunicação lingüística, provocou-se a narrativa de experiência pessoal em que os informantes selecionados tendem a relatar o que aconteceu sem estar muito atento ao *como* estão fazendo tal relato. Foram, então, gravadas, transcritas e codificadas as entrevistas seguindo os critérios adotados no Projeto Vertentes.

A comparação cuidadosa e sistemática das amostras de fala possibilitará que se chegue a conclusões mais lúcidas e empiricamente fundamentadas sobre o grau de diferenciação entre as variáveis lingüísticas, bem como os seus correlatos sociais.

4.4.1.4 Processamento dos Dados

Far-se-á, portanto, o uso da técnica variacionista, considerando a variável dependente, as variáveis lingüísticas explanatórias e as variáveis sociais, dentro da

perspectiva teórico-metodológica da Sociolingüística Quantitativa Laboviana para a análise e explicação dos resultados, com o seguinte procedimento:

a) codificação dos dados;

b) processamento quantitativo utilizando o VARBRUL – um pacote composto pelos programas: CHEKTOK (checa a cadeia de codificação), READTOK (organiza as ocorrências depois de corrigidas), MAKCELL (prepara as células), VARB (avalia a probabilidade de ocorrência de uma variável, considerando a influência de todos os fatores arrolados).

5. A ANÁLISE VARIACIONISTA

Neste capítulo serão apresentados os resultados da análise variacionista da forma do pronome sujeito de primeira pessoa do plural na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus. A apresentação da análise está dividida da seguinte forma: a variável dependente, as variáveis lingüísticas explanatórias e as variáveis sociais. Dessa forma, descrevem-se contextos lingüísticos e extralingüísticos que favorecem ou inibem o uso dos pronomes *nós* e *a gente* na função de sujeito no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus.

No conjunto de ocorrências encontradas no *corpus* analisado, identificaram-se ambientes lingüísticos, sejam eles estruturais ou discursivos, favoráveis à presença de *a gente*, enquanto outros poucos apresentam um leve condicionamento ao uso de *nós*. Ao tratar dos fatores sociais, vieram à tona algumas características dos falantes que também determinam o uso das variantes em estudo ou, pelo menos, parecem ter fortes implicações.

Vale ressaltar que, quando aqui se faz menção ou se comenta a literatura pertinente ao tema, têm-se em vista apenas os resultados que se coadunam com a primeira pessoa do plural na função de sujeito, tendo sido expressos ou não os pronomes *nós* e *a gente*. Portanto, independentemente da amplitude temática ou acadêmica do trabalho referenciado (artigo, dissertação, tese), levaram-se em conta só os fatores lingüísticos e sociais correlacionados ao tema desta dissertação.

5.1 VARIÁVEL DEPENDENTE

No português brasileiro, a expressão da primeira pessoa do discurso no plural pode se dar através do uso dos pronomes pessoais *nós* e *a gente*, explícitos ou apagados, com ou sem a concordância verbal referendada pelos compêndios gramaticais. Essa variação tem sido objeto de várias pesquisas, partindo de amostras de língua falada culta ou popular.

Para o estudo da alternância *nós* e *a gente* na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus, a variável dependente foi estruturada da seguinte maneira:

(1) Forma do pronome de 1ª pessoa do plural

a) nós

→ “... *nós* tudo sabe realmente isso,” (SAR06)³

b) a gente

→ “... porque, se *a gente* num dé um zelo aqui, vai acontecê que nem igual a de lá de Rafael Jambêro e a de lá de...” (SAR05)

c) nós/a gente ou vice-versa

→ “Era pra ele ligá a seta pra ele entrá, ele num ligô, aí *nós... a gente* pegô e aceleramos a...” (SAS01)

→ “*a gente, nós* duas unida, *a gente* ‘tá *aqui* e foi ela que criô meus filho pra eu ir trabalhá.” (SAS04)

Essas formas alternantes têm histórico diferenciado: *nós*, tradicionalmente, é um pronome pessoal do caso reto, primeira pessoa do plural, enquanto *a gente*, gramaticalmente, deixou de ser substantivo para integrar o sistema de pronomes pessoais, apesar de sua não inclusão nas gramáticas tradicionais. Ambas podem exercer, sintaticamente, a função de sujeito - expresso ou apagado - na estrutura oracional. Nesta dissertação, só se alude à ocorrência de *nós* e *a gente*, explícita ou implicitamente, na função de sujeito, todavia ela também se dá em outras funções sintáticas.

Em se tratando do comportamento lingüístico dessa variável, contrariando o que asseveram algumas gramáticas (ALMEIDA, 1965 e CUNHA & CINTRA, 1985), o pronome *nós* não é plural de *eu*, pois inclui falante, ouvinte e outras pessoas. As

³ Os exemplos são extraídos do *corpus* constituído para esta análise: as siglas SAS e SAR significam, respectivamente: amostra do português popular do Município de Santo Antônio de Jesus Sede e Zona Rural, seguida do número do informante (cf. Quadro Geral das amostras em ANEXO a esta dissertação).

duas formas alternantes referem-se a um eu-ampliado, havendo um certo nivelamento semântico entre elas (cf. LOPES, 1996, p. 118). Dada a sua abrangência, tem sido crescente a probabilidade de uso do pronome sujeito *a gente* entre falantes brasileiros, originalmente cultos ou populares, mas grande parte das gramáticas da língua portuguesa não inclui a forma alternante do pronome *nós*, isto é, *a gente* em seu sistema pronominal, ficando, portanto, em estado de desatualização.

Em relação a essa variável dependente, assim definida em seus limites, espera-se maior freqüência de uso do pronome tido como inovador *a gente* em relação à forma conservadora *nós*, como vem se registrando nos estudos anteriores.

Na análise variacionista do uso do pronome de primeira pessoa do plural no *corpus* do português popular de Santo Antônio de Jesus, foram levantadas 1.970 ocorrências de pronomes referentes à primeira pessoa do discurso. Essas ocorrências se distribuíram entre as duas variantes possíveis, *nós* e *a gente*, com as freqüências apresentadas na tabela abaixo:

Pronome	Nº de ocor./TOTAL	Freqüência
A gente	1827/1970	93%
Nós	143/1970	07%

TABELA 1: Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus

Como se pode ver, o uso do pronome *a gente* supera largamente (93%) o uso do pronome *nós* (07%) na comunidade de fala estudada. Essa já esperada preferência que o falante santantoniense revelou quanto à forma *a gente* para referir-se à primeira pessoa do discurso no plural em detrimento do pronome *nós* tem se verificado, também, em outros pontos do país, entretanto com menor percentual.

Informantes florianopolitanos, com nível de escolaridade primário e colegial, correspondendo ao que ora se conhece como ensino fundamental, em suas entrevistas, confirmaram a hipótese de Seara (2000, p. 181) de que *a gente* seria mais freqüente que *nós* em Florianópolis, pois obteve 72% de uso da forma citada. Partindo de dados do Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que representa o desempenho lingüístico de 72 pescadores do sexo masculino, analfabetos ou pouco escolarizados, Machado (1995, p. 15)

constatou, em seus resultados, maior incidência da forma *a gente* (72%) em relação à forma pronominal *nós* (28%) com dados de sujeito explícito e implícito analisados conjunta e separadamente.

Com características semelhantes às daquelas dos entrevistados em Santo Antônio de Jesus (analfabetos ou semi-analfabetos), os norte-fluminenses igualaram-se em percentual de frequência de uso de *a gente* (72%) aos florianopolitanos, cujo nível de escolaridade foi um pouco mais elevado. Contrastando esses resultados percentuais concernentes à variável dependente forma do pronome sujeito de primeira pessoa do plural, a comunidade santantoniense, apresentando 93% de uso, dispara em favor da forma alternante *a gente*, quase eliminando a forma pronominal *nós* e destacando-se em relação à comunidade florianopolitana e à comunidade norte-fluminense. Com isso, observa-se que a implementação do *a gente* no português brasileiro avança fortemente no português popular do interior do Estado da Bahia.

Na análise do encaixamento estrutural das variáveis explanatórias, foram propostas as seguintes variáveis: (i) realização e posição do pronome sujeito; (ii) nível de referencialidade do pronome sujeito; (iii) tipo de oração; (iv) paralelismo discursivo; (v) saliência fônica; (vi) tipo de texto; e (vii) tipo de discurso. Dessas, o programa das regras variáveis, VARBRUL, selecionou as seguintes como estatisticamente relevantes: (i) realização e posição do pronome sujeito; (ii) nível de referencialidade; (iii) paralelismo discursivo; (iv) tipo de texto; e (v) tipo de discurso. Já no plano do encaixamento social, o programa selecionou as variáveis faixa etária, estada fora da comunidade e localidade (sede do município e zona rural); não selecionando como estatisticamente relevantes as variáveis sexo e escolaridade.

Nas seções abaixo, serão analisados os resultados dos fatores lingüísticos e extralingüísticos que condicionam a escolha do pronome de primeira pessoa do plural na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus; concentrando-se a análise nas variáveis lingüísticas e sociais que foram selecionadas como estatisticamente significativas pelo Programa das Regras Variáveis.

5.2 VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS EXPLANATÓRIAS

Nesta seção, serão apresentados os fatores de natureza sintático-semântica, bem como os de ordem discursivo-pragmática que poderiam atuar na alternância *nós* e *a gente*. Dessa forma, busca-se identificar nesse estudo algumas das restrições lingüísticas que operam sobre essa alternância.

5.2.1. A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a sua Realização e Posição

Nessa variável, a escolha do pronome sujeito de primeira pessoa foi correlacionada à sua realização e posição na sentença, já que tanto o *nós* como o *a gente* podem se realizar foneticamente ou não, sendo que, no primeiro caso, os pronomes sempre vieram antes do verbo, podendo ocorrer um constituinte interveniente, ou ainda o pronome sujeito pode ser retomado por um pronome relativo, conforme se pode ver no grupo de fatores exemplificados abaixo:

(1) pronome sujeito *nós* ou *a gente* realizado imediatamente antes do verbo

→ “*Nós tamo* nessa casa hoje derna que a gente...” (SAS 04)

→ “Sempe *a gente vem* em conjunto trabalhano.” (SAR05)

Essas formas foram codificadas sempre que *a gente* ocorreu como uma forma pronominal interpretada como variante de *nós* (ou vice-versa), na função sintática de sujeito. Na base de dados, também se considerou como pronome sujeito a gente realizado, quando se detectava pausa tipo: “Às veze *a gente* num... chegava lá, às vez, meia noite, uma hora da madrugada,” (SAR08). Igualmente, considerou-se realizada a ocorrência do pronome, quando apareceu a primeira sílaba e o falante

priorizava a forma variante *a gente* em seu discurso: “ Ah, aí o povo usa! Mas a *gen...* aí num vende.” (SAR07)

(2) pronome sujeito *nós* ou *a gente* realizado antes do verbo, mas separado por algum constituinte

→ “Então, a gente... *nós num* vai desisti não.” (SAR04)

→ “... aí foi quando *a gente aqui* tomô essa atitude de encaminhá pra lá...” (SAR05)

Em relação aos fatores um e dois, a anteposição do sujeito nas formas variantes *nós* e *a gente* com relação ao verbo é categórica, freqüente. Nessa forma, o pronome costuma vir isolado no sintagma nominal (SN), pois os pronomes pessoais têm essa posição quase definida na função subjetiva. Diz-se “quase”, porque a fala surpreende em sua espontaneidade e há ocorrências, como o primeiro exemplo que se apresenta neste capítulo “...*nós tudo* sabe realmente isso”, que fogem ao comumente encontrado nas pesquisas. Essa estrutura de língua falada popular encontra equivalência semântico-pragmática na língua culta falada ou escrita: “Todos *nós* sabemos realmente isso.”. Essas estruturas parecem satisfazer as condições para serem consideradas variantes de uma variável, pois se distinguem apenas socialmente, conservando o mesmo valor de verdade (LABOV, 1972). Também a forma pronominal *a gente* pode sair do seu estado de isolamento no SN, estando na função sintática de sujeito, como se verificou neste exemplo igualmente extraído da amostra em estudo:

→ “A gente tudo ficava ali” (SAS12)

Houve ocorrência do tipo abaixo que suscitou uma ambigüidade morfossintática e semântica, fazendo lembrar que, no passado, havia um uso indeterminado do substantivo “gente”. Essa lembrança diacrônica leva à possibilidade de ser esta uma ocorrência de sujeito realizado (aspecto sintático), nominal ou pronominal (aspecto morfológico), especificado ou não (aspecto semântico):

→ “Sempe... sempe a *gente da comunidade* marca encontro com ele, ele tem que vim,” (SAS 12)

São, portanto, possibilidades interpretativas as seguintes: *Sempre, sempre, as pessoas da comunidade marcam encontro com ele e ele tem que vir* ou *Sempre, sempre, nós, da comunidade, marcamos com ele e ele tem que vir*. Levando-se em conta a memória, tal ocorrência não teria sido considerada; mas, tendo em vista a situação comunicativa, a informante está declarando que o grupo comunitário do qual ela faz parte, UARDE, freqüentemente marca e se encontra com o vereador. Trata-se, então, de um grupo [- genérico], [+ específico]. Nesse caso, a função morfossintática de *a gente* foi pronome sujeito, forma alternante do pronome *nós*, daí ter sido alvo da nossa codificação. Só que também não está isolado no SN, mas fez-se acompanhar de uma locução adjetiva, gerando uma sentença interpretada como sincronicamente ambígua. Convém salientar, no que se refere a estudos diacrônicos sobre a gramaticalização do substantivo gente, o que se registrou nos estudos de Lopes (1999, p.104):

A partir do que foi discutido, postula-se como hipótese que, no processo de pronominalização, a forma substantiva *gente* perde gradativamente seus privilégios sintáticos de categoria nominal, como o fato de poder ser determinada por anteposição, posposição ou anteposição-posposição simultânea de especificadores dentro do SN, passando a assumir um dos atributos característicos dos pronomes pessoais que é o de não poder ser determinado no SN, ocorrendo preferencialmente isolado no sintagma nominal. A possibilidade de determinação do nome, ao lado da impossibilidade de determinação do pronome pessoal, seria o principal fator que oporia uma classe à outra, determinando sua referenciabilidade. (grifo nosso)

Assim, pode-se inferir, uma vez que não se fez um estudo sistemático sobre essa variante relativa ao segundo fator desta análise, que os limites entre o substantivo *gente* e a forma pronominal *a gente* ainda estão pouco definidos na fala popular interiorana. Isso pode ser investigado em estudos posteriores.

No que concerne, ainda, a sujeitos antepostos na expressão da primeira pessoa do discurso no plural, vale ressaltar que houve também pronome demonstrativo como material interveniente; nem sempre entre o sujeito e o verbo a intervenção foi de um advérbio, como se apresentou junto ao segundo fator. Isso se exemplifica a seguir:

→ “Então... *a gente mesmo* vai mais pra lá...” (SAS04)

Outro fato digno de nota é que raras vezes apareceu algum constituinte entre o pronome sujeito *nós* realizado e o verbo e; quando assim ocorreu, o material interveniente foi normalmente uma circunstância de caráter negativo:

→ “Oxente! Então esse perigo *nós nunca* corremos.” (SAR02)

→ “... mas *nós não* comemoramos o natal ININT.” (SAR02)

(3) pronome sujeito *nós* ou *a gente* retomado por pronome relativo

→ “A *gente que* mora de junto num pode dexá passá má, né,” (SAS02)

→ “*Nós que* fosse fazê disso.” (SAS10)

Tendo em vista que o português é uma língua que admite o apagamento ou elipse das formas pronominais referentes à primeira pessoa do discurso no plural, esse fator foi incluso na análise, sendo codificadas as ocorrências em que se pôde considerar como natural o encaixe ou a possibilidade de expressão de uma das formas alternantes, a depender do contexto lingüístico ou situacional. A ausência do pronome sujeito, indicada pelos parênteses vazios, será exemplificada a seguir:

(4) pronome sujeito *nós* ou *a gente* não realizado

→ “...aliás, já () *consequimo* três [sistema] de água.”(SAR05)

→ “ às vezes, a gente vai pro emprego, () *dá* a carteira da gente, assina,”(SAS02)

Pelo fato de as formas verbais na terceira pessoa do singular não terem marcas, ou seja, desinência número-pessoal, observou-se continuamente o pronome sujeito expreso ou realizado na(s) oração(ões) antecedente(s) para, então, decidir-se qual das formas alternantes teria sido apagada, levando-se também em conta que o falante tem como possibilidade a concordância padrão ou não-padrão. Esse fato estabelece coesão com a variável paralelismo discursivo a ser analisada doravante.

No que se refere a esse fator, é preciso ressaltar que, durante o processo de codificação das falas, só foram consideradas as estruturas que apresentaram formas verbais no infinitivo, quando se viu como natural a possibilidade de expressão de um dos pronomes sujeito em estudo: *nós* ou *a gente*. Em casos como: “porque é... a... *a gente* trabalhava pa *ajudá* a mãe da gente, né.” (SAS02), desconsiderou-se a possibilidade de pronome sujeito não realizado, porque não é comum o uso do sujeito, dessa forma, no português popular da Bahia, onde não se costuma dizer: *A gente* trabalha pa (*a gente*) *ajudá* a mãe da gente, né. Isso difere de ocorrências, com verbo no infinitivo, as quais foram consideradas como pertinentes ao primeiro fator dessa variável: “Até pra *gente* apertá ela,” (SAS11).

Também não se considerou como sujeito a gente não realizado antes de verbo no infinitivo, quando era preciso repetir, na seqüência discursiva, além do sujeito realizado na oração anterior, o verbo auxiliar. Como exemplo, observe-se a segunda oração: “Mas *a gente* aqui agora tinha que trabaiá, prantá mandioca,” (SAR11). Entretanto, em seqüência discursiva do tipo: “É obrigado *a gente* vendê esse negocinho e se ‘güentá, passá fome,” (SAR11) a inclusão apenas da forma pronominal *a gente* permitiu a consideração da ocorrência.

Os resultados obtidos nesta variável são apresentados na tabela abaixo:

Pronome realização / posição	a gente			Nós		
	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.
Realizado antes do verbo	958/1020	94%	.65	62/1020	06%	.35
Separado do verbo	177/193	92%	.50	16/193	08%	.50
Retomado por relativo	11/12	92%	.44	01/12	08%	.56
Não realizado	681/745	91%	.29	64/745	09%	.71
TOTAL	1827/1970	93%	---	143/1970	07%	

TABELA 2: Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a sua realização e posição (nível de significância: .022)

Com base principalmente nos pesos relativos que procuram isolar a interferência específica de cada fator sobre o fenômeno focalizado, pode-se constatar que o uso do *a gente* está correlacionado à realização fônica do pronome na sentença imediatamente antes do verbo, com peso relativo de .65 nesse contexto. Já o pronome *nós* é largamente relacionado ao apagamento do pronome sujeito, com peso relativo de .71 nesse contexto. Isso pode ser explicado na medida

em que o *a gente* se relaciona com uma forma verbal não marcada (*a gente trabalha*), enquanto o *nós* se combina com uma forma verbal morficamente marcada (*nós trabalhamos*). A interveniência de um constituinte revelou-se um contexto de neutralidade, com peso relativo de .50 para as duas variantes. E a retomada do pronome sujeito por um relativo favorece ligeiramente a escolha do *nós*; o que pode ser explicado pelas mesmas razões aduzidas para o apagamento, na medida em que também se trata de um contexto relativamente opaco quanto à decodificação do pronome sujeito.

Na distribuição das formas de realização do pronome *a gente* nos dados de São Miguel dos Pretos, no estudo de Almeida (2005, p. 105), do total de ocorrências (768) de primeira pessoa do plural, esse pronome sujeito é referência em 346, equivalendo a 45%. Desse total de ocorrências do pronome inovador *a gente*, 80% são representados pelo pronome realizado, 18% pelo pronome sujeito não realizado e apenas 2% é retomado pelo pronome relativo. Comparando-se aos resultados aqui obtidos, lá também houve a preferência pela realização do pronome inovador, havendo um baixo índice de apagamento desse pronome sujeito, enquanto em Santo Antônio de Jesus (SAJ) se verifica uma aproximação dos índices percentuais de freqüência de realização e de apagamento do sujeito, respectivamente 94% e 91%. Quanto à retomada do pronome sujeito *a gente* pelo pronome relativo, foi baixíssimo o índice de ocorrências na comunidade remanescente de quilombo, São Miguel dos Pretos; já em SAJ, houve um percentual de freqüência considerável (92%), embora a maior tendência ao uso dessa variante proceda da forma pronominal conservadora *nós*, o que se confirma pelo peso relativo de .56. Com respeito ao material interveniente entre o verbo e o sujeito, só houve em São Miguel duas ocorrências, que foram desconsideradas em função de sua insignificância numérica.

Dessa forma, vê-se que a anteposição dos pronomes sujeito *nós* e *a gente*, bem como a realização da forma inovadora e o apagamento da forma conservadora, devido aos condicionamentos lingüísticos anteriormente abordados, são produtivos no português brasileiro e repercutem no português popular do interior do Estado da Bahia.

5.2.2. A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o seu Nível de Referencialidade

Apesar de os pronomes *nós* e *a gente* possuírem o mesmo significado referencial (primeira pessoa do discurso no plural), podendo ocorrer no mesmo contexto estrutural, apresentam nuances semânticas distintas quanto ao grau de determinação desse referente. O pronome de primeira pessoa do plural pode assumir no discurso as seguintes referências: (i) o falante e o(s) seu(s) interlocutor(es); (ii) o falante e outro(s) indivíduo(s) excluindo o interlocutor; (iii) uma referência genérica, definida tradicionalmente como sujeito indeterminado; e finalmente (iv) o pronome de primeira pessoa do plural pode se referir ao falante, tão somente; é o que se chama de plural de modéstia. Considerando esses níveis de referencialidade recobertos pelo pronome de primeira pessoa do plural, este grupo de fatores foi estruturado da seguinte maneira:

(1) o pronome de primeira pessoa do plural *nós* ou *a gente* se refere ao próprio falante. Isso acontece porque se acrescentou ao significado diacronicamente indeterminado a referência à pessoa que fala, passando assim à forma determinada, mais definida, equivalente ao traço semântico [+específico] em oposição ao não definido semanticamente [-específico] como se pode verificar nas situações de fala que se apresentam na série abaixo, seguidas de comentários concernentes às possibilidades interpretativas. Respondendo à pergunta do documentador: “Você gosta daqui, de Santo Antônio?”, a informante diz:

→ “Eu gosto, porque é a cidade que *a gente* nasceu, né, mas, se eu pudesse saí daqui, eu sairia sim.” (SAS02)

No processo de análise desse *corpus*, interpretou-se, então, essa fala como: Eu gosto, porque é a cidade em que *eu* nasci. Ressalva-se que o uso de *a gente* com o significado correspondente ao do pronome *eu*, no português brasileiro, tem sido menos freqüente nas análises sincrônicas e Omena (1996, p. 190) atribui a origem do uso de *a gente* substituindo *nós* à necessidade de, na primeira pessoa do discurso no plural, contrapor uma referência precisa a uma imprecisa. Todavia, a estrutura lingüística exemplificada acima apresentou a forma pronominal *a gente*

semanticamente especificada. O mesmo se pode afirmar quanto ao significado do pronome *nós* no exemplo seguinte, no qual a pergunta do documentador foi: “E como você se diverte?”. Como resposta, o idoso informante explica:

→ “Não... A gente num diverte mais não. Os menino é que brinca aí, bota rádio pá tocá, tudo. Nós num pode mais diverti mais não.” (SAR11)

No ponto de vista daquele ancião, divertir-se faz parte dos prazeres da juventude e ele (+específico) não se dá o direito de agir como um jovem, tendo já setenta e quatro anos. Desta forma se interpretou a frase que trouxe o pronome conservador: *Eu* não posso mais me divertir.

Há outros inquéritos em que o falante alternou *a gente* e *eu*, deixando prevalecer a especificidade em detrimento da indeterminação. Embora não seja tal alternância o alvo desta análise, fez-se menção ao fato no sentido de que se perceba a ampliação semântica que vem se constatando no uso do pronome inovador *a gente*. Cita-se, então, o exemplo:

→ “...que a gente tava... que a gen... eu já tinha catoze ano...” (SAS07)

Como segunda possibilidade semântica, as formas alternantes podem significar um número maior de referentes, porém especificados, isto é:

(2) o pronome de primeira pessoa do plural se refere ao falante e outrem, excluindo interlocutor. A seguir se apresentam falas com explicitação do referente feita pelo próprio informante como uma estratégia - dessa maneira se interpretou - para assegurar o significado do pronome dada a sua amplitude interpretativa. Seguem-se falas cujos referentes são diretamente identificados no enunciado ou na enunciação.

→ “*a gente*, *nós* duas unida, *a gente* tá aqui e foi ela que criô meus filho pra eu ir trabalhá.” (SAS04)

→ “Às veze *a gente* fica, eu e ele...” (SAR04)

→ “*Nós* foi fazê essa visita, eu mais ele, mas sexta-fêra eu andei mais Adeilto... foi quinta... foi quinta? Foi.” (SAS09)

Os referentes acima são, respectivamente, mãe e filha; mãe e filho; o falante e o amigo, sem participação do interlocutor. No *corpus* analisado, não foram consideradas três ocorrências do tipo falante+interlocutor, por exemplo:

→ “Tô... como a *gente* ‘tá aqui, foi só aquela cólica seca e num era ININT.” (SAR04)

Percebe-se que, na fala acima, houve inclusão dos participantes da situação comunicativa, ou seja, falante e ouvinte, mas julgou-se ínfimo o número de ocorrências para se estabelecer qualquer contraste estatístico.

Tanto *a gente* quanto *nós* podem ter referência não definida. Voltando-se para o campo semântico de valor [- específico], encontram-se outras falas em que os referentes são parcialmente indeterminados e podem manter um vínculo semântico de referência explícita ou implícita com elementos do contexto discursivo, conduzindo a mais uma das possibilidades interpretativas. A partir disso se pôde construir o terceiro fator:

(3) o pronome de primeira pessoa do plural, referindo-se a um grupo de contornos pouco definidos que contém o falante e outrem, excluindo o interlocutor, como se verifica nas falas abaixo nas quais, respectivamente, o pronome *nós* tem como referentes os moradores do bairro e a forma pronominal *a gente* reporta aos participantes de uma associação rural.

→ “*nós* temos agora a Onze de Dezembro, que é uma creche. É só pros ca... pros pequenininho de até seis anos,” (SAS04)

→ “[Aliás] a daqui num foi nem reforma, a daqui foi... aqui foi um casa feita nova, que a casa ‘tava pa cair, *a gente* fe... fizemo uma casa nova aí... uma casa nova.”(SAR05)

Nota-se, ainda, a oscilação quanto à flexão verbal. Deu-se a impressão de uma possível ocorrência de verbo não marcado, concordando com o sujeito, isto é, *gente* *fe(z)*, hipercorrigido para *fizemo(s)*, já que se trata de mutirão, construção coletiva que conta com o grupo de associados do local.

Conforme Lopes (2004, p. 154), *o caráter genérico e globalizante que a gente herdou do substantivo gente levou diversos pesquisadores a analisar esse uso da forma como um recurso para indeterminar o sujeito*. Com base nessa afirmação,

também foi possível encontrar ocorrências de referente completamente indeterminado, ou seja, não inserido, identificável ou recuperável no contexto discursivo. Esse fator ficou definido como:

(4) o pronome de primeira pessoa do plural referindo-se a qualquer ser humano, o que corresponde à categoria gramatical do sujeito indeterminado, ocorrendo nas gramáticas tradicionais através de forma verbal na terceira pessoa do singular antecedida ou seguida do pronome indeterminador ou índice de indeterminação *se*; ou verbo na terceira pessoa do plural sem referência anterior ao sujeito. Conforme o que se vem pesquisando, esse valor semântico [- específico] ou [+genérico] é o mais amplo que os pronomes sujeito *nós* e *a gente* podem atingir. Isso pode ser entendido a partir dos exemplos retirados do *corpus* do português popular de Santo Antônio de Jesus:

→ “*a gente*, quando tá na infância, quano tá criança, o que *a gente* faz, *a gente* nem se lembra e, às vez, *a gente* se lembra.” (SAS03)

→ “pra mim, Deus num vai dá esse... essa ousadia ao pecadô, né, que *nós* somos pecadores, ele num vai dá essa... essa licença...” (SAR03)

Nessas falas, a interpretação feita permite generalizar o que se informou, ou seja: qualquer ser humano lembra alguns, enquanto esquece outros fatos ocorridos na infância e, além disso, todos são pecadores.

Os casos interpretados como uma estratégia de indeterminação do sujeito foram retirados da base de dados, como ocorreu com a fala seguinte:

→ “Aí *a gente* se... se ficô... se afiliô lá a ele, ficaro junto com ele lá,” (SAR05)

Os resultados desta variável são apresentados na tabela a seguir:

Referência \ Pronome	a gente			Nós		
	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.
O próprio falante	188/190	99%	.85	02/190	01%	.15
Falante e outro(s) sem o ouvinte	279/309	90%	.39	30/309	10%	.61
Grupo não específico	1260/1364	92%	.53	104/1364	08%	.47
Sujeito indeterminado	97/104	93%	.52	07/104	07%	.48
TOTAL	1824/1967	93%	---	143/1967	07%	---

TABELA 3: Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo seu nível de referencialidade (nível de significância: .022)

Como se pode ver nos resultados acima, o pronome *a gente* é muito mais usado, quando o falante se refere a si mesmo, correspondendo a 99% do total de ocorrências, o que se confirma com o peso relativo de .85, para essa variante nesse contexto. Já o uso do pronome *nós* é favorecido quando o pronome se refere ao falante e outros indivíduos, excluindo o interlocutor. O uso da variante *nós*, nesse caso, passa de sete para dez por cento do total de ocorrências (um crescimento de quase 50%). O peso relativo de .61 também confirma esse favorecimento. Já quando o sujeito tem o traço semântico [-específico], ou [+genérico], a frequência de uso das variantes *a gente* e *nós* praticamente coincide com as suas frequências gerais, e os pesos relativos apontam igualmente para a neutralidade. Para o fator grupo de contornos pouco definidos, a frequência de uso cai apenas um ponto percentual, com peso relativo de .53. Já no fator sujeito indeterminado, a frequência de uso é exatamente igual à frequência geral, com peso relativo de .52, muito próximo à neutralidade.

A expectativa que se teve quanto aos resultados desta variável não correspondeu, porque se esperava a predominância do *a gente* com o traço semântico [-específico] na amostra de fala popular de SAJ, como ocorreu nas pesquisas de Machado (1995, p. 17) e Seara (2000, p. 184-5). A primeira constatou significativo peso relativo para o condicionamento da variante *a gente* no contexto de indeterminação, enquanto nos contextos de referência explícita ou parcialmente determinada, o uso do pronome *nós* é favorecido. A segunda também verificou que *a gente* foi favorecido pelo traço [- específico] (.68 contra .32). Acrescenta-se que, na

análise de Seara, houve uma leve diminuição no uso de *a gente* (.44 contra .56 para *nós*) com o traço [+ específico].

Sem qualquer sombra de dúvida, essa foi a variável lingüística mais complexa no processo de análise, pois classificar algumas ocorrências ambíguas envolveu um “mergulho” na subjetividade e um “quase afogamento” na hora de decidir que rótulo se deveria colocar naquela ocorrência. Essa dificuldade de identificação do grau de referencialidade não foi exclusiva desta pesquisa, pois foi apresentada em estudos feitos, como em Omena (1996, p. 185), que afirma:

Nos eventos de fala, para referir-se às pessoas do discurso de maneira precisa ou imprecisa, o falante utiliza formas, do singular ou do plural, que são, às vezes, semanticamente ambíguas. Incluem-se entre elas o pronome *nós* e a forma *a gente*, para a primeira pessoa do plural. Ambos podem referir-se também à mesma pessoa no singular, sendo que *nós*, significando *eu*, é mais comum à escrita do que à fala. (grifo da autora)

A imprecisão não torna o processo desinteressante, mas obriga o pesquisador a usar de maior cautela para verificar se suas impressões são condizentes em termos tanto semânticos quanto discursivo-pragmáticos. Semanticamente encontrou-se possibilidade de interpretação dúbia em falas do tipo:

→ “Aí, eu vejo mais saí de que chegá, poque dificilmente *a gente* chega vê uma muda entrano na cidade.” (SAR03)

Quem chega a ver uma mudança entrando na cidade?

- a) o informante que inicia a fala na primeira pessoa do singular?
- b) qualquer morador de Santo Antônio de Jesus que se proponha a observar?
- c) ou simplesmente uma indeterminação do tipo: dificilmente se chega a ver qualquer transporte entrando na cidade e trazendo mudança?

→ “Foi em dois mil em um, qu’eu vô fazê dois ano, aí ININT fiquei como presidente e [venho] desenvoveno o trabalho, e venho... já con... *consequimo* algum recurso pra comunidade que tem mesmo aqui,” (SAR05)

Quem conseguiu algum recurso?

- a) o informante, que é presidente da associação, tratando-se de um plural de modéstia?
- b) o vereador Dema, Frô (esposa do vereador, ela foi presidente na gestão anterior) e o informante que diz trabalhar em parceria?
- c) os citados anteriormente e os demais membros da associação que geralmente se unem, fazem abaixo-assinado e lutam em prol de suas conquistas?

Em outro trecho, o mesmo informante acima usa o pronome *a gente*; mas, em seguida, parece fazer uma hipercorreção quanto ao fato de não ter agido sozinho.

→ “É, *a gente* fa... é... havia a... tipo... tipo uma abaixo assinado, não é uma abaixo assina... é de [sistema], né? *A gente* leva um... tipo uma relação com várias assinatura com... os... os... de associado leva, encaminha pra... [a carta, vem o Governo do Estado], né? *A gente* já conseguiu mesmo... aliás já *conseguimo* três [sistema] de água.”(SAR05)

Na fala abaixo, o informante esclarece que não só ele trabalha, mas há outros trabalhadores. Também conta com a esposa de Dema (vereador). Ela já foi presidente duas vezes e indicou o atual. Continuam (ela e o vereador, ajudando-o).

→ “Sempe *a gente* vem em conjunto trabalhano. Tem essa... a mu... esposa de... Essa Frô, a senhora conhece, sabe quem é Frô? É a esposa de Dema ININT. Que ela indicô eu, ela é... já foi presidente por duas vez. *A gente* sempe véve unido, junto, pra... em parceria e ‘tá dano certo.” (SAR05)

Só depois de se conhecer a fala acima, foi possível decidir mais seguramente a referência semântica do pronome sujeito, vendo-a como [+específica], já que o grupo ficou definido em seus limites.

Em alguns inquéritos, essa variável foi mesmo um desafio no processo de elucidação dos referentes, mas isso se tornou proveitoso no sentido de se constatar a amplitude interpretativa das formas alternantes *nós* e *a gente*, em especial da segunda forma do pronome sujeito.

5.2.3. A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o Paralelismo Discursivo

A variável paralelismo discursivo baseia-se no princípio de que o falante tende a repetir as suas escolhas ao longo do discurso. Assim, se o falante seleciona a forma *nós* ou forma *a gente* numa oração para expressar o sujeito pronominal da primeira pessoa do plural, e na oração seguinte ela volta a referir a esse mesmo sujeito, ele tende a repetir a escolha da oração anterior.

Essa variável lingüística envolveu os seguintes fatores:

(1) primeira referência de uma série discursiva, constatada quando o falante utiliza a forma *nós* ou *a gente* para nomear um referente pela primeira vez no discurso ou no contexto, como se pode ver na fala a seguir:

→ “Aí eu tratei com ele que *nós* ia, quando eu cheguei aqui, que ela disse que tinha reunião hoje.” (SAS09)

→ “[Poque] muitas vez *a gente* nunca ‘tá... como é que diz?” (SAS01)

Em uma série discursiva, quando já se fez uma referência anterior, esta pode ter sido mediante o uso de uma das formas de referência à primeira pessoa do plural: *nós* ou *a gente*. A forma verbal pode se apresentar com desinência *-mos* ou com desinência ϕ , respectivamente atendendo à concordância padrão; ou contrariá-la, eliminando-se a desinência *-mos* em relação ao pronome sujeito *nós* ou acrescentando-a em relação ao pronome sujeito *a gente*, estando as formas pronominais explícitas ou implícitas. Dessa forma, levando em conta a seqüência discursiva, amplia-se o grupo de fatores concernentes à variável em análise:

(2) por terem comportamento lingüístico semelhante, fez-se a fusão das possibilidades de ocorrência do pronome sujeito *a gente*+ verbo, resultando no segundo fator: seqüência discursiva precedida pela forma pronominal explícita *a gente* seguida por verbo com desinência *-mos/-mo* ou com desinência ϕ .

→ “mas *a gente* num *temos* recurso por enquanto nenhum, num *temo* como investi(r).” (SAS08)

→ “Aí *a gente* veio, *morô* tudo na casa dessa Pureza.” (SAS08)

(3) Neste fator, a seqüência discursiva vem precedida por verbo com desinência ϕ , sem que se realize o sujeito na oração anterior, ou seja, trata-se de um sujeito apagado seguido de forma verbal não marcada.

→ “Aí ficô... *nós continuamos*, depois eu fui cresceno, arrumei família, aí tive a minha casa,” (SAS08)

→ “Aí, saía... *a gente saía* pelas porta,” SAS12)

(4) Este fator resulta da junção das possibilidades de ocorrência do pronome sujeito *nós*; ou seja, realizado ou não na oração anterior, seguido de verbo com desinência - *mos/-mo* ou com desinência ϕ na seqüência discursiva:

→ “Eu disse: “- Ô véio, vamo desmanchá essa casa, *vamo* batê lages?” (SAS12)

→ “Nós temo, graças a Deus, *temos* um... um pai aqui assim moto, que é o que acorda altas hora da ma...da madrugada, ele tá ali,” (SAS04)

→ “Nós trabalha, o que *nós faz* pra um, *faz* pra todos, não é?” (SAS12)

Estabelecidos os fatores, analisou-se a aplicação do princípio do paralelismo discursivo no que se refere à variação pronominal em foco sob a hipótese, também postulada por outros pesquisadores (OMENA, 1996; LOPES,1996; MACHADO, 1995) de que *a primeira ocorrência de um pronome condicionaria as subseqüentes, desencadeando uma série de repetições da mesma forma pronominal.*

→ “Não vamos votá, não votamos nele. Dizemo ININT, mas não votamo.” (SAS02)

Os resultados desta variável são apresentados na tabela seguinte:

Pronome Antecedente	A gente			Nós		
	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.
Primeira referência	941/1038	91%	.25	97/1038	09%	.75
<i>A gente</i>	483/488	99%	.86	05/488	01%	.14
Sujeito não realizado com forma verbal não marcada	386/396	97%	.73	10/396	03%	.27
Nós ou sujeito não realizado com forma verbal marcada	15/45	33%	.03	30/45	67%	.97
TOTAL	1825/1967	93%	---	143/1967	07%	---

TABELA 4: Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o paralelismo discursivo (nível de significância: .022)

Na tabela se pode observar que os resultados estatísticos acima indicam que o pronome *a gente* é muito mais usado na seqüência discursiva precedida por essa mesma forma pronominal explícita, correspondendo a 99% do total de ocorrências, o que se confirma com o peso relativo de .86, para essa variante nesse contexto. Da mesma forma o uso do pronome *nós* é favorecido quando na oração anterior ocorre o pronome *nós* ou a forma verbal marcada, subindo a freqüência dessa variante nesse contexto de 07% para 67% do total de ocorrências, confirmando-se com o elevado peso relativo de .97.

Com relação ao pronome que inicia uma série discursiva, a primeira referência ou forma isolada no período, o falante santantoniense privilegia a forma pronominal *nós*. Nesse fator, o uso da variante *nós* passa de sete para nove por cento do total de ocorrências e o peso relativo de .75 confirma a prevalência da variante conservadora.

Com peso relativo de .73, no contexto de apagamento do sujeito com forma verbal não marcada na oração anterior, o santantoniense apresenta maior freqüência de uso do pronome inovador *a gente*, equivalendo a 97%. Isso também pode ser interpretado como um reflexo do paralelismo discursivo, pois a forma verbal não marcada corresponderia em princípio à forma pronominal *a gente*.

Portanto, os resultados quantitativos, tanto das freqüências brutas, quanto dos pesos relativos confirmam plenamente o princípio do paralelismo discursivo. Há uma tendência à constância na forma de referência. Essa variável apresentou resultados semelhantes em pesquisas anteriores. Omena, Lopes e Machado (*op.cit.*) também verificaram, respectivamente, no português popular e culto urbano e popular

do interior do Estado do Rio de Janeiro, que o uso de *a gente* em lugar de *nós* é favorecido quando a oração antecedente tem o verbo flexionado na terceira pessoa do singular, isto é, sem marca e com sujeito implícito.

Tais resultados confirmam a previsão ou hipótese inicial de se usar *a gente* com maior frequência quando, na oração antecedente, o falante seleciona essa forma de referência à primeira pessoa do discurso no plural. A frequência de uso do pronome *nós* também se condiciona à presença desse pronome na oração anterior ou de forma verbal com a desinência número-pessoal *-mos/-mo*, ou ao contexto de primeira referência de uma série discursiva. Nesse último fator, os resultados desta análise diferem dos encontrados pelas autoras acima que afirmaram neutralidade total no contexto de primeira referência.

É válido ressaltar que, no segundo fator, a forma pronominal *a gente* poderia ser precedida por verbo com desinência *-mos/-mo*, exibindo concordância não padrão, mas foram poucas as ocorrências em que se verificou esse tipo de concordância. Contudo, na análise desenvolvida por Machado (1995, p. 16), ela julgou como interessante

a probabilidade de ocorrer sujeito pronominal *a gente*, em lugar de *nós*, quando precedido da estrutura “*a gente*” + verbo flexionado na 1ª pessoa do plural. Em percentuais há maior tendência à repetição da mesma forma (71%). Já, em termos de peso relativo, essa tendência é menor do que a de ocorrer o pronome *nós*. Nesse caso, a forma verbal parece exercer maior influência do que o pronome na escolha do sujeito pronominal da oração subsequente. (grifo da autora)

O exemplo que se segue confirma o que foi declarado ao final da citação acima. Nele se tem como formas alternantes na função sintática de sujeito a seqüência *nós/a gente*, mas a forma verbal se mantém inalterada:

→ “*Nós* chegava assim, por exemplo, *a gente* chegava assim ni um... ni um... ni um boteco bem arrumadinho, que num tinha aquela esculhambação, o dono do bar pedia *a gente* pra fazê uma sêesta, *a gente* fazia. (SAS11)

Portanto, nem sempre o paralelismo se constrói nos moldes em que é definido, mas o falante interiorano da Bahia e do Brasil dá mostras de estratégias próprias.

5.2.4. A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o Tipo de Texto

Essa variável selecionada pelo VARBRUL não tem sido tão presente quanto as demais nos muitos estudos sobre as formas variantes em foco: *nós* e *a gente*. Contudo, nesta análise, a tipologia textual ou gênero discursivo foi também investigado como possível condicionante para a ocorrência da forma pronominal *nós* ou *a gente*. Nas entrevistas, os informantes contam histórias vivenciadas ou imaginárias; caracterizam ambientes, atividades, festas; expressam opiniões, falam de si e de outros. Esse fato leva ao estabelecimento do seguinte grupo de fatores, considerando, ainda, o nível discursivo:

(1) texto descritivo, que ocorre sempre que o falante se propõe a caracterizar a realidade circundante: atividades, viagens, festas; discorrer sobre comportamento, costumes, formas de lazer, como se percebe no trecho a seguir:

→ “O culto é terça... terça e quinta à noite, e *temos* culto pela manhã domingo e domingo pela noite.” (SAR02)

→ “*a gente* pegava barro, pisava, fazia panela de barro, quêmava no forno, ia pá fêra vendê.” (SAS03)

(2) texto argumentativo, que resulta da manifestação de opiniões, argumentação em torno de si ou de outrem:

→ “Então, *a gente*... *nós* num vai desisti não.” (SAS04)

→ “[Poque] muitas vez *a gente* nunca ‘tá... como é que diz?Um dia *a gente* ‘tá alegre,” (SAS01)

(3) texto narrativo, que se refere a fatos acontecidos, vivenciados ou simplesmente ouvidos, às histórias que caracterizam a vida comunitária. A construção desse tipo de texto ou discurso se dá, segundo Ulisses Infante (1998, p. 114), em torno de uma seqüência de fatos reais ou imaginários em que personagens se envolvem, movimentam-se num certo espaço à medida que o tempo passa:

→ “Nós foi lá... lá na rua da... da Avenida de Berado, lá na... na Cobra Verde. (SAS09)

→ “Aí depois *a gente* pisô no freio, a moto virô em cima de [um] pé.” (SAS01)

Os resultados desta variável são apresentados na tabela abaixo:

Tipo de texto	a gente			Nós		
	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.
Descritivo	504/533	95%	.59	29/533	05%	.41
Argumentativo	1048/1128	93%	.49	80/1128	07%	.51
Narrativo	275/309	89%	.37	34/309	11%	.63
TOTAL	1827/1970	93%	---	143/1970	07%	---

TABELA 5: Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o tipo de texto (nível de significância: .022)

Tendo em vista os resultados estatísticos acima, há maior favorecimento para o uso da forma pronominal *a gente* em textos descritivos, correspondendo a 95% do total de ocorrências e peso relativo de .59. O pronome sujeito *nós* apresenta mais elevada probabilidade de ocorrência (peso relativo de .63) em textos narrativos e neles o percentual de uso desse pronome eleva-se de sete para onze por cento do total de ocorrências. Quanto ao texto do tipo argumentativo, gênero discursivo mais usado na amostra de fala popular santantoniense, verifica-se uma neutralidade de uso das formas alternantes, uma vez que os pesos relativos praticamente coincidem: .49 e .51, para as formas *a gente* e *nós*, respectivamente.

Machado (1995, p. 14) fez a inclusão desta variável em sua pesquisa e constatou também maior favorecimento de emprego de *nós* nas seqüências narrativas, enquanto em descrições e argumentações há maior probabilidade de uso de *a gente*. Atribuiu esses resultados *ao caráter menos ou mais genérico do discurso do informante e ao grau de envolvimento do falante com sua enunciação*.

Semelhantemente, em relação aos tipos de discurso, Omena (1996, p. 205) ressalta que, nas narrativas, prevalecem características ou traços morfossintáticos e semânticos que favorecem à forma pronominal *nós*, a saber: tempo passado, aspecto perfectivo e referência determinada. Já os discursos descritivos e os argumentativos, feitos ocasionalmente de maneira indeterminada,

generalizante, deixam prevalecer em si os fatores condicionantes relativos à forma pronominal *a gente*.

Contrastando o que se informou sobre a análise de amostras do Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), com o do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) e da amostra de fala popular pertencente ao Projeto Vertentes, têm-se, no que se refere à variável tipo de texto, a neutralidade quanto ao uso de *nós* ou *a gente* nos textos argumentativos só se verificou na amostra de fala santantoniense, tornando, portanto, o resultado encontrado nesse fator diferente do que Machado e Omena informaram.

Segundo Lopes (2004, p.173), o falante utiliza mais a forma pronominal *a gente* nos discursos ou textos descritivos, expositivos ou argumentativos, porque com essa forma comentam-se assuntos gerais. Ao narrar um fato vivido, o comprometimento com aquilo que enuncia é maior, por isso o falante utiliza o pronome *nós* que, mesmo podendo englobar as outras pessoas, possui um caráter mais específico e determinado, daí a sua presença em ambientes lingüísticos em que o referente é identificável. Essa correlação entre os textos narrativos e o uso do pronome *nós* parece ser geral, já que foi observada em todas as amostras de fala em que o fenômeno foi estudado.

Na codificação dos dados, entre o grupo de fatores elencados para a variável tipo de discurso, encontravam-se *marcador conversacional ou expressão cristalizada* e o verbo IR com valor imperativo, que resulta na forma verbal *vamos*. Observem-se os exemplos:

→ “poque na casa dos ôto... *digamos*, essa tia minha era moça...”(SAS08)

→ “... e aí, *tamos* aí, né? É...eu...é...” (SAS12)

→ “*Vamo dizê*, a cidade só tem de boniteza o centro...” (SAS02)

→ “nessa época aí, todo mundo é “ *vamos* pra casa de fulano de tal.” (SAR03)

Ressalta-se, então, que quarenta e duas (vinte e seis de imperativo e dezesseis de marcador) ocorrências do tipo acima foram retiradas da base de dados por não se constituírem contexto propício à alternância *nós* e *a gente*, mas serem expressões cristalizadas, próprias da oralidade.

5.2.5. A Forma do Pronome de Primeira Pessoa do Plural na Fala Popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o Tipo de Discurso

Nessa variável discursivo-pragmática se observam as várias formas de manifestação das falas dos informantes. Inicialmente, nela se envolveu um maior número de fatores, tendo em vista a inclusão aspectos de cunho socioeconômico. Dessa forma, foram investigados cinco fatores, conforme se especifica a seguir:

(1) discurso do próprio falante, manifesto com as formas alternantes *nós* e *a gente* implícitas ou explícitas

→ “Aí *nós* ia brincá, no tempo do sol ININT, viu.” (SAS05)

→ “Então *a gente* fala... Sant’Antônio de Jesus é aqui... num tem um comêço muntcho lucrativo, nem tem trabalho...” (SAS07)

(2) discurso reportado de um superior na escala socioeconômica, ou seja, o falante repete o que disse alguém hierarquicamente superior. No trecho abaixo, que se apresenta como exemplo, o servente incorpora ao seu discurso a fala da diretora da escola:

→ “Só basta ela dizê: “Seu Zé, *vamo* vê o trabaio, que *a gente* qué ir embora mais cedo.”Aí num é recramá, né?” (SAS07)

→ “Aí, quando chega os tempo das política, bate nas porta: “Ah! Vô fazê isso pra vocês, vô melhorá, porque vocês precisa...*a gente* *somo*...Ó, eu sô que nem vocês.”” (SAS02)

Na fala acima, a informante insere em seu discurso o discurso do político.

(3) discurso reportado de um outro membro da comunidade (referência *inter paribus*), um igual em termos sociais. Na situação de fala abaixo, o informante está reportando o discurso de comerciantes.

→ “E, aí, esse an... esse tempo agora, a equipe fechô a padaria, aí pronto: deram nos comerciante... ficô tudo alegre. “-Cabô a padaria da... da... da COPEMA pronto: agora *nós* pode fazê o que qué.” (SAS12)

→ “quando *a gente* fô, quando vim tu compra cinco e ‘tá pago.”, eu disse: “tá certo.” (SAS07)

No exemplo acima, o informante reporta o discurso de um amigo que lhe dera carona em uma viagem na qual o entrevistado só contribuiu com a gasolina.

(4) discurso reportado do próprio falante ocorre quando ele (falante) traz para o discurso do presente uma fala expressa em um momento anterior:

→ “Eu digo: “*A gente* faz um projeto, *a gente* se empenha lá de vinte e cinco ou trinta mil e no tempo num vende as muda, *a gente* vai pagá o banco com o quê?” Eu dizeno pra ele.” (SAR05)

Nessa fala, o informante ainda identifica de quem se reporta o discurso, qual a sua procedência e, simultaneamente, explicita o significado de *a gente*. Como presidente da associação, ele se responsabiliza pelos pagamentos.

→ “Conheci assim, se encontramos e eu... conversamos: se você cuidá de meus filho como eu cuido, *nós* vai vivê o tempo todo.” (SAS11)

Na fala acima, o informante conta como conheceu a companheira atual, enquanto reporta discurso próprio referente à proposta de convivência.

Por se comportarem de forma semelhante, amalgamaram-se os fatores explicitados acima de forma a distinguir-se apenas o discurso do próprio falante e o discurso reportado, tendo-se a hipótese de predomínio de uso do pronome sujeito *nós* em discursos reportados, mais específicos, prevalecendo, então, o pronome *a gente* nos discursos do próprio falante.

Os resultados desta variável são apresentados na tabela se segue:

Pronome tipo de discurso	a gente			Nós		
	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.
Do próprio falante	1784/1915	93%	.51	131/1915	07%	.49
Reportado	43/55	78%	.21	12/55	22%	.79
TOTAL	1827/1970	93%	---	143/1970	07%	---

TABELA 6: Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo o tipo de discurso (nível de significância: .022)

Os resultados comprovam a hipótese inicial, confirmando a expectativa quanto a essa variável de que há favorecimento ao uso do pronome sujeito *nós* quando o discurso é reportado. Nesse caso, o peso relativo é de .79 e o percentual de frequência do pronome *nós* mais que triplicou, passando de sete para vinte e dois por cento do total de ocorrências nesse contexto lingüístico. A neutralidade entre o uso das formas pronominais *nós* e *a gente*, confirmada estatisticamente pelos pesos relativos .51 para *a gente* e .49 para *nós*, se dá no contexto de discurso do próprio falante, igualando-se, percentualmente, a frequência de uso das formas alternantes ao total de ocorrências: 93% e 07%, respectivamente.

Ao reportarem-se os discursos, a marca ou desinência de primeira pessoa do discurso no plural *-mos* tende ao apagamento do /s/ -mo na seqüência verbo IR+infinitivo. Já nos marcadores conversacionais, a marca pode se manter ou ser apagada. Mostra-se isso com a exemplificação a seguir:

→ “*vamo fazê aquilo, vamo calçá a rua, vô dá emprego...*” (SAS03)

No exemplo acima, a informante reporta o discurso do político apagando o /s/. Abaixo se encontra destaque no marcador conversacional onde se manteve a DNP4 *-mos*.

→ “*poque na casa dos ôto... digamos, essa tia minha era moça...*” (SAS08)

Na pesquisa de Zilles (2000, p. 212) sobre a concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS, a variável tipo de discurso foi selecionada pelo VARBRUL. Em sua análise, apresentou resultados tidos como parciais: o discurso reportado direto fortemente favoreceu a variante *-mo*, com peso relativo de .69 (75%) em comparação com o discurso não-reportado: peso

relativo de .48 (34%). Quanto a essa variável lingüística, Zilles (*op.cit.*) opina que *a tendência de apagar o /s/ da desinência verbal no discurso reportado precisa ser melhor investigada*. Em outros estudos, constatou-se que a concordância foi mais produtiva quando o discurso foi reportado de superiores, prevalecendo a combinação com a forma pronominal *nós* com desinência padrão *-mos* ou *-mo*.

Talvez isso se deva ao fato de os falantes estarem cada mais vez mais propensos ao uso da forma verbal sem marca número-pessoal que se concretiza na opção pelo pronome sujeito *a gente*. Então, vêm-se reportando formas verbais com desinência, porque, no discurso reportado a atenção metalingüística é maior.

Além dos fenômenos morfossintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos analisados e discutidos nesta secção, para se fazer uma correlação entre o comportamento lingüístico dos falantes e suas características sociais, testaram-se fatores sociais que compõem as variáveis da secção seguinte.

5.3 VARIÁVEIS SOCIAIS

No plano do encaixamento social, foram propostas as seguintes variáveis: (i) faixa etária; (ii) sexo; (iii) escolarização; (iv) estada fora da comunidade; (v) localização. Dessas, o programa das regras variáveis, VARBRUL, selecionou as variáveis faixa etária, estada fora da comunidade e localidade (sede do município ou zona rural); não selecionando como estatisticamente relevantes as variáveis sexo e escolaridade.

Tendo em vista que o perfil social da amostra estudada já foi exposto no capítulo quatro, nas seções abaixo serão analisados os resultados dos fatores extralingüísticos que condicionam a escolha do pronome de primeira pessoa do plural na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus; concentrando-se a análise nas variáveis sociais que foram selecionadas como estatisticamente significativas pelo Programa das Regras Variáveis.

5.3.1. O Uso do Pronome de Primeira Pessoa do Plural no Município de Santo Antônio de Jesus segundo a Faixa Etária

A variável faixa etária é crucial na análise sociolingüística dos processos de variação e mudança no que se convencionou chamar de *tempo aparente*, pois as diferenças entre os falantes de diferentes gerações são tomadas como o reflexo das diferenças na gramática da comunidade ao longo do tempo. Tendo dividido os informantes da amostra em três faixas etárias, que correspondem a três gerações distintas, já caracterizadas no capítulo anterior desta dissertação, foram encontrados os seguintes resultados:

Pronome faixa etária	a gente			Nós		
	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.
20 a 40	554/606	91%	.34	52/606	09%	.66
41 a 60	823/844	98%	.72	21/844	02%	.28
+ de 60	450/520	87%	.31	70/520	13%	.69
TOTAL	1827/1970	93%	---	143/1970	07%	---

TABELA 7: Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a faixa etária do falante (nível de significância: .022)

Os informantes da segunda faixa, como se pode ver, apresentaram a mais elevada freqüência de uso da forma pronominal *a gente* (98%), o que corresponde a peso relativo .72, superando a primeira faixa, cujo percentual de freqüência de uso desse pronome é 91%, com peso relativo.34. Já a forma canônica *nós* revelou-se mais produtiva para expressão da primeira pessoa do discurso no plural entre os falantes com idade mais avançada, quase dobrando a freqüência de sete para treze por cento do total de ocorrências, correspondendo ao peso relativo .69. Portanto, entre os mais velhos, a possibilidade de uso do pronome *a gente* tem peso relativo de .31, mas sua freqüência é de 87%.

Esses resultados não indicam claramente uma mudança em curso em favor da implementação da forma pronominal *a gente*, porque foi a segunda faixa que apresentou a maior incidência de uso desse pronome. Nessa variável, tem-se como indicativo de mudança em progresso o fato de os mais jovens usarem a forma inovadora com freqüência e peso relativo mais elevados que os mais velhos.

Nos estudos anteriores concernentes à alternância *nós* e *a gente* na fala popular, ou correlacionados a esse tema, Almeida (2005), Seara (2000), Omena (1996), Machado (1995), os dados apontaram para a maior probabilidade de *a gente* ocorrer entre os falantes mais novos, ou seja, na primeira faixa, indicando fortemente uma mudança em curso em favor da implementação da forma pronominal inovadora *a gente*. Reforçando a amplitude do fenômeno em diferentes estratos sociais, Lopes (1996), que trabalhou com amostras de falantes de nível universitário, chegou à mesma conclusão em seus estudos.

Almeida (*op. cit.*, 105) confirmou sua expectativa no sentido de os jovens empregarem mais *a gente* em São Miguel dos Pretos, RS, onde houve quase a duplicação do percentual em favor de *a gente* se comparado aos resultados apresentados pelos velhos: 59% das ocorrências, enquanto o grupo dos idosos obtém apenas a frequência de 34%, sendo que os adultos apresentaram 48% de frequência de uso da forma *a gente*.

Na variável faixa etária, Seara (*op. cit.*, p. 189), querendo observar uma possível mudança em tempo aparente na fala florianopolitana, notou que a forma *a gente* foi mais favorecida entre os mais jovens, revelando peso relativo de .69; a classe intermediária, peso relativo de .51; e, acima dos 50 anos, a probabilidade de uso apresentou declínio .40; indicando que a forma *nós* está cedendo lugar para *a gente*. Na análise de Seara, na segunda faixa, de 25 a 50 anos, ocorreu um decréscimo do uso de *a gente* e um aumento de uso de *nós*, já que *a gente* é menos prestigiada socialmente e os falantes dessa faixa sofrem maior pressão do mercado de trabalho. Conforme Seara, seus dados se assemelharam aos de Omena (1996) em que os de idade mais avançada (50 a 71) apresentaram uma menor probabilidade de uso da variante *a gente*: .26; na faixa intermediária, .36; e entre os mais jovens, .67 de probabilidade.

Os informantes mais jovens, segundo Machado (*op.cit.*, p. 20), também mostraram-se mais propensos à utilização da forma *a gente* e os mais idosos à utilização da forma *nós* em dialetos populares não-urbanos. A estratificação etária demonstrou nos dialetos norte-fluminenses propensão geral à substituição do pronome *nós* por *a gente*. Também nos resultados de Lopes (*op. cit.*, p. 120), confrontando o comportamento lingüístico de falantes do Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, prevaleceu o peso relativo de .77 da forma *a gente* entre os falantes

cultos de 25 a 35 anos e houve ocorrência de peso relativo de .60 da forma *nós* entre os informantes com mais de 56 anos de idade.

Embora seja comum a distribuição etária em três faixas geracionais, a sua delimitação nem sempre coincide entre os pesquisadores variacionistas. No que concerne a essa variável, houve consonância entre os estudos supracitados e esta análise no sentido de os mais velhos estarem mais propensos ao uso da forma pronominal *nós*, fazendo ou não a devida concordância (-*mos/-mo/φ*). Contudo, apesar de todos os estudos anteriores apresentarem maior frequência de uso da forma pronominal *a gente* na primeira faixa, a amostra de fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus-BA contrariou, como se vê na tabela acima, as evidências de mudança em curso detectadas em diferentes áreas do país. O elevado peso relativo que se esperava encontrar na faixa um, revelando a probabilidade de uso da variante inovadora, transpareceu na segunda faixa etária. Nesta análise, a preferência pelo pronome *a gente* é notória pelo seu grau de frequência em todas as faixas; porém, no que se refere ao peso relativo, constata-se a maior propensão de uso desse pronome pelos falantes da faixa dois. A que se deve esse comportamento lingüístico?

Supõe-se que a prevalência do pronome *a gente* em detrimento da sua forma variante *nós*, no segundo grupo etário, deva-se ao fato sociolingüístico de a forma inovadora fazer-se acompanhar de forma verbal não marcada, resultando em uma sentença que não sofre qualquer estigmatização social. Nessa faixa, os indivíduos estão ainda bastante sujeitos à avaliação social e lingüística, às pressões do mercado de trabalho. Um teste de aceitabilidade das formas variantes em estudo, associadas à concordância padrão e não-padrão, seria um caminho para a verificação empírica dessa hipótese.

Outro fato é que alguns informantes, em suas falas, apresentaram freqüentes oscilações, hipercorreções no que diz respeito à harmonização entre o verbo e a forma alternante ideal para a situação comunicativa em se encontravam: frente a um documentador, tendo diante de si um microfone, fato que intimida, às vezes, até os renomados oradores. Por mais que o documentador promova a descontração, tente um nível de fala bastante informal em prol da espontaneidade do informante, este deixa transparecer uma certa preocupação com o destino das informações, o objetivo e a forma de expressão, além do seu grau de comprometimento em relação ao que fala. A depender das características individuais

ou do grau de vivência interativa, alguns fogem ao comportamento descrito anteriormente, mas não se constituem regras, são as chamadas exceções.

Além disso, embora a variável escolaridade não tenha sido selecionada como relevante, os entrevistados têm baixa escolaridade, o limite foi estabelecido: analfabetos ou semi-analfabetos. Portanto, isso não lhes permitiu conteúdo que envolvesse o sistema pronominal, atual e antigo; o sistema verbal, a vivência com os paradigmas, a concordância verbal. Vale ressaltar que todos esses conteúdos gramaticais são vastos e conflituosos até entre os de nível elevado de escolaridade.

Essas seriam considerações impressionísticas, pois não houve qualquer estudo sistemático desses assuntos. Entretanto, os resultados das demais variáveis sociais apontarão, certamente, dados objetivos que levarão a conclusões mais concretas.

5.3.2 O Uso do Pronome de Primeira Pessoa do Plural no Município de Santo Antônio de Jesus segundo a Estada Fora da Comunidade

Nessa variável, a escolha do pronome sujeito de primeira pessoa do plural foi correlacionada à estada fora da comunidade. Considerou-se apenas como estada fora da comunidade a permanência por um período igual ou superior a seis meses, de preferência em um centro urbano maior. Partiu-se da hipótese de que, com essa estada em um centro urbano maior, o falante assimilaria mais os padrões urbanos de comportamento lingüístico.

Os resultados desta variável são apresentados na tabela abaixo:

Pronome	a gente			Nós		
	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.
Estada fora						
Esteve fora	632/649	97%	.63	17/649	03%	.37
Não esteve fora	1195/1321	90%	.44	126/1321	10%	.56
TOTAL	1827/1970	93%	---	143/1970	07%	---

TABELA 8: Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a estada fora da comunidade (nível de significância: .022)

Os dados estatísticos acima apontam para uma maior probabilidade de uso do pronome *a gente* entre falantes que estiveram pelo menos seis meses fora da comunidade, correspondendo a 97% de freqüência e peso relativo de .63. O pronome sujeito *nós*, no entanto, apresenta 10% de freqüência entre os falantes que sempre permaneceram na comunidade. O peso relativo .56, nesse segundo fator, demonstra que os falantes que se mantiveram na comunidade estão mais propensos a usarem a variante conservadora *nós* que aqueles que saíram, ainda que por pouco tempo. O alto percentual de freqüência de uso da forma inovadora, bem como o correspondente peso relativo entre os que já estiveram fora de Santo Antônio de Jesus indicam uma mudança impulsionada por influências externas, a partir dos grandes centros urbanos.

Sabendo-se que um falante pode assimilar regras lingüísticas de modo a se aproximar dos membros do grupo com o qual deseja identificar-se no momento da enunciação de cada ato de fala, tais influências podem ser fruto dessa necessidade de adaptação ou mesmo aceitação na nova cidade. Ao se retornar ao local de origem, pode-se trazer na “bagagem”, ou seja, no repertório lingüístico, consciente ou inconscientemente, o reflexo dos contatos lingüísticos vivenciados em outra(s) cidade(s).

No caso do Município de Santo Antônio de Jesus, onde se constituiu a amostra de fala popular em análise, considerou-se estada fora da comunidade sempre que a saída teve como destino a capital, ou seja, Salvador ou qualquer outro grande centro urbano dentro do Brasil. Contudo, mesmo quando a saída do indivíduo não é para uma cidade maior e mais desenvolvida que SAJ, as influências lingüísticas externas podem ser de grande relevância; porque, nas proximidades da Cidade das Palmeiras, isto é SAJ, há localidades ou espaços geográficos que recebem e abrigam grande número de turistas do Brasil e do mundo: Cachoeira, Ilha de Itaparica, Valença, Morro São Paulo.

O alto índice de desemprego em SAJ foi alvo de comentário de vários informantes. A razão da saída, quando não é por questão de uma melhor assistência médica ou visita a algum parente, é por motivo de trabalho. Alguns saem, durante o verão, a cada domingo, para vender picolé, acarajé, doces, bijuterias, artesanatos, dentre outras coisas, nessas áreas de forte turismo; algumas saem para prestarem serviços domésticos ou serviços gerais. Nessa interação, certamente, influências são levadas e trazidas.

Relevante foi o papel que a cidade de Santo Antônio de Jesus teve na economia do Recôncavo Baiano até os anos 50 e as funções desempenhadas no crescimento urbano regional da atualidade. Porém, sair da sede ou da zona rural é um anseio de alguns santantonienses, não pelo fato de poderem receber influências, mas pela esperança de melhor condição socioeconômica. Embora a cidade tenha um forte comércio, não atende à demanda. Muitos têm sobrevivido graças ao chamado biscate dentro ou fora da comunidade.

5.3.3 O Uso do Pronome de Primeira Pessoa do Plural no Município de Santo Antônio de Jesus segundo a Localidade

Nessa variável, a escolha do pronome sujeito de primeira pessoa do plural foi correlacionada ao local de moradia do indivíduo, distinguindo-se a sede do município da zona rural, posto que o comportamento lingüístico reflete tanto o local de origem do indivíduo quanto o local onde ele mora, trabalha.

Os resultados desta variável são apresentados na tabela abaixo:

Pronome Localidade	A gente			Nós		
	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.	Nº de oc. / Total	Freq.	P.R.
Sede do município	983/1048	94%	.57	65/1048	06%	.43
Zona rural	844/922	92%	.42	78/922	08%	.58
TOTAL	1827/1970	93%	---	143/1970	07%	---

TABELA 9: Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus segundo a localidade (nível de significância: .022)

Vê-se um equilíbrio ao serem comparados os pesos relativos que revelam a probabilidade de ocorrência do pronome *a gente* na área urbana (.57) e de sua forma alternante *nós* na zona rural (.58). No que concerne à freqüência de ocorrências dessas formas variantes no português popular do interior da Bahia, o pronome *nós*, na zona rural, ascendeu um ponto em seu percentual de uso, passando de sete para oito por cento do total de ocorrências nessa variável. Portanto, em relação à distribuição geográfica dessas variantes, percebe-se um

maior favorecimento à utilização da forma pronominal *a gente* na sede do Município de Santo Antônio de Jesus. Isso demonstra que a sede é mais sensível à influência do padrão difundido pelos grandes centros e meios de comunicação de massa.

Essa dicotomia sede e zona rural é importante nos estudos para se conhecer a realidade lingüística do Brasil, país que até meados do século XX tinha uma economia essencialmente rural. A cidade de Santo Antônio também é marcada pela forte presença do campo em sua história. Alguns informantes têm antecedentes rurais, embora estejam radicados no centro urbano. Ao migrarem os falantes para as ocupações urbanas, sabem que sua origem é de menor prestígio. É fato que quando um homem do campo chega à cidade, com freqüência sua fala regional é ridicularizada. Conseqüentemente, pode ocorrer transformação rápida dos traços mais evidentes dos dialetos rurais, quando os seus falantes passam a habitar nas cidades (cf. Labov (1972) *apud* Monteiro (2002, p.78).

Embora o trecho acima tenha em vista aspectos fonológicos, diferenças lingüísticas diatópicas ocorrem em outros níveis da linguagem, podendo ser alvos de preconceito. No nível sintático, as formas variantes *nós* e *a gente* na função de sujeito não são vítimas de preconceito lingüístico. Contudo, quando aparecem em sentença onde não se fez a concordância padrão, tornam-se estigmatizadas.

Vale ressaltar o comportamento lingüístico de uma das informantes dessa comunidade (SAJ). Residente na sede, mas procedendo da zona rural, faixa três, ou seja, mais de sessenta anos, analfabeta, usou pouquíssimo a primeira pessoa do plural em sua fala; entretanto, quando o fez, utilizou-se de diferentes estratégias para expressão da primeira pessoa do discurso no plural em aparente oscilação quanto à concordância. Esse foi o menor inquérito codificado (SAR10-ANEXO 2), mas que apresentou formas variantes padrão e não-padrão, enquanto os demais, sempre mais longos, tiveram uma regularidade. Observem-se os exemplos dele extraídos:

→ “Aqui nós temos três paróca.”

→ “Não, nós ‘tamo indo cá por cima assim...”

→ “... nós vai de... de topique”

→ “A gente gastô mutcho com essas casa”

Nota-se presença de forma variante padrão, independente de fenômenos fonológicos: *nós temos/nós'tamo/A gente gastô*, e de forma não-padrão: *nós vai*. Não se pode garantir a origem de todas as formas não-padrão encontradas na fala popular a curto prazo ou sem estudos sistemáticos dessas formas. Da mesma forma, o controle da zona geográfica a que pertence o informante envolve uma série de fatores de ordem extralingüística (cf. VIEIRA, 1995, p.128).

Ainda assim, a variável diatópica é significativa para o que parece resultar de influências de natureza sócio-histórico-cultural. Portanto, na comunidade santantoniense, os resultados das variáveis sociais estada fora da comunidade e localidade apontam para uma introdução do pronome *a gente* vinda de fora, de acordo com os dados estatísticos obtidos na análise quantitativa e em sua interpretação qualitativa.

Por ser um entroncamento rodoviário, a cidade recebe influências de diversas outras regiões. Boa parte dos informantes têm acesso à informação via rádio e televisão e, certamente, pelo tempo de exposição a esses meios de comunicação, deles recebem forte influência sem sequer sair de casa.

5.4 CONSIDERAÇÕES

A análise das formas alternantes *nós* e *a gente* propiciou subsídios para que sejam identificadas algumas das restrições lingüísticas e sociais que operam na escolha pronominal de referência à primeira pessoa do plural nessa comunidade, envolvendo tanto a zona urbana quanto a zona rural. Dentre os ambientes lingüísticos condicionantes das ocorrências analisadas, destacaram-se os fatores de natureza morfossintática, semântica e discursiva. Dentre os contextos extralingüísticos considerados, revelaram-se significativos as variáveis faixa etária, estada fora da comunidade e localidade.

Os resultados obtidos nas variáveis lingüísticas e sociais podem ser descritos, resultando no perfil desses pronomes no que se refere à alternância para referência à primeira pessoa do discurso no plural. Os percentuais de freqüência estão contíguos aos pesos relativos.

Com relação à forma do pronome, em um total de 1.970 referências à primeira pessoa do discurso no plural, a forma *a gente* ocorreu 93% contra 07% da forma *nós*. Quanto à realização e posição dessas formas alternantes, o pronome *a gente* foi realizado antes do verbo com uma freqüência de 94% (PR .65); separado por algum constituinte com 92% (PR .50); retomado por pronome relativo com 92% (PR .44) e deixou de ser realizado em 91% do total de ocorrências nesse contexto (PR .29). Já o pronome *nós* realizou-se com uma freqüência de 06% (PR .35); separou-se do verbo em 8% do total de ocorrências (PR .50); foi retomado por relativo também em 08% (PR .56), deixando de ser realizado em 9% (PR .71). Portanto, há maior probabilidade de ocorrência do pronome *a gente* realizado anteposto ao verbo e do apagamento do pronome *nós*.

No que concerne ao nível de referencialidade, o pronome *a gente* refere-se ao próprio falante em 99% do total de ocorrências (PR .85) e ao falante e outros em 90% (PR .39); já na referência a um grupo não específico, o pronome é escolhido em 92% dos casos (PR .53); e finalmente a um sujeito indeterminado, em 93% (PR .52). Já o pronome *nós* representa a referência ao próprio falante em 01% dos casos (PR .15); em 10% (PR .61), na referência conjunta ao falante e outrem; 08% (PR .47), a um grupo não específico; e 07% dos casos de sujeito indeterminado (PR .48). Então, não há uma correlação entre a escolha entre *a gente* e *nós* relativamente ao traço semântico [+/- específico], diferentemente da idéia que se tem de que o *a gente* estaria relacionado ao traço semântico [-específico]. Já no plano da referência específica, o *a gente* predomina quando o falante se refere a si mesmo, no chamado plural de modéstia, enquanto o *nós* predomina no sentido mais denotativo da referência conjunta ao próprio falante e outro(s) indivíduo(s) especificado(s).

Segundo o paralelismo discursivo, sendo a primeira referência, *a gente* ocorreu em 91% dos casos (PR .25); antecedido por esse mesmo pronome, em 99% (PR .86); se na oração anterior o pronome sujeito não é realizado e a forma verbal não contém o morfema *-mos*, a escolha do *a gente* corresponde a 97% dos casos (PR .73); se na oração anterior ocorre o pronome *nós* ou sujeito não realizado com verbo marcado com o morfema *-mos*, só ocorre *a gente* em 33% dos casos (PR .03). Em contrapartida, o pronome *nós*, nas mesmas circunstâncias, respectivamente, apresenta 09% do total (PR .75), 01% (PR .14), 03% (PR .27), e 67% (PR .97). Logo, o pronome *a gente* tende a prevalecer antecedido por ele mesmo, ou com sujeito

apagado e verbo sem marca; já o pronome *nós*, na condição de forma marcada, predomina na primeira referência, ou quando precedido por ele mesmo, ou pela forma verbal marcada na oração anterior, confirmando o princípio do paralelismo discursivo.

Conforme o tipo de texto, *a gente* é usado nos textos descritivos em 95% dos casos (PR .59); nos argumentativos em 93% (PR .49); e narrativos em 89% (PR .37); o pronome *nós* em 5% dos casos nas descrições (PR .41); em 07% (PR .51) nas argumentações e 11% (PR .63) nas narrações; revelando-se mais produtivo no último gênero discursivo, enquanto o *a gente* predomina nas descrições. Diferentemente do observado em outras análises, os textos argumentativos revelaram-se um contexto de neutralidade.

De acordo com o tipo de discurso, o pronome *a gente* prevalece nos discursos do próprio falante 93% (PR .51), aparecendo 78% (PR .21) nos discursos reportados. Portanto, o pronome *nós* predomina no discurso reportado; provavelmente em função de um maior monitoramento da fala nesses momentos.

Quanto às variáveis sociais selecionadas como relevantes pelo VARBRUL, surpreendeu, na variável faixa etária, a predominância de uso de *a gente* entre os falantes da segunda faixa, com frequência geral de 98% (PR .72), na primeira esse uso correspondeu a 91% (PR .34), na terceira a 87% (PR .31). Não se observou, portanto, um predomínio do uso do *a gente* entre os mais jovens, como constatado em outros estudos sobre o tema no português brasileiro.

No que se refere à estada fora da comunidade, a forma pronominal *a gente* exibe uma frequência de 97% (PR .63) entre os que já viveram fora do município, enquanto os que nela sempre permaneceram deram mostra de favorecimento ao uso do pronome *nós* com 10% de frequência (PR .56). A variável localidade revelou um favorecimento do uso do pronome inovador na Sede do Município de Santo Antônio de Jesus e o predomínio do uso da forma conservadora na zona rural.

Portanto, não obstante o resultado da variável faixa etária, o uso do pronome *a gente* é amplamente majoritário na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus; refletindo uma forte mudança que vem de fora, através dos falantes que têm um maior contato com os grandes centros urbanos, ou daqueles que estão mais expostos aos meios de comunicação de massa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando o texto desta dissertação, é feita uma retrospectiva das discussões e resultados quantitativos obtidos ao longo da pesquisa e da análise variacionista, em que se buscou integrar o processo da alternância *nós* e *a gente* para referência à primeira pessoa do discurso no plural no Município de Santo Antônio de Jesus numa caracterização de conjunto da língua popular no interior da Bahia e do Brasil.

Para referência à primeira pessoa do discurso no plural, na função sintática de sujeito, o falante *culto* pode empregar quatro estratégias formais: *nós* explícito ou não seguido de verbo com desinência *-mos* e *a gente* explícito ou não com desinência verbal *zero*, ou seja, verbo na terceira pessoa do singular. Contudo, no português popular brasileiro, o falante amplia o seu quadro de opções. Por isso, a seguir, serão apresentadas as diferentes formas de referência à primeira pessoa do discurso no plural, coletadas das amostras de fala rural ou urbana da comunidade santantoniense, sendo também destacada a concordância verbal.

→ “... mas *nós* não *comemoramos* o natal ININT.” (SAR02)

→ “Às vezes, *a gente fazemos* só...” (SAR02)

→ “... ali perto da cidade, *nós ia*, ...” (SAR09)

→ “... porque é... a... *a gente trabalhava* pa ajudá a mãe da gente, né.” (SAS02)

→ “... no, quando *nós fomo* vê, ..” (SAR09)

→ “*a gente fe...* *fizemo* uma casa nova aí... uma casa nova.” (SAR05)

Em tal circunstância, ao se desenvolverem estudos de fala popular no Brasil, há fenômenos que se encontram imbricados. A concordância verbal, por exemplo, atrela-se ao fenômeno de alternância *nós* e *a gente* e, por envolver regras variáveis, contribui para a ampliação desse leque de possibilidades de expressão do sujeito na primeira pessoa do plural, embora a presença ou ausência de flexão verbal em conformidade com o sujeito não tenha sido necessariamente o alvo desta

análise. Castilho (1992, p. 250) recomenda, nesses estudos que também envolvem a flexão verbal, não desconsiderar o apagamento do /s/, um fenômeno fonológico que não se limita aos não ou pouco escolarizados.

Lopes (2004, p. 172), ao tratar do atual quadro dos pronomes, ressalta que, mesmo entre falantes cultos que não costumam estabelecer concordância de *a gente* com verbos na primeira pessoa plural (P4), ocorrem estruturas paralelas em que, principalmente, um enunciado com *a gente* ou *nós* se encadeia numa série de estruturas com a presença de P4 (*nos~nosso~da gente*) como se vê em texto extraído de uma carta comercial enviada pela diretoria da Editora Globo a um assinante. Mesmo sendo um texto escrito, percebe-se tal alternância, posto que ela extrapola os limites menos rígidos da fala e chega à conservadora escrita ‘... por isso, *vamos* conversar. Entre em contato com *a gente*, para *nos* contar o que aconteceu. *Queremos* saber os motivos que levaram a essa decisão.’

O comportamento lingüístico é um indicador claro da estratificação social e, conforme Bortoni-Ricardo (2005, p. 14), no Brasil, as diferenças lingüísticas socialmente condicionadas não são seriamente levadas em conta. Todavia, no que se refere às formas variantes *nós* e *a gente*, as avaliações sociais atribuídas ao longo do tempo demonstram não haver carga negativa da qual uma delas possa se “desvestir” para ganhar terreno no processo de mudança. Trata-se de uma alternância que não padece de estigmatização social veemente, embora a forma inovadora *a gente* não tenha ainda logrado espaço nos compêndios gramaticais e não desfrute do prestígio da forma conservadora *nós*. Quando tal alternância resulta em uma estrutura sem a concordância padrão, o grau de avaliação adquire o traço negativo. Conforme Paiva e Duarte (2006, p. 145), *um avanço em relação aos postulados inicialmente colocados em Weinreich, Labov e Herzog é mostrar que a valorização ou discriminação de uma variante inovadora é fortemente condicionada pelos próprios contextos estruturais da variação*. Portanto, as estruturas geradoras de avaliação social negativa, no âmbito desses estudos, são do tipo *nós vai* e *a gente vamos*.

Cabe, então, ao lingüista o papel de entender, descrever e explicar a sistematicidade do fenômeno observado, depreender os padrões que a governam. Por isso, diversas pesquisas realizadas com base em amostras de língua falada têm permitido observar as etapas do conflito entre as variantes e levantar os contextos

lingüísticos e sociais que favorecem ou restringem o uso da variante conservadora ou inovadora. Isso se revisará sinteticamente a seguir.

6.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS

No que concerne à alternância *nós* e *a gente* para referência à primeira pessoa do discurso no plural, mecanismos lingüísticos e sociais se inter-relacionam, afetando a opção por uma ou outra variante.

Na análise variacionista do uso do pronome de primeira pessoa do plural no *corpus* do português popular de Santo Antônio de Jesus, foram levantadas 1.970 ocorrências de pronomes referentes à primeira pessoa do discurso. Essas ocorrências se distribuíram entre as duas variantes possíveis: *nós* e *a gente*.

Quanto à variável dependente *forma do pronome de primeira pessoa do plural no português popular do Município de Santo Antônio de Jesus*, o uso do pronome *a gente* superou largamente o uso do pronome *nós* na comunidade de fala estudada, sendo a forma *a gente* responsável por 93% do total de ocorrências. Essa já esperada preferência que o falante santantoniense revelou quanto à forma *a gente* para referir-se à primeira pessoa do discurso no plural em detrimento do pronome *nós* tem se verificado, também, em outros pontos do país, entretanto com menor percentual.

Na análise do encaixamento estrutural das variáveis explanatórias, foram propostas as seguintes variáveis: (i) realização e posição do pronome sujeito; (ii) nível de referencialidade do pronome sujeito; (iii) tipo de oração; (iv) paralelismo discursivo; (v) saliência fônica; (vi) tipo de texto; e (vii) tipo de discurso. Dessas, o programa das regras variáveis, VARBRUL, selecionou as seguintes: (i) realização e posição do pronome sujeito; (ii) nível de referencialidade; (iii) paralelismo discursivo; (iv) tipo de texto; e (v) tipo de discurso. Já no plano do encaixamento social, o programa selecionou as variáveis faixa etária, estada fora da comunidade e localidade (sede do município e zona rural); não selecionando como estatisticamente relevantes as variáveis sexo e escolaridade.

A análise empreendida baseou-se nos resultados dos fatores lingüísticos e extralingüísticos que condicionam a escolha do pronome de primeira pessoa do

plural na fala popular do Município de Santo Antônio de Jesus, concentrando-se nas variáveis lingüísticas e sociais que foram selecionadas como estatisticamente significativas pelo Programa das Regras Variáveis.

6.1.1 Variáveis Lingüísticas Explanatórias

Os resultados quantitativos revelaram uma conjugação de fatores de natureza sintático-semântica e de ordem discursivo-pragmática no condicionamento estrutural da alternância *nós* e *a gente*. Dessa forma, em cinco variáveis explanatórias, buscou-se identificar algumas das restrições lingüísticas que operam sobre essa alternância.

Na variável *realização e posição do pronome sujeito da primeira pessoa do plural*, com base principalmente nos pesos relativos que procuram isolar a interferência específica de cada fator sobre o fenômeno focalizado, pôde-se constatar que o uso do *a gente* está correlacionado à realização fônica do pronome na sentença imediatamente antes do verbo, sendo desfavorecido quando o pronome sujeito é apagado. Conseqüentemente, o pronome *nós* foi favorecido no contexto de sujeito nulo. Portanto, há maior probabilidade de ocorrência do pronome *a gente* realizado anteposto ao verbo e do apagamento do pronome *nós*.

Quanto ao nível de referência que o pronome de primeira pessoa do plural pode assumir no discurso, na amostra de fala analisada não se constatou uma correlação entre a escolha entre *a gente* e *nós* e o traço semântico [+/- específico], diferentemente da idéia de que o *a gente* estaria relacionado ao traço semântico [- específico]. Já no plano da referência específica, o *a gente* predomina quando o falante se refere a si mesmo, no chamado plural de modéstia, enquanto o *nós* predomina no sentido mais denotativo da referência conjunta ao próprio falante e outro(s) indivíduo(s) especificado(s).

A variável *paralelismo discursivo*, que se baseia no princípio de que o falante tende a repetir as suas escolhas ao longo do discurso, também se mostrou relevante na análise variacionista aqui empreendida. Tanto o pronome *nós* quanto a expressão pronominalizada *a gente* prevaleceram quando na oração anterior figurava uma forma análoga. Assim, o *a gente* tende a prevalecer antecedido por ele

mesmo, ou quando, na oração anterior, o sujeito não está realizado e o verbo não contém o morfema *-mos*. Já o pronome *nós*, na condição de forma marcada, predomina na primeira referência, ou quando precedido por ele mesmo, ou pela forma verbal marcada na oração anterior, confirmando o princípio do paralelismo discursivo.

Na variável *tipo de texto*, *a gente* predomina nos textos descritivos, enquanto que o pronome *nós* prevalece nas narrativas. Diferentemente do observado em outras análises, os textos argumentativos revelaram-se um contexto de neutralidade.

Já na variável *tipo de discurso*, o pronome *a gente* prevalece nos discursos do próprio falante. Portanto, o pronome *nós* predomina no discurso reportado, quando o falante reproduz o discurso de outrem; provavelmente em função de um maior monitoramento da fala nesses momentos.

6.1.2 Variáveis Sociais

No plano do encaixamento social, dentre as variáveis inicialmente consideradas, o programa das regras variáveis, VARBRUL, selecionou as variáveis *faixa etária*, *estada fora da comunidade* e *localidade* (sede do município e zona rural); não selecionando como estatisticamente relevantes as variáveis *sexo* e *escolaridade*.

A variável *faixa etária do falante* é crucial na análise sociolingüística dos processos de variação e mudança no que se convencionou chamar de *tempo aparente*. Surpreendeu, na amostra de fala estudada, a predominância de uso de *a gente* entre os falantes de quarenta a sessenta anos de idade. Não se observou, portanto, um predomínio do uso do *a gente* entre os mais jovens, como constatado em outros estudos sobre o tema no português brasileiro.

Na variável *estada fora da comunidade*, os dados estatísticos apontam que a forma pronominal *a gente* é mais usada pelos falantes que já viveram fora do município, enquanto os que nela sempre permaneceram deram mostra de favorecimento ao uso do pronome *nós*.

O processamento quantitativo dos dados relativos à escolha do pronome sujeito de primeira pessoa do plural na variável localidade revelou, confirmando as expectativas iniciais, um favorecimento do uso do pronome inovador na Sede do Município de Santo Antônio de Jesus e o predomínio do uso da forma conservadora na zona rural.

6.2 OS DESTAQUES DOS RESULTADOS

Considerando outros estudos relativos ao tema desta dissertação já realizados no Brasil, pôde-se constatar que, no português popular do interior do Estado da Bahia, a forma inovadora de se referir à primeira pessoa do discurso no plural apresentou um elevado grau de freqüência, em um patamar superior ao observado, por exemplo, por Seara (2000, p. 181), que obteve 72% de freqüência de *a gente* em sua análise de falantes urbanos de nível intermediário de escolaridade na região sul do país, e Omena (1996, p.191), que constatou 70% de uso do *a gente* em falantes com o mesmo perfil na cidade do Rio de Janeiro. Já as variáveis lingüísticas explanatórias apresentaram, quase sempre, resultados mais ou menos compatíveis em relação a outras pesquisas realizadas no país quanto à realização e posição do sujeito.

No que se refere ao aspecto semântico, surpreenderam os resultados da variável *nível de referencialidade*. O fato de prevalecer o uso do pronome sujeito *a gente* com valor semântico mais específico (99%, PR .85) não tem sido o mais freqüente, pois se verificam maiores índices percentuais e de peso relativo para o emprego indeterminado desse pronome em Seara (2000) (78%, PR .68); Omena (1996, p. 204) (81%, PR .72) e Machado (1995); embora Lopes (2004, p. 171) tenha observado que, entre os falantes não-cultos, na amostra 2000-PEUL, *a gente torna-se indiscriminadamente mais produtivo nos dois contextos de referência: determinada e indeterminada*. Ela atenta, ainda, para o fato de, mesmo entre os falantes cultos, perceber-se um aumento de 24% para 59% de uso do *a gente* entre as décadas de 1970 e 1990 para referência determinada na amostra NURC. Em sua análise, Lopes conclui que *tais resultados podem sugerir a generalização de a gente para todos os contextos como forma quase que obrigatória*. Portanto, a

especificidade quanto ao uso da forma pronominal *a gente* que se revelou nos resultados da amostra do português popular em SAJ confirma a sugestão de Lopes, bem como a de Seara (2000, p. 184) quanto ao fato de estar se desfazendo uma eventual especialização de uso do *a gente* para referência mais genérica.

Também a variável lingüística *tipo de texto* contrariou a expectativa ao apresentar o gênero argumentativo como um ambiente lingüístico neutro para o uso de quaisquer das formas alternantes, enquanto estudos anteriores apontaram para a preferência pelo pronome sujeito *a gente* nesse contexto. Foi também esse tipo de texto que prevaleceu na amostra, mesmo sendo os informantes estimulados a contarem histórias, casos, falaram sobre tópicos relacionados à infância, à escola, à convivência familiar, ao trabalho, às dificuldades da comunidade, às expectativas de vida. Apesar de usarem preferencialmente *a gente* em lugar de *nós*, essa prevalência não se confirmou nos trechos em que o falante desenvolvia uma argumentação.

Quanto à questão das variáveis sociais, os resultados mostraram maior percentual de uso e de probabilidade da variante *a gente* em lugar de sua forma alternante *nós* na segunda faixa etária, fato que verdadeiramente surpreende, posto que isso conduz a um indicativo que contraria grande parte dos estudos feitos no Brasil, os quais apontam para uma mudança em curso no sentido da implementação da forma inovadora *a gente*.

A mudança que se detectou na análise feita deu indicativos estatísticos de que uma eventual mudança em favor do *a gente* na comunidade de fala analisada procede de influências externas, sendo a sede do município mais sensível à influência do padrão difundido pelos grandes centros e meios de comunicação de massa. Inclusive, entre os informantes, a forma de acesso à mídia comumente é o rádio e a televisão. Dentre esses, a emissora de televisão que tem elevado índice de audiência entre o povo é a Rede Globo, a qual insistentemente usa, em sua programação, o pronome *a gente* em lugar de *nós*.

Dessa forma, a mídia se encarrega de difundir os seus padrões. Na TV Globo, por exemplo, o telejornal termina com o locutor dizendo “*a gente* se vê amanhã”; na publicidade ouve-se: “Globo, *a gente* se vê por aqui” ou “na tela da TV no meio desse povo / *a gente* vai se vê na Globo”; além de “saúde, *a gente* tem por aqui”. Pode-se dizer ambigüamente que usam muito *a gente*, enquanto mantêm a

audiência. Esse nível de influência da TV sobre a alternância do sujeito *nós* e *a gente* pode ser estudado posteriormente.

Essa tendência à predominância da forma *a gente* é mais forte na realidade urbana, mas tende a se expandir para a comunidade rural, graças aos contatos entre grupos e à influência da mídia, especialmente a televisiva, que tende a nivelar comportamentos e excluir diferenças regionais.

Acredita-se que a discussão teórico metodológica desta pesquisa não se esgota aqui, contudo ela poderá substanciar a produção de novos trabalhos referentes ao assunto, assim como contribuir para o conhecimento da realidade lingüística da grande maioria da população do interior do Estado da Bahia. Essas questões de cunho lingüístico-educacionais precisam ser mais discutidas.

Tentou-se demonstrar que o português popular do Brasil, cuja origem leva a crer num passado com uma forte redução de sua morfologia flexional, decorrente de processos de mudança desencadeado em situações de contato entre línguas, vem passando por mudanças lingüísticas, perceptíveis tanto no sistema pronominal quanto verbal, que se refletem na alternância das formas pronominais *nós* e *a gente* na função sintática de sujeito no interior do Estado da Bahia, fruto de influências externas.

É provável que esta pesquisa sociolingüística possa contribuir para uma melhor compreensão da realidade lingüística do interior da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alessandra Preussler de. (2005). **A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS**. 196 f. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. (1965). **Gramática metódica da língua portuguesa**. 18. ed. São Paulo: Saraiva.
- BAGNO, Marcos. (2001). **Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola.
- BECHARA, Evanildo. (2003). **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- _____.(1983). **Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus**. 28. ed. São Paulo: Nacional.
- _____.(1976). **Moderna gramática portuguesa**. 20. ed. São Paulo: Nacional.
- BONVINI, Emílio & PETTER, Margarida M. T. (1998). **Portugais du Brésil et langues africaines**. Langages (L'hyperlangue brésilienne). Paris, 130. Tradução de Guilhermina Mendes de Carvalho.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. (2005). **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola.
- CASTILHO, Ataliba. (1992). O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. São Paulo: Ática.
- CUNHA, Celso. (1972). **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC/FENAME.
- _____; CINTRA, Luis F. (1985). **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FARACO, Carlos Alberto. (2005). **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola.
- FAUSTO, Boris. (1994). **História do Brasil**. São Paulo: Edusp. FDE.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. s.d. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. (1986). **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. (2004). **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Atlântica. (Prefácio, Capítulo 2).

FREITAS, Judith; ALBÁN, Maria del Rosário. (1991). Nós ou a gente?. **Estudos: lingüísticos e literários**. Salvador, n. 11, p. 75-89, ago. Instituto de Letras da UFBA.

INFANTE, Ulisses. (1998). **Do texto ao texto**: curso prático de leitura redação. 5. ed. São Paulo: Scipione.

LABOV, William. (1972). **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

LEITE, Yonne. (1996). As línguas indígenas e a diversidade lingüística brasileira. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). **Diversidade lingüística e ensino**. Salvador: EDUFBA.

_____. ; CALLOU, Dinah. (2002). **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LOPES, Célia Regina dos Santos. (2004). O quadro dos pronomes pessoais. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Org.). **Morfossintaxe e ensino de Português**: reflexões e propostas. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (2003). **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**. Frankfurt/Madri. Vervuert/Iberoamericana, vol. 18.

_____. (1999). **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**: percurso histórico. 213 f. mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (1996). Nós por a gente: uma contribuição da pesquisa sociolingüística ao ensino. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). **Diversidade lingüística e ensino**. Salvador: EDUFBA.

_____. (1993). **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUCCHESI, Dante (2004). **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história da lingüística moderna. São Paulo: Parábola.

_____. (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). **Português brasileiro**: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras.

_____. (2002). Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da Norma**. São Paulo: Loyola.

_____. (2000). **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 364 f. mimeo. Tese de Doutorado em Lingüística. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (1998). A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas cultas e popular. In: GROBE, Sybille & ZIMMERMANN, Klaus (eds.), **<<Substandard >> e mudança no português do Brasil**. Frankfurt am Main: TFM.

_____. (1996). Variação, Mudança e Norma: a questão brasileira. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). **Diversidade lingüística e ensino**. Salvador: EDUFBA.

_____. (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, 12. p. 17-28.

MACHADO, Márcia dos Santos. (1995). **Sujeitos pronominais nós e a gente em dialetos populares**. João Pessoa: Graphos.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2004). A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola.

_____. (2002). Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da Norma**. São Paulo: Loyola.

_____. (2001). De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Para a história do português brasileiro**. V. II, Tomo II – Primeiros estudos. São Paulo: Humanitas/FAPES.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). (2003). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto.

MONTEIRO, José Lemos. (2002). **Para compreender Labov**. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

MENON, Odete *et al.* (2003). Alternância nós/a gente nos quadrinhos: análise em tempo real. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). **Português brasileiro**: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras.

_____. (1994). **Analyse sociolingüistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC/SP**. Doutorado, Université Paris VII.

_____. (1996). **A gente: um processo de gramaticalização**. Estudos Lingüísticos XXV.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras.

NEVES, Maria Helena de Moura. (2003). **Guia de uso do português: confrontando regras e usos**. São Paulo: UNESP.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. (2002). **Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia.

OMENA, Nelize Pereira; BRAGA, Maria Luiza. (1986). A referência variável da primeira pessoa do discurso no plural. In: NARO, Anthony Julius *et al.* **Relatório Final de Pesquisa: Projeto Subsídios do Projeto Censo à Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2.

_____. (1996). A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA E SILVA, Gisele; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolingüísticos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. (2003). A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Org.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj.

_____; BRAGA, Maria Luiza. (1996). A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A.; RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, Maria Cecília (Org.) **Varição e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (2006). Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolingüística brasileira. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin, tradução Marcos Bagno. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. São Paulo: Parábola.

PASQUALE, Cipro Neto; INFANTE, Ulisses. (1999). **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione.

PERINI, Mário. (1998). **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática.

QUEIROZ, Fernando Pinto de. (1995). **A capela do Padre Matheus**. Feira de Santana: Sagra.

ROLLEMBERG, Vera *et al* (1991). Os pronomes pessoais sujeito e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador. **Estudos: lingüísticos e literários**. Salvador, n. 11, p. 39-51, ago. Instituto de Letras da UFBA.

SALES, Geraldo Pessoa. (2006). **Santo Antônio de Jesus 1965: a cidade que encontrei**. Santo Antônio de Jesus: [s.n.].

SANTOS, Miguel Cerqueira. (1999). **A dinâmica urbana de Santo Antônio de Jesus – Bahia**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. UFBA.

SEARA, Izabel Christine. (2000). A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana. In: **Organon** - Estudos da Língua falada. Porto Alegre, v. 14, n. 28-29, p. 179-194. Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. (2005). **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil**: um panorama sociolingüístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia. 323 f. Tese de Doutorado em Lingüística. Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia.

VALADÃO. Hélio. (2005). **Santo Antônio de Jesus**: sua gente e suas origens. Santo Antônio: Exemplar Gráfica e Editora.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. (1995). **A não-concordância em dialetos populares**: uma regra variável. João Pessoa: Graphos.

VITRAL, Lorenzo.(2001). Língua geral versus língua portuguesa: a influência do processo “civilizatório”. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Para a história do português brasileiro**. V. II, Tomo II – Primeiros estudos. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

ZILLES, Ana Maria Stahl. (2002). Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola.

_____; MAYA, Leonardo Zechlinski; SILVA, Karine Quadros da. (2000). A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS. In: **Organon** - Estudos da língua falada. Porto Alegre, v. 14, n. 28-29, p. 195-219. Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ANEXO 1 – Quadro Geral das Amostras

**QUADRO GERAL DAS AMOSTRAS
PROJETO VERTENTES
PORTUGUÊS RURAL – BA
SANTO ANTÔNIO DE JESUS (SEDE)**

CORPUS BASE – 12 INQUÉRITOS		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
INF. 01 JAMS – M – 22a – S – N	INF. 05 JD – M – 47a – A – N	INF. 09 AC – M – 81a – A – N
INF. 02 LCS – F – 23 ^a – S – N	INF. 06 ACS – F – 47 ^a – S – E	INF. 10 MNSP – F – 78a – A – E
INF. 03 CHS – M – 25 ^a – S – E	INF. 07 JJS – M – 51a – S – N	INF. 11 M – M – 76a – S – E
INF. 04 MCSS – F – 30a – S – N	INF. 08 MCJ – F – 45a – S – E	INF. 12 MRS – F – 62a – S – E

**PROJETO VERTENTES
PORTUGUÊS RURAL – BA
SANTO ANTÔNIO DE JESUS (RURAL)**

CORPUS BASE – 12 INQUÉRITOS		
FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
INF. 01 ESF – M – 34 ^a – S – E	INF. 05 AJSA – M – 51a – S – N	INF. 09 CNA – M – 87a – A – N
INF. 02 MVSSO – F – 26a – S – N	INF. 06 F – F – 53a – A – E	INF. 10 MASC – F – 75a – A – N
INF. 03 RBJR – M – 23a – S – N	INF. 07 GJS – M – 51a – A – N	INF. 11 JNS – M – 74a – A – N
INF. 04 MSSJ – F – 32a – S – E	INF. 08 ELS – F – 57a – S – N	INF. 12 FGS – F – 76a – A – N

LEGENDA: **F** (sexo feminino); **M** (sexo masculino); **28a** (28 anos de idade); **S** (semi-analfabeto); **A** (analfabeto); **E** (viveu fora da comunidade por pelo menos seis meses); **N** (não viveu fora da comunidade).

ANEXO 2 - Inquérito

PROJETO DO PORTUGUÊS RURAL DO ESTADO DA BAHIA
 CORPUS DO PORTUGUÊS RURAL
 MUNICÍPIO: SANTO ANTÔNIO DE JESUS
 LOCALIDADE: ZONA RURAL

INFORMANTE: 10

NOME: MASC SEXO: F IDADE: 75 anos
 NATURALIDADE: Aratuípe
 PROFISSÃO: Aposentada por idade
 NÍVEL DE ESCOLARIDADE: Analfabeta
 ESTADA FORA DA COMUNIDADE: Não
 EXPOSIÇÃO À MÍDIA: Rádio e TV
 OBSERVAÇÃO: Mora na Sede, mas nasceu e morou muito tempo na zona rural.

(gzRGMa3%f3M@#R A gente tem que arriscá!", mas depois disse que não... não foi apontado quase pessoa nenhuma,

(n+RGMa3=f3M@#R Aqui nós temos três paróca.

(noRGMa3=f3M@#R Não, nós 'tamo indo cá por cima assim...

(nzRGMa4=f3M@#R ...nós vai de...

(nzRGMa4=f3M@#R ...é, nós vai de... de topique.

(gzRoRa3%f3M@#R É, pra gente comê dentro de casa.

(n/RoMa/=f3M@#R É, é nós três. (Li como: nós três mora aqui)

(nzRGRa3%f3M@#R Só falta nós recebê a escritura.

(gzRGMa4%f3M@#R A gente gastô mutcho com essas casa.

A informante usa pouquíssimo a 1ª pessoa do plural. Quando o faz, prevalece o uso do pronome "nós" e oscila quanto à concordância. Talvez o fato de conviver no ambiente religioso também influa nisso.